



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CÉLIA DIAS DOS SANTOS

INTERAÇÃO MUDIÁTICA:
UMA ANÁLISE DO EMBATE NA IMPRENSA ESCRITA NAS
ELEIÇÕES 2010

CÉLIA DIAS DOS SANTOS

INTERAÇÃO MUDIÁTICA:
UMA ANÁLISE DO EMBATE NA IMPRENSA ESCRITA NAS
ELEIÇÕES 2010

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de T. Galembeck

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S237i Santos, Célia Dias dos.
Interação midiática : uma análise do embate na imprensa escrita nas eleições 2010 / Célia Dias dos Santos. – Londrina, 2014.
142 f. : il.

Orientador: Paulo de Tarso Galembeck.
Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2014
Inclui bibliografia.

1. Mídia impressa – Teses. 2. Entrevistas (Jornalismo) – Teses. 3. Presidentes – Brasil – Eleições – 2010 – Teses. 4. Análise do discurso – Teses. 5. Imprensa e política – Teses. I. Galembeck, Paulo de Tarso. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 801:070

CÉLIA DIAS DOS SANTOS

INTERAÇÃO MIDIÁTICA:
UMA ANÁLISE DO EMBATE NA IMPRENSA ESCRITA NAS ELEIÇÕES
2010

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck
UEL – Londrina - PR

Profª. Dra. Maria da Penha P. Lins
UFES – Vitória – ES

Profª. Dra. Ana Cristina Jaeger Hintze
UEM- Maringá – PR

Profª. Dra. Esther Gomes de Oliveira
UEL – Londrina – PR

Profª. Dra. Mariângela P. G. Joanilho
UEL- Londrina – PR

Londrina, 02 de Abril de 2014

A Deus Pai por estar sempre ao meu lado.

Nele, vivo, me movo e sou...

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Paulo Galembeck, pela confiança depositada no meu trabalho.

Às professoras Dra. Ana Cristina Jaeger Hintze, Dra. Esther Gomes de Oliveira, Maria da Penha Pereira Lins e Mariângela Peccioli Galli Joaniho pelas sugestões e contribuições dadas à tese durante o exame de qualificação.

Aos professores Dr. Luiz Carlos Fernandes e Juliano Desiderato pelas observações significativas para a minha pesquisa durante o SEDATA.

Ao Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina pela possibilidade de crescimento profissional.

Aos meus alunos do curso de Letras, Jornalismo, Ciência da Computação e Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, pela atenção, reconhecimento e motivação.

Aos meus familiares, pelo apoio, carinho e atenção.

Aos meus amigos que me acompanham há um bom tempo, apoiando e enriquecendo os meus dias. São eles: Aline Vasconcellos, Izabel Fransson, Marlene Aleixo, Márcio Prezotto.

À CAPES por ter financiado parcialmente este trabalho por meio da concessão de bolsa de estudos.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu concluísse esta jornada. Meu reconhecimento, respeito e gratidão.

O casamento da política com as mídias está, hoje, consumado.

(Gilles Achache)

SANTOS, Célia Dias dos. **Interação midiática**: uma análise do embate na imprensa escrita nas eleições 2010. 2014. 142 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina. 2014.

RESUMO

Esta pesquisa visa a analisar o papel da mídia na produção e circulação de sentidos, no eixo da política como espetáculo, por meio das entrevistas das revistas impressas *Veja* e *CartaCapital* de presidenciáveis nas eleições de 2010. O período em questão foi marcante em relação ao processo eleitoral, uma vez que o país teve, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que legitimou a democracia no Brasil, a primeira eleição democrática sem a participação de Luís Inácio Lula da Silva. No *corpus*, serão analisados os mecanismos de constituição das entrevistas impressas com o objetivo de refletir acerca do funcionamento do discurso político na contemporaneidade e seus efeitos de sentido. A interação é o aspecto responsável pela organização da língua e seus usos sociais e numa situação interativa a conversação é imprescindível. Considerando que existem mais semelhanças do que diferenças entre fala e escrita, pensamos na conversação como toda forma de interação verbal e não apenas as interações face a face. Atualmente, podemos considerar que o papel da mídia impressa se realiza de maneira dicotômica. De um lado, ela busca cumprir a sua função informativa, dando a conhecer os fatos do cotidiano. Do outro, a mídia configura e expressa um sistema de valores associado ao jornal como sujeito da enunciação, inserindo-se, portanto, no contexto de uma sociedade espetacularizada. Assim sendo, sem movimentos para a exaustividade ou completude, a análise incidirá sobre entrevistas dos seguintes presidenciáveis, a saber: Dilma Rousseff, José Serra, Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio, num total de seis entrevistas impressas publicadas nas mídias *Veja* e *CartaCapital*. Para a análise do *corpus*, faremos, primeiramente, um estudo quantitativo, a fim de pontuar os elementos caracterizadores comuns a todas essas entrevistas. Num segundo momento, realizaremos um estudo qualitativo, com análise detalhada, buscando operacionalizar os conceitos de formação discursiva, posicionamento e *ethos*. Os pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa são principalmente os da Análise do Discurso de linha francesa, os da Linguística Textual e da Análise da Conversação. De acordo com os resultados obtidos, verificamos como as instituições midiáticas *CartaCapital* e *Veja* se posicionaram frente às candidaturas à presidência da República, principalmente de Dilma Rousseff e José Serra, no pleito de 2010.

Palavras-chave: Mídia. Entrevista impressa. Interação. Eleições 2010. Posicionamento

SANTOS, Celia Dias dos. **Media interaction:** an analysis of the conflict in the written press in 2010 elections. 2014. 142 p. Thesis (Ph.D. in Language Studies) - State University of Londrina. 2014.

ABSTRACT

This research aims to analyze the role of media in the production and circulation of meanings, in the politics axis as a spectacle, through interviews with candidates in the printed magazines *Veja* and *CartaCapital* in the 2010 presidential elections. The period in question was significant in relation to the election process as the country had, since the promulgation of the Constitution of 1988 which legitimized democracy in Brazil, the first democratic election without the participation of Luis Inácio Lula da Silva. In the *corpus*, the mechanisms of formation of printed interviews with the aim of reflecting on the operation of political discourse in the contemporaneity and its effects of meaning will be analyzed. The interaction is responsible for the organization of language and its social uses and, in an interactive situation, conversation is essential. Considering that there are more similarities than differences between speech and writing, we think of conversation as all forms of verbal interaction and not just the face to face interactions. Currently, we can consider that the role of the print media is done in a dichotomous way. On one hand, it seeks to fulfill its informative function, making known the facts of everyday life. On the other hand, the media sets and expresses a system of values associated with the newspaper as the subject of enunciation, thus inserting itself in the context of a spectacularized society. Therefore, with no movements for comprehensiveness or completeness, the analysis will focus on interviews with the following presidential candidates, namely: Dilma Rousseff, José Serra, Marina Silva and Plínio de Arruda Sampaio, with a total of six interviews published in the printed media *Veja* and *CartaCapital*. For the analysis of the *corpus*, a quantitative study will firstly be carried out, in order to score the characteristic features common to all these interviews. Secondly, we will perform a qualitative study with detailed analysis, seeking to operationalize the concepts of discursive formation, positioning and *ethos*. The theoretical assumptions underpinning the research are mainly the ones of the Discourse Analysis in France, of the Textual Linguistics and of the Conversation Analysis. According to the results, we observed how the media institutions *CartaCapital* and *Veja* positioned themselves concerning the candidacies for the presidency, especially the ones related to Dilma Rousseff and José Serra, in the election of 2010.

Keywords: Media. Printed interview. Interaction. 2010 Elections. Positioning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Penetração dos meios	28
Figura 2 – Aspectos da retextualização	39
Figura 3 – Modos discursivos.....	71
Figura 4 – Capa da primeira edição da <i>Veja</i>	76
Figura 5 – Capa da primeira edição da <i>CartaCapital</i>	78
Figura 6 – Presidenciáveis nas capas das revistas.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil dos leitores de <i>Veja</i>	78
Gráfico 2 – Perfil dos leitores de <i>CartaCapital</i>	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de gêneros textuais	31
Quadro 2 – Dicotomias estritas	34
Quadro 3 – Condições de produção da fala e da escrita.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – As maiores semanais.....	80
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AD	Análise do Discurso
AP	Ação popular
CC	<i>CartaCapital</i>
FD	Formação Discursiva
FHC	Fernando Henrique Cardoso
DR	Dilma Rousseff
IVC	Instituto Verificador de Circulação
MD	Marcador Discursivo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
M& M	Meio e Mensagem
MS	Marina Silva
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAS	Plínio de Arruda Sampaio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
UNE	União Nacional dos estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVO GERAL	21
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
1.3	METODOLOGIA.....	22
2	O JORNALISMO DE REVISTA	24
2.1	MÍDIA IMPRESSA	24
2.2	REVISTA: BREVE PANORAMA.....	25
2.3	O GÊNERO ENTREVISTA JORNALÍSTICA: CONCEPÇÕES DE ENTREVISTA.....	28
3	LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA: MARCAS DA ORALIDADE NAS ENTREVISTAS IMPRESSAS	34
3.1	FALA E ESCRITA EM QUESTÃO	34
3.2	MARCADORES DISCURSIVOS: TIPOS E FUNÇÕES	40
4	ANÁLISE DOS MARCADORES DISCURSIVOS NAS ENTREVISTAS IMPRESSAS	48
4.1	O MARCADOR DISCURSIVO MAS	48
4.1.1	Diferentes Matizes do Mas.....	48
4.2	MARCADOR DISCURSIVO NOSSA.....	51
4.3	MARCADOR DISCURSIVO OLHA	52
4.4	MARCADOR DISCURSIVO AH, BOM.....	52
4.5	MARCADOR DISCURSIVO AGORA.....	52
5	ANÁLISE DO DISCURSO E O DISCURSO POLÍTICO	55
5.1	ORIGEM DA ANÁLISE DO DISCURSO: ESBOÇO HISTÓRICO	55
5.2	O ESTUDO DO DISCURSO POLÍTICO: BREVE CARACTERIZAÇÃO	59
5.3	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DAS ENTREVISTAS IMPRESSAS	62
5.4	AS CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO DISCURSIVA E ETHOS.....	63

6	A MÍDIA E SEUS MOVIMENTOS NAS ELEIÇÕES 2010	70
6.1	REVISTA VEJA.....	75
6.2	REVISTA CARTACAPITAL.....	78
6.3	MÍDIA E ELEIÇÕES 2010	82
6.4	ELEIÇÕES 2010: CENÁRIO ELEITORAL	85
6.4.1	A Cena de Enunciação	86
6.4.2	Os Presidenciáveis.....	88
6.4.2.1	Dilma Rousseff.....	88
6.4.2.2	Marina Silva	89
6.4.2.3	José Serra.....	90
6.4.2.4	Plínio de Arruda Sampaio	91
7	DAS ENTREVISTAS IMPRESSAS EM VEJA E CARTACAPITAL	93
7.1	DA AUTORIA EM ENTREVISTAS IMPRESSAS.....	93
7.2	SOBRE A APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS.....	96
7.2.1	Os títulos das Entrevistas	97
7.2.2	Sobre o Parágrafo Inicial de Apresentação	98
7.2.3	Apresentação de José Serra Pela Revista Veja.....	98
7.2.4	Apresentação de Dilma Rousseff por Veja e CartaCapital	99
7.2.5	Apresentação de Marina Silva por Veja e CartaCapital.....	101
7.3	SOBRE AS PERGUNTAS DE VEJA E CARTACAPITAL	103
7.3.1	Entrevista de Dilma Rousseff Para a Revista Veja:	103
7.3.2	Entrevista de Dilma Rousseff Para a Revista CartaCapital.....	105
7.3.3	Análise da Pergunta de Veja Feita à Candidata Dilma Rousseff	107
7.3.4	Entrevista de José Serra Para a Revista Veja	108
7.3.5	Entrevista de Marina Silva Para a Revista Veja.....	108
7.3.6	Entrevista de Marina Silva Para a Revista CartaCapital	109
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	115

ANEXOS	125
ANEXO A - José Serra – Ouvir, argumentar, decidir. Revista Veja, São Paulo, ano 43, n. 25, p. 19-23, 23 jun.2010	126
ANEXO B - Dilma Rousseff - Acabou o “risco Brasil”. Revista Veja, São Paulo, ano 43, n. 24, p. 19-23, 16 jun.2010	129
ANEXO C - Marina Silva - Para crescer sem poluir. Revista Veja, São Paulo, ano 43, n. 26, p. 19-23, 30 jun. 2010	132
ANEXO D - Dilma Rousseff - Dilma solta o verbo. CartaCapital. São Paulo, ano 15, n. 599, 06 jun. 2010	135
ANEXO E - Marina Silva - A ética sustentável. CartaCapital. São Paulo, Ano 15, n. 583, 17 p. 22-23. fev.2010	139
ANEXO F - Plínio de Arruda Sampaio - O PSOL descarta o udenismo. CartaCapital. São Paulo, ano 15, n. 592, p. 32-33, 21 abr.2010.....	141

1 INTRODUÇÃO

Como se sabe, a partir de meados do século XX, os ambientes midiáticos (impresso, audiovisual e oral) passaram a orientar os rumos das eleições presidenciais. Verificamos que influência da mídia foi crescendo nos pleitos de 1989, quando Collor se elegeu em 2º turno, apoiado, então, pelos principais meios de comunicação do país. Rubim e Colling (2005, p.172) afirmam que

a potencialização do campo das mídias manifesta-se evidente em inúmeros acontecimentos que conformam a eleição de 1989: o caráter de eleição solteira.; a expectativa de uma experimento inédito de eleição presidencial em uma sociedade ambientada pela mídia; a legislação eleitoral que permite sem restrições a utilização das gramáticas midiáticas, desenvolvidas no país em um patamar técnico altamente qualificado; a competente elaboração estratégico-plástica das campanhas, em especial, a de Lula e de Collor e, por fim, as interferências político-eleitorais explícitas, inclusive comprometedoras, de parte da mídia em episódios como o sequestro de Abílio Diniz e a edição realizada pelo Jornal Nacional do último debate entre Collor e Lula.

As eleições de 1989 tiveram um papel fundamental na história das eleições para presidente. Nesse pleito, houve apenas votação para presidente. O Brasil saía do governo Sarney, um período econômico e social bastante difícil, além disso houve 22 candidatos ao cargo. A esse respeito, Rubim e Azevedo (1998, p. 192) afirmam:

sem dúvida, a eleição presidencial de 1989, realizada depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente, aparece como acontecimento detonador de um *boom* imediato e posterior de reflexões sobre o enlace mídia e política. Pode-se afirmar que este acontecimento eleitoral, ao fazer emergir em toda sua potência estas novas conexões entre mídia e política, começa verdadeiramente a conformar um campo de estudos sobre comunicação e política no país, perpassado por olhares sintonizados com esta nova circunstância de sociabilidade acentuadamente midiaticizada.

O “fenômeno” Collor transformou a eleição de 1989 num marco das novas disputas políticas a serem travadas no país em função do papel decisivo da mídia, em especial pela cobertura jornalística realizada durante a campanha eleitoral. Nas eleições de 1994, as emissoras passaram a ampliar o espaço dedicado às eleições. A cobertura midiática proclamou a vitória, no primeiro turno, de Fernando Henrique Cardoso.

Os media tiveram uma posição muito mais ativa do que se supõe. Mediante estratégias e procedimentos dos mais diversos e, na especificidade de que lhes é própria, em termos de suas competências discursivas, os media se constituíram como um “sujeito muito especial” na produção e regência da campanha, especialmente no fabrico e modelagem de certas ações que visaram semantizar, de maneira gradativamente antecipada, as qualidades do presidente eleito e, sobretudo, a necessidade que tinham certos “grupos de pressão” no corpo social, de fazer desta eleição respaldo de seus interesses. (FAUSTO NETO, 1995, p.25).

Em 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso reelegeu-se e, nas eleições de 2002, Luís Inácio Lula da Silva, após concorrer pela quarta vez ao cargo de presidente da república, chega ao poder. Apesar da crise política que marcou as eleições de 2006, tivemos a vitória da situação. O petista Luís Inácio Lula da Silva disputou o segundo turno das eleições com o tucano Geraldo Alckmin e foi reeleito. Coimbra (2007), em seu artigo intitulado “A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006?” assevera que, nesse pleito a mídia não conseguiu influenciar um eleitorado já previamente estruturado, houve assim o descolamento entre a opinião dos eleitores e a posição editorial da maioria dos jornais e revistas da grande imprensa. Sendo assim, verificamos que nas comemorações populares após a divulgação do resultado final, surgiram faixas nas ruas com os dizeres: “O povo venceu a mídia” (LIMA, 2007, p.12).

Na última eleição, os meios de comunicação expandiram o espaço para a midiáticação¹ das eleições presidenciais. Além do horário político gratuito, os principais candidatos participaram de entrevistas nos principais telejornais, revistas, além de debates em horários nobres. Vários dispositivos midiáticos foram colocados a favor da política. Sendo assim, ela passa a exercer um papel crucial na definição dos impactos, nas atitudes e opiniões dos indivíduos e, por conseguinte, na opinião pública.

Atualmente, consideramos que o papel da mídia impressa se realiza de maneira dicotômica. De um lado, temos a busca em cumprir a sua função informativa, dando a conhecer, por narrativas, os fatos do cotidiano. Do outro, a mídia configura e expressa um sistema de valores associado ao jornal como sujeito da enunciação, inserindo-se, portanto, no contexto de uma sociedade espetacularizada. Seguindo esse pensamento, consideramos a relação comunicação e política como aspecto relevante em nossa pesquisa, pois, de acordo com Charaudeau (2010, p.17):

¹ Para Rubim (2002, p. 20), a “midiáticação designa a mera veiculação de algo pela mídia, enquanto a espetacularização, forjada pela mídia ou não, nomeia o processamento, o enquadramento e a reconfiguração de um evento através de inúmeros expedientes”.

[...] o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação da opinião pública – ainda que o sejam para o bem estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distante de qualquer pretensão à informação.

Por isso, elegemos como *corpus* para a nossa pesquisa as entrevistas impressas veiculadas nas revistas *Veja* e *CartaCapital*. A escolha dessas publicações se justifica por sua penetração em segmentos sociais específicos e por se constituírem como disseminadoras dos discursos que definem as dinâmicas políticas e sociais.

Em nosso *corpus*, analisaremos os mecanismos de constituição das entrevistas com vistas a refletir acerca do funcionamento do discurso político na contemporaneidade e seus efeitos de sentido. Conforme Gregolin (2007a, p.13), “a articulação entre os estudos da mídia e os da análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos”. Assim pensa também Charaudeau (2008, p.39): “A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso”.

O recorte temporal é o período das eleições 2010 para presidente da república, porque a vemos com significativas diferenças dos pleitos anteriores, uma vez que foi a primeira vez, em mais de 20 anos, que o petista Luiz Inácio Lula da Silva não se candidatou. Foi uma eleição em que se sobrepôs um discurso marcado pelo continuísmo, inclusive, por parte do candidato de oposição. E, por fim, um pleito em que dos três candidatos mais competitivos, dois eram mulheres: Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) figuraram entre os três principais candidatos.

No período escolhido, os embates entre governo e oposição e a troca de acusação entre os candidatos ganharam espaço nos meios de comunicação. Na ocasião, mídias como jornais e televisão manifestaram suas opções político-partidárias. Nas palavras de INDURSKY (1999, p. 185) “o que nos mostra que a imprensa não é neutra, que ela assume um posicionamento, muito embora haja lugar, em seu âmbito, para a polifonia”.

A relação da mídia com o discurso político tem sido tema de um grande número de trabalhos acadêmicos no Brasil, tanto na área da Ciência Política, como na área das Comunicações. Rubim e Azevedo (1998) esboçaram um panorama dos estudos de política e mídia no Brasil, destacando, inclusive, os núcleos de pesquisa na área.

Há pesquisas relevantes sobre o discurso político também nos Estudos da Linguagem. É preciso mencionar, entre esses estudos, as análises de Haquira Osakabe, *Argumentação e discurso político* (1979); de Eni Orlandi, *A linguagem e seu funcionamento* (1983), e de José Luiz Fiorin, *O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988). Mais recentemente, há o trabalho de Freda Indursky, *A fala dos quartéis e outras vozes* (1997), e o de Mónica Zoppi-Fontana, *Cidadãos modernos. Discurso e representação política* (1997).

Piovezani Filho (2007, p. 128)² também apresenta um breve panorama das pesquisas sobre o discurso político e também salienta a pertinência analítica desses estudos sob um viés discursivo. Para o autor, ainda que

Trabalhos recentes tenham se dedicado a analisar programas de governo, jingles, slogans, panfletos, horário eleitoral gratuito e debates, o gênero discursivo mais analisado pelos célebres estudos parece ter sido o pronunciamento dos políticos profissionais. Creemos que tenha havido, nessas análises, uma certa predileção pelos discursos políticos de períodos de ditadura, sobretudo, da “Era Vargas” [cf. OSAKABE ([1979] 1999) e LIMA (1990); mas também, em uma perspectiva mais histórica do que propriamente discursiva, os trabalhos de CAPELATO (1999; entre outros)] e do Regime militar, que perdurou de 1964 a 1984 [cf. FIORIN (1988) e INDURSKY (1997)], mas também da época de transição das ditaduras para as democracias [ORLANDI ([1985] 1996) e ZOPPI-FONTANA (1997)]. Com efeito, o começo da abertura política possibilitava e impelia, haja vista o engajamento político que caracteriza a Análise do discurso, ao tratamento dos discursos desses períodos no Brasil.

Assim como Piovezan Filho (2007), reconhecemos a contribuição desses trabalhos e que há, sem dúvida, a necessidade de estender as análises para conjunturas políticas atuais.

A nossa análise tem como suporte teórico a Análise do Discurso, principalmente nas perspectivas de Charaudeau (2008, 2010) e Maingueneau (1997, 2001, 2005, 2007, 2008), autores que discutem o caráter enunciativo do discurso político. Contemplamos também os referenciais teóricos de outros horizontes, como os da área da comunicação, da Linguística textual e da Análise da conversação. Considerando que o *corpus* da pesquisa é constituído por textos híbridos, a pluralidade teórica favorece uma análise mais completa.

Esperamos contribuir com a nossa pesquisa para efervescência dos trabalhos consagrados às relações entre a política e as mídias levando em conta a pertinência e

² O autor aborda o discurso político televisivo contemporâneo sob a égide da AD, inspirado pela Semiologia histórica e pelas disciplinas com as quais ela dialoga. Focaliza a produção de efeitos de verdade no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral do pleito de 2002 à Presidência da República.

atualidade da nossa abordagem. Assim, propomo-nos a refletir sobre o funcionamento do aparelho midiático, analisando os posicionamentos das mídias *Veja* e *Cartacapital* no pleito de 2010.

Algumas questões pautam o nosso estudo: quando surgiu a mídia revista e qual o seu papel na sociedade contemporânea? Como se caracteriza o gênero entrevista impressa? As revistas se posicionam ou não na construção das entrevistas impressas? Buscaremos respostas para as questões propostas, seguindo principalmente os pensamentos de Charaudeau e Maingueneau, ao considerar que, em determinado campo discursivo, “posicionamento’ define mais precisamente uma identidade enunciativa forte (‘o discurso do partido comunista de tal período’, por exemplo), um lugar de produção discursiva bem específico.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.392).

Em função dos propósitos desta pesquisa, emergem ainda mais algumas questões para serem respondidas ao longo do nosso itinerário: podemos desvendar o *ethos* de cada uma dessas mídias a partir da construção dos efeitos de sentido das entrevistas como um todo? Qual a força do *ethos* dessas mídias impressas? Parcialidade ou imparcialidade? Que imagem elas querem vender ao público leitor, uma vez que

os atores que compõem a instância midiática estão legitimados de antemão em seu papel de informantes, mas, ao mesmo tempo, estão em busca de credibilidade dos cidadãos (e dos políticos) – e que inscreve essa instância em uma lógica democrática – e de captação do maior número de adeptos, dada sua situação de concorrência com outros órgãos de informação – o que inscreve em uma lógica de sedução comercial. (CHARAUDEAU, 2008, p.62)

Ao focalizarmos, em nossa tese, o estudo da mídia politizada, empreendemos uma busca por respostas para as questões suscitadas até então, considerando também que, na conjuntura política de 2010, o Brasil teve na disputa presidencial duas mulheres concorrendo ao poder. Como as instâncias *Veja* e *CartaCapital* abordaram esse fato na constituição das perguntas feitas às candidatas?

A composição da presente tese é a seguinte: na introdução, justificamos o tema escolhido, apresentamos os objetivos, a constituição do corpus e os procedimentos metodológicos para a realização da análise. No capítulo Jornalismo de Revista, desenvolvemos um esboço histórico sobre a origem das revistas, discutimos o gênero entrevista jornalística na perspectiva dos estudos da comunicação, da análise da conversação, da análise do discurso e dos estudos bakhtinianos.

Em *Língua Falada e Língua Escrita: Marcas de Oralidade nas Entrevistas Impressas*, consideramos a perspectiva oral/escrito isto é o “descolamento” entre a interação face a face e o gênero híbrido, entrevista impressa, editado e publicado na revista. Discorremos ainda sobre os marcadores discursivos, conceito, tipos e funções.

No capítulo *Análise dos Marcadores Discursivos nas Entrevistas Impressas*, examinamos alguns marcadores discursivos como o *mas* e o *agora*, nas respostas dos presidentiáveis, refletindo sobre o funcionamento da língua oral no gênero entrevista impressa.

Em *Análise do Discurso e o Discurso Político*, apresentamos um breve histórico da *Análise do Discurso* francesa e tecemos considerações sobre o estudo do discurso político. A seguir, refletimos sobre as condições de produção das entrevistas impressas, bem como as concepções de formação discursiva e *ethos*, noções fundamentais para a análise do corpus.

No capítulo *A Mídia e seus Movimentos nas Eleições 2010*, delimitamos as revistas *Veja* e *CartaCapital* e discutimos a atuação da mídia nesse pleito eleitoral. Ainda neste capítulo, discorremos sobre a cena da enunciação, enfatizando o perfil dos presidentiáveis.

No capítulo *Das Entrevistas Impressas nas Revistas Veja e CartaCapital*, finalizamos o nosso percurso analítico por meio de análise acurada do *corpus*. A partir da discussão sobre a autoria das entrevistas, passamos pela apresentação dos candidatos até chegarmos às perguntas elaboradas pelas revistas.

Na última parte de nossa pesquisa, apresentamos as conclusões a que chegamos por meio de todo o processo de elaboração desta tese e nossas possíveis contribuições para os estudos do gênero entrevista política impressa.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a importância atribuída às Formações Discursivas (FD) no funcionamento das entrevistas políticas, mobilizando, principalmente, os requisitos conceituais da *Análise do Discurso* francesa. Investigar, desse modo, o papel da mídia na produção e circulação de sentidos no eixo da política como espetáculo, por meio das entrevistas das revistas impressas *Veja* e *CartaCapital* de presidentiáveis nas eleições de 2010.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Delinear as mídias *Veja* e *CartaCapital* a partir de reflexão sobre suas origens, constituição e funcionamento.
- b) Analisar, nas entrevistas impressas, os marcadores discursivos, explicitando sua importância na retextualização e o modo como atuam nas respostas dos presidentiáveis.
- c) compreender o *ethos* discursivo para a construção do posicionamento, nas entrevistas impressas, das revistas *Veja* e *CartaCapital*.

1.3 METODOLOGIA

O *corpus* a ser analisado é composto por textos da mídia impressa, mais especificamente as entrevistas das páginas amarelas da revista *Veja* e da revista *CartaCapital*, seguindo a noção de recorte discursivo proposta por Orlandi (1983; 1984). O campo discursivo de nossa tese compreende o período que vai de janeiro a dezembro de 2010, período estendido em relação à campanha presidencial oficial (06/07 a 30/10 de 2010) e identificado como tempo de confrontos e de disputa pelo poder. Todavia, ressaltamos que para aprofundar a nossa análise, sempre que necessário, recorreremos a textos que circularam nas revistas *Veja* e *CartaCapital* durante as eleições anteriores nos anos de 2002 e 2006. Para Charaudeau e Maingueneau (2004), é o próprio *corpus* que, de fato, define o objeto de pesquisa.

Convém esclarecer que o nosso *corpus* restringe-se às entrevistas retextualizadas impressas. Ainda que saibamos da importância de se fazer um cotejo entre a entrevista oral e a impressa, optamos por delimitar como nosso objeto de pesquisa as que já foram editadas e divulgadas pela mídia revista, levando em conta que a “análise do discurso não visa à exaustividade ‘horizontal’, isto é, em extensão, nem à completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico, material” (ORLANDI 1989, p. 32).

Assim, sem nos deixar mover por orientações para a exaustividade ou completude, a nossa análise incidirá sobre entrevistas dos presidentiáveis desse período, a saber: Dilma Rousseff, José Serra, Marina Silva e Plínio Salgado num total de seis entrevistas impressas publicadas nas mídias *Veja* e *CartaCapital*.

Nas entrevistas selecionadas, analisamos apenas algumas e não todas as perguntas feitas aos entrevistados, pois delimitaremos para a nossa análise as perguntas com

mais pistas enunciativas. Iniciaremos nosso percurso analítico pelos seguintes textos retirados do *corpus* delimitado: título, parágrafo inicial de apresentação do entrevistado e jogo de perguntas e respostas.

Para a análise do *corpus*, fizemos, primeiramente, um estudo pontuando elementos caracterizadores comuns a todas as entrevistas. Num segundo momento, realizaremos um estudo qualitativo para análise pormenorizada dos recursos linguísticos e das características textuais nele empregados, utilizando assim o método empírico-indutivo³. Desse modo, faremos um estudo sobre as especificidades das entrevistas de cada uma das mídias em questão, seguido de uma análise comparativa comprovando ou não hipóteses e abrindo espaço para a continuidade dos estudos na área em questão.

Com Rubim (2000), entendemos que os estudos que englobam política e mídia movimentam diferentes áreas disciplinares. Sendo assim, o campo teórico de nossa tese abrange os estudos da comunicação, da corrente francesa da Análise do Discurso, dos pressupostos teóricos da Linguística Textual e, por se tratar de um corpus constituído por textos retextualizados, da Análise da Conversação.

³ Na elaboração da metodologia, recorreremos ao trabalho do Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck (1999), listado nas Referências.

2 O JORNALISMO DE REVISTA

Revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contato que se estabelece, um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, criar identifições, dá sensação de pertencer a um determinado grupo. (SCALZO, 2009, p. 12)

2.1 MÍDIA IMPRESSA

Há um número acentuado de estudos que tratam da relação da mídia atuando em favor ou contra interesses políticos e econômicos de uma época. Segundo (RUBIM; AZEVEDO, 1998, p. 3):

A campanha pelas “Diretas, já” (1984) e o fim da ditadura (1985) certamente aparecem como primeiros momentos que põem em movimento, ainda que sutilmente, a mutação significativa dos estudos brasileiros de mídia e política, sintonizando-os com as questões características das sociedades ambientadas pelas mídias.

Desde o fim da ditadura no Brasil, o interesse pela relação política e a mídia tem se expandido, principalmente com relação à televisão e ao rádio por serem esses os meios de mais abrangência e influência no Brasil. Atualmente, o panorama das mídias no Brasil é o seguinte:

- a) Mídia impressa: jornais, revistas, outdoor, boletins, folhetos, mala-direta.
- b) Mídia eletrônica: rádio, tv, cinema e internet.
- c) Mídia extensiva ou exterior como os *outdoor*, *busdoor*, *indoor*, placas, painéis, cartazes e mobiliário urbano.
- d) New Media: compreende principalmente as novidades tecnológicas, que ainda não se enquadraram em outras categorias. Por exemplo, a internet foi, num primeiro momento, considerada New Media.

A existência dos veículos tradicionais da imprensa e a popularização das novas mídias realizam uma mudança razoável na relação entre sociedade e os meios de comunicação. Não podemos negar a nítida evolução dos meios de comunicação, mas todos os campos – impresso, rádio, tv e agora digital - tem seu fiel público. As necessidades atuais de

cada cidadão fazem com que todas as áreas da comunicação continuem firmes, mas com algumas alterações. No atual cenário, o ambiente é, sem dúvida, mais interativo, participativo, aproximando cada vez mais o produtor da imprensa e o consumidor.

Considerando que a circulação de conteúdo midiático, por diferentes veículos, depende sobremaneira da participação ativa dos consumidores, o desafio atual é explorar bem os meios tradicionais e descobrir a linguagem adequada para a comunicação na era digital. Para atrair anunciantes e leitores, as revistas especializaram-se em nichos cada vez menores (BOTELHO; ALMEIDA, 2006).

Estudos apontam que há por volta de mil títulos de revistas no país e cada veículo direciona sua política editorial para nichos diferenciados. Há de se levar em conta também que existem segmentações mais restritas, como as revistas técnicas que atingem interesses bem delineados como informática, negócios, economia, etc. Mas como surgiu a mídia revista? A seguir, apresentaremos uma breve exposição acerca da origem da revista impressa.

2.2 REVISTA: BREVE PANORAMA

A primeira revista surgiu na Alemanha, em 1663, *Erbauliche Monaths-Unterredungen*, como "Edificantes Discussões Mensais". Além da *Erbauliche* alemã, outros títulos apareceram ainda no século XVII, como a francesa *Le Mercure Galant* (1672), que apresentava notícias curtas, anedotas e poesias. Mais adiante, em 1731, é lançada a *The Gentleman's Magazine* que, inspirada nos grandes magazines, apresentava, de maneira agradável, assuntos diversificados.

Posteriormente, em 1741, são publicadas, nos Estados Unidos, a *American Magazine* e a *General Magazine*, início de um rico mercado de revistas que despontou com força a partir do século XVIII e permanece até hoje. Atualmente, nos Estados Unidos, circula cerca de 6 bilhões de exemplares por ano. Nessa época, as revistas abordavam assuntos específicos e pareciam mais coletâneas de textos com caráter puramente didático, tinham aparência de livro. No início do século XIX, começaram a ganhar espaço títulos sobre interesses gerais, que tratavam de entretenimento às questões da vida familiar. É nesse período também que surge a primeira revista feita no Brasil: *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura*, criada em 1812, em Salvador, e que, na verdade, tinha muito mais aspecto de livro. Abordando temas eruditos, a revista se propunha a publicar:

discursos sobre costumes e virtudes sociais, algumas novelas de escolhido gosto e moral, extratos de história antiga e moderna, nacional ou estrangeira, resumo de viagens, pedaços de autores clássicos portugueses – quer em prosa, quer em verso – cuja leitura tenda a formar gosto e pureza na linguagem, algumas anedotas e artigos que tenham relação com os estudos científicos propriamente ditos e que possam habilitar os leitores a fazer-lhes sentir importância das novas descobertas filosóficas (SCALZO, 2009, p.27).

Lançada em 1827 pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, com assuntos totalmente voltados para os médicos, nasce a primeira revista segmentada por tema no Brasil: *O Propagador das Ciências Médicas*.

Entre o final do século XIX e início do século XX, merecem destaque as revistas chamadas “galantes”, totalmente voltadas para o público masculino, que mesclavam política, sociedade, piadas, caricaturas, desenhos, contos e fotos eróticas. A publicação pioneira foi *O Rio Nu*, lançada em 1898. Contudo, essas revistas tiveram existência muito curta. A falta de recursos e de assinantes fez que algumas delas fossem obrigadas a circular apenas uma ou duas vezes.

Com o lançamento de *Museu Universal*, em 1837, periódico que trazia, segundo Scalzo (2009, p. 28), “as experiências das Exposições Universais (sic) européias” que dominaram o século XIX, começa a mudança na permanência das revistas junto ao seu público leitor. Essa revista caracterizou-se pelo fato de usar uma linguagem muito acessível a um público “recém-alfabetizado a quem se queria oferecer cultura e entretenimento”, como diz Scalzo (2009, p. 28), mostrando, também, ilustrações.

No século XX, com o aprimoramento das técnicas de impressão, o barateamento do papel e a ampliação do uso da publicidade, as revistas explodiram no mundo todo, com títulos cada vez mais segmentados, destinados a públicos com interesses superespecíficos.

A fotografia passa a ter lugar de destaque junto aos periódicos nacionais a ponto de, em 1900, surgir *A Revista da Semana*, fundada por Álvaro Tefé, sendo a primeira publicação brasileira a utilizar fotos para ilustrar suas reportagens.

Em 1902, foi criada *O Malho*, outra importante revista de conteúdo humorístico e, posteriormente, também político, fundada por Luís Bartolomeu. Ela sofreu várias transformações e perdurou até 1954. Sua especialidade era a crítica política, realizada, principalmente, através de caricaturas assinadas por J. Carlos, Raul, K. Lixo, dentre outros. *O Malho* foi uma das mais importantes revistas de crítica na República Velha e, a partir de 1904,

passou a ter um caráter mais político, com a colaboração de Olavo Bilac, Pedro Rebelo e Emílio de Rebelo.

É nesse cenário que despontaram muitos veículos que se transformariam em verdadeiros fenômenos de vendagem, como, por exemplo, a revista *Cruzeiro*, lançada em 1928, pelo jornalista Assis Chateaubriand, trazendo grandes reportagens e dando ênfase ao fotojornalismo. Entre diversos assuntos, a revista *O Cruzeiro* contava fatos sobre a vida dos astros de Hollywood, cinema, esportes e saúde. Contava também com seções de charges, política, moda e culinária. Ao cobrir o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, a revista atingiu a impressionante tiragem de 720.000 exemplares. Até então, o máximo alcançado fora a marca dos 80.000.

O periódico em questão, mais que informar, passou a interferir nos hábitos e costumes de uma sociedade, ou seja, passou a transformá-la. E com isso adquiriu um grande prestígio, fazendo com que outras revistas ingressassem numa nova era, a da reportagem.

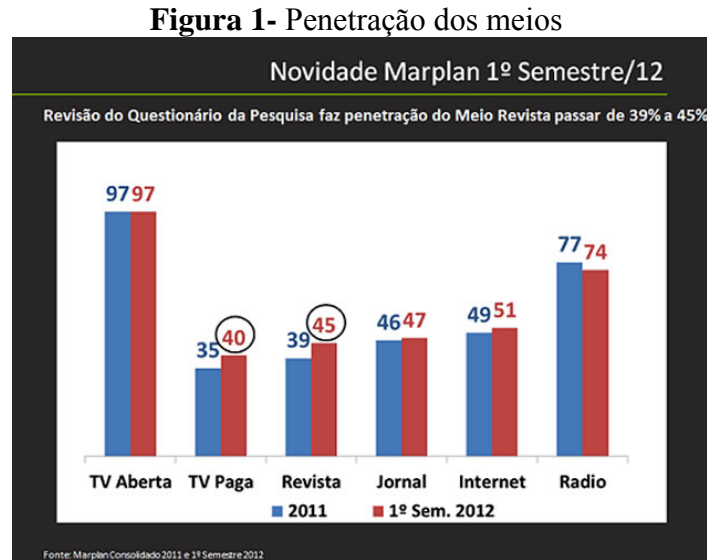
Capitaneadas por *O Cruzeiro*, as revistas ingressaram numa era em que a reportagem teria peso cada vez maior: o jornalista deixou o fundo da redação, ganhou a rua, passou a criar matérias para além do ramerrame. Esporte, política, artes e espetáculos, consumo, modos de vida - nenhum meandro da realidade brasileira deixou de ser desde então freqüentado pelo olhar atento das publicações, muitas das quais pagaram preços alto por essa intromissão (sic.) (WERNECK et al., 2000, p. 22).

Nos anos 1960, *O Cruzeiro*, do Diários e Emissores associados, entrou em declínio com o regime militar e a ascensão de outros conglomerados, como as Organizações Globo. O fim da revista aconteceu em julho de 1975. É nesse contexto que surgem e amadurecem as técnicas de entrevista e reportagens no Brasil.

Em 1966, nasce a revista *Realidade*, marco na história da imprensa brasileira. *Realidade* publicou um produto editorial alternativo, que se compunha de linguagens existencial e política. Com o fim da revista em 1976, a editora Abril investiu em *Veja*. É somente em 1992 que nasce a revista *CartaCapital*. A respeito de *CartaCapital* e *Veja*, por serem nosso objeto de estudo, trataremos mais adiante, ao desenvolvermos nosso estudo analítico.

Por fim, salientamos que a mídia revista tem um cenário favorável. A edição mais recente das pesquisas realizadas pelo Instituto IPSOS/Marplan (2012), o mais respeitado em estudos sobre mídia impressa, revela que ela continua forte no Brasil. Entre 2011 e o primeiro trimestre de 2012, a penetração das revistas aumentou de 39% para 45% da

população, com um desempenho ainda maior nas classes AB, que chega a 63% (contra 52% no semestre passado).



Fonte: Instituto IPSOS/Marplan, 2012.

Na classe C, o índice passou de 31% para 38%. As três capitais com maior influência são Rio de Janeiro (52%), São Paulo (51%) e Curitiba (47%). Esses dados (ALMEIDA, 2012) contribuem para reforçar a relevância da análise da materialidade linguística e das condições de produção dos enunciados acerca do discurso político.

Os valores de comercialização apresentados nas capas das revistas, observados em cada edição, ajudam a atingir o público leitor, assim como o grupo socioeconômico e cultural aos quais pertencem.

2.3 O GÊNERO ENTREVISTA JORNALÍSTICA: CONCEPÇÕES DE ENTREVISTA

Entrevistar é decifrar. Um fato, uma situação, uma pessoa. É descobrir, descortinar, trazer à luz o desconhecido, o inesperado, às vezes o intuído mas nunca revelado. (Helena Chagas)

Não podemos falar em gêneros textuais, ou análise de gêneros, sem mencionar a importante contribuição da obra de Bakhtin, sobretudo as teses apresentadas em *Estética da Criação Verbal*, especialmente na parte intitulada *Os gêneros do Discurso*, em que é discutida a problemática dos gêneros textuais em suas formas de interação nas diversas esferas das atividades sociais. Na concepção do autor, “o enunciado reflete as condições

específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, [...] mas também, e, sobretudo, por seu conteúdo composicional” (BAKHTIN, 2000, p. 279).

A partir do final do século XX, sobretudo, vimos emergir muitas pesquisas que têm como objeto de análise os gêneros textuais de circulação mais ampla, que caracterizem usos públicos da linguagem, como as esferas artísticas, jornalísticas e publicitárias.

Optamos pelos textos da esfera jornalística levando em conta que, em nossa sociedade, os meios de comunicação exercem forte influência sobre a população e, dessa forma, a percepção do papel da mídia é fundamental. Na mídia impressa, nos detemos na revista que apresenta textos voltados para diversos públicos e a partir de diferentes periodicidades. Assim, a entrevista “evidentemente, se funda na mais duvidosa e mais rica das fontes, a palavra. Ela corre o risco permanente da dissimulação, e da fabulação”. (MORIN, 1973, p.120).

Segundo Belo (2006), a prática de entrevistar pessoas com o fito de obter informações começou no início do século XX. A partir daí, a arte de entrevistar para apurar notícias e fatos foi incorporada à prática jornalística. Em toda entrevista, além de se pretender uma troca de informações há um acréscimo, pois, segundo o filósofo Martin Buber (1982), no diálogo em que a relação eu-tu é plena tanto entrevistador quando entrevistado modificam-se.

De acordo com o linguista alemão H. Steger (apud MARCUSCHI, 1986, p.16), existem dois tipos de diálogos: o assimétrico e o simétrico. O diálogo simétrico é caracterizado pela alternância dos interlocutores nos papéis de falante e ouvinte e caracterizam as entrevistas, os inquéritos, a interação em sala de aula, pois somente um dos participantes detém o poder da palavra, podendo iniciar, concluir, dirigir, orientar e, até mesmo, exercer pressão sobre outros participantes.

No diálogo simétrico, supõe-se que todos os participantes tenham o mesmo direito à auto-escolha da palavra, do tema, do tempo de permanência com a fala. Um exemplo que caracteriza bem esta modalidade é a conversação cotidiana e natural. Contudo, não deixamos de considerar que: a) o diálogo simétrico pode ter momentos de dissimetria (assimetria); b) nas interações assimétricas pode haver a inversão de papéis.

A entrevista é considerada um diálogo assimétrico, uma vez que normalmente não há coparticipação, pois o entrevistador é quem dirige, controla a conversa. De acordo com Galembeck (1995, p.58),

na conversação assimétrica, um dos interlocutores ‘ocupa a cena’, por meio de uma série de intervenções de nítido caráter referencial, ou seja, de intervenções nas quais se desenvolve o tópico ou o assunto do fragmento. O outro participante só contribui com intervenções episódicas, secundárias em relação ao tópico do fragmento conversacional.

Além disso, existe uma assimetria no sentido inverso, conforme Halperín (2002, p.13): “Nosso sujeito está no centro da cena – o elegemos por ser um personagem público ou porque é um homem chave no tema que exploramos -, e nós, facilitando seu contato com os leitores e ouvintes.”

O olhar de Medina (1995) focaliza a entrevista enquanto técnica de interação social, de interpretação informativa, ela quebra isolamentos grupais, individuais, sociais, e pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática de informações. A concepção de Medina (1995), na esfera da comunicação social, harmoniza-se muito bem com a de Guedes Caputo (2006, p. 28).

[...] Uma aproximação que o jornalista, o pesquisador (ou outro profissional) faz, em uma dada realidade, a partir de um determinado assunto e também a partir de seu próprio olhar, utilizando como instrumento perguntas dirigidas a um ou mais indivíduos.

Por sua vez, Urbano et al. (1993) definem entrevista como um evento conversacional tipicamente desenvolvido por intermédio de perguntas e respostas, o que as diferencia das conversas espontâneas que também se realizam por movimentos de fala de outros tipos. Entretanto, as respostas que ocorrem numa entrevista revelam uma complexidade que normalmente as conversações espontâneas desconhecem, uma vez que se espera do interlocutor uma reação, uma resposta. Caberá sempre a ele responder à pergunta e esta resposta está condicionada ao tópico imposto pela pergunta e ao trabalho interdiscursivo por ela promovido. Kerbrat-Orecchioni (1991, p. 10) considera que “o ato de questão é com certeza o mais interativo intrinsecamente, ou ao menos dialogal, neste sentido em que sua realização implica muito fortemente o outro (destinatário do ato de linguagem)”.

Charaudeau (2010, p. 214) considera que a *entrevista*, o *bate-papo* e a *conversa* são situações dialogais bem próximas, no entanto

a entrevista, ao contrário das duas outras, exige uma diferenciação de status, de tal modo que um dos parceiros seja legitimado no papel de “questionador” e outro no papel de questionado-com-razões-para ser questionado”. A alternância de fala se acha então regulada e controlada pela instância entrevistadora segundo suas finalidades.

Marcuschi (2003) ao tratar da retextualização, distribui os gêneros textuais de acordo com o meio de produção e a concepção discursiva.

Quadro 1 - Distribuição de gêneros textuais

Gênero textual	Meio de produção		Concepção discursiva		Domínio
	Sonoro	Gráfico	Oral	Escrita	
Conversa�o espontânea	X		X		a
Artigo científico		X		X	d
Notícia de TV	X			X	c
Entrevista publicada na <i>Veja</i>		X	X		b

Fonte: Marcuschi (2003, p. 40).

Ao analisarmos o quadro proposto por Marcuschi fica claro que:

- a) a produ o do domínio “a” – conversa o espontânea –   protótipo da oralidade por ser um texto tipicamente oral, visto que   sonoro e oral;
- b) a produ o do domínio “d” – artigo científico –   protótipo da escrita, uma vez que   um texto tipicamente escrito, pois   gráfico e escrito;
- c) a produ o do domínio “c” – notícia de TV – também não   um protótipo,   misto, uma vez que   sonoro apesar de escrito;
- d) a produ o do domínio “b” – entrevista publicada na revista *Veja* – não   um protótipo nem da escrita nem da oralidade por ser um texto misto, já que   gráfico apesar de oral.

A concep o da entrevista impressa   oral (dialógica), mas se trata de um diálogo editado. Reportando-nos aos momentos distintos na produ o da entrevista, o da prepara o da pauta, o da entrevista propriamente dita e o da edi o, observamos que ela passou pela atividade da retextualiza o quando teve apagada algumas das marcas oriundas da sua concep o discursiva.

Ao consultarmos os manuais da esfera jornalística, encontramos as seguintes referências ao gênero entrevista:

Entrevista: a finalidade de caracterizar um texto jornalístico como entrevista é permitir que o leitor conheça as opiniões, idéias, pensamentos e observações da personagem da notícia ou de pessoa que tem algo relevante a dizer. Pode-se editar a entrevista na forma de pergunta e resposta (pingue-pongue) quando o entrevistado está em evidência especial ou diz coisas de importância particular. (FOLHA DE S. PAULO, 2006, p. 40)

Entrevista: o estilo pingue-pongue (perguntas e respostas em seqüência) é a fórmula que garante maior fidelidade ao pensamento do entrevistado e maior facilidade de leitura. Deve ser usado em todas as entrevistas longas – e mesmo, quando possível, em curtas. (GARCIA, 1998, p. 44)

Por tratar-se de manuais, a ênfase está em estabelecer preceitos, transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, que ajudarão a realizar o trabalho. Como se sabe, cada manual padroniza as normas de estilo do seu veículo específico, orientando o comportamento linguístico de seus jornalistas. Com relação à entrevista, há inúmeras dicas, que vão desde o cuidado com o tempo destinado à entrevista até a como editar as perguntas e respostas.

A entrevista serve para informar, entreter, muitas vezes para educar. São, de fato, muitos os tipos de entrevistas que aparecem na imprensa. Os manuais referem-se principalmente às entrevistas veiculadas nos jornais, contudo, como a entrevista se concretiza na modalidade oral e na escrita, temos ainda a entrevista radiofônica, a entrevista televisiva e a entrevista de revista. Vamos explorar um pouco mais sobre as características desta última.

Em primeiro lugar, é preciso estabelecer a diferença entre a mídia jornal e a mídia revista. Conforme Scalzo (2009, p.14),

os jornais nascem com a marca explícita da política, do engajamento claramente definido, as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço utilitário que podem oferecer a seus leitores. Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. Possui menos informações no sentido clássico (“as notícias quentes”) e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática).

A revista, por sua periodicidade semanal ou mensal, conta com um tempo maior de elaboração e esse é um dos diferenciais entre as entrevistas veiculadas em jornal, elaboradas na pauta diária, e as entrevistas veiculadas em semanários como *Veja* e *CartaCapital*. O jornalista desses meios está mais preocupado em prestar um bom serviço ao público leitor do que em apresentar uma reportagem sensacional.

A mídia impressa revista caracteriza-se por um hibridismo de texto em um mesmo suporte. Para Vilas Boas (1996), a revista, além de visualmente mais sofisticada,

possui um texto mais criativo, mais interpretativo e documental devido ao maior tempo para elaboração.

Há em circulação, no suporte revista, diversas variantes de entrevistas. Charaudeau (2010) as classifica em entrevista política, entrevista de especialista, entrevista de testemunho, entrevista cultural e entrevista de estrelas. Para a nossa pesquisa, interessa-nos o conceito de entrevista política. Para o autor, a entrevista política

se define pelo propósito de concernir à vida cidadã, pela identidade do entrevistado. Este, enquanto convidado, é um ator representante de si mesmo ou de um grupo que participa da vida política cidadã, e que tem certo poder de decisão ou de pressão. Ele sabe que o que disser será interpretado de maneiras diversas, razão pela qual não se pode permitir dizer as coisas como ele pensa. O entrevistador, por seu turno, tenta tirar do convidado o máximo de informações e fazer aparecer as intenções ocultas deste, com o auxílio de um jogo de questionamento sutil e alternando, ou misturando, falsa inocência, falsa cumplicidade, provocação, e trazendo à luz posições contraditórias do convidado; mas ele deve, sobretudo, parecer sério e competente, mostrando que conhece bem o domínio em questão. A entrevista política é um gênero que se presume pôr à disposição da opinião pública uma série de julgamentos e de análises que justifiquem o engajamento do entrevistado. Esse gênero se baseia então num **“é-preciso-dizer-a-qualquer-preço”**. (CHARAUDEAU, 2010, p. 215, grifo nosso).

O que nos leva a asseverar então que uma entrevista foi bem construída, desenvolvida, que atingiu o seu objetivo principal? Halperín (2002, p. 7), ao abordar mais especificamente a entrevista política, diz que ela será bem sucedida quando

o jornalista tem uma atitude de ‘suspeita in-formada’ (como o descreve meu colega Oscar Raúl Cardoso, aludindo à necessidade de que o jornalista político seja desconfiado, mas se aprovisiona de uma informação profunda antes de se sentar para dialogar).

3 LÍNGUA FALADA E LÍNGUA ESCRITA: MARCAS DA ORALIDADE NAS ENTREVISTAS IMPRESSAS

Tudo pode ser movido de um lugar para outro sem ser mudado, exceto a fala. (Provérbio Wolof)

3.1 FALA E ESCRITA EM QUESTÃO

Desde a consolidação dos estudos de língua falada e língua escrita no Brasil, por volta dos anos oitenta, muitas concepções sobre as duas modalidades de uso da língua foram formuladas. Dentre elas, estão concepções que adotam uma postura dicotômica. Alguns representantes dessa postura são autores como Bernstein (1971), Labov (1972), Ochs (1979) e Halliday (1985), primeira fase. Os pesquisadores que defendem essa linha teórica fazem as seguintes distinções:

Quadro 2 - Dicotomias estritas

FALA	ESCRITA
Contextualizada	descontextualizada
Dependente	autônoma
Implícita	explícita
Redundante	condensada
não-planejada	planejada
Imprecisa	precisa
Não-normatizada	normatizada
fragmentária	completa

Fonte: Marcuschi (2003, p. 27)

O quadro mostra as qualidades tidas como privativas de uma ou de outra modalidade. Para esses estudiosos, fala e escrita estão alocadas em blocos estanques e a escrita ocupa lugar de destaque. Na visão de Marcuschi e Dionísio (2005, p. 24-25):

[...] Quem trabalhava o *texto falado* raramente analisava o texto escrito, o mesmo acontecendo com quem se dedicava à análise do texto escrito. Havia uma espécie de ignorância mútua, mas o pior é que a grande parte das observações feitas sobre a fala e a escrita eram em geral fundadas nas normas que a gramática da escrita codificou. Isso é um equívoco porque se passa a analisar a fala pela lente da escrita.

Com os avanços das pesquisas acerca de linguagem, não podemos pensar mais a língua falada e a escrita como modalidades invariantes, mas sim como modalidades que fazem parte de um mesmo sistema e que manifestam ênfases diferenciadas em determinados elementos desse sistema, como afirma Lakoff (1982, p. 241):

Na verdade, os trabalhos sobre esse assunto [as diferenças entre fala e escrita] tendem a criar uma dicotomia peculiar: o discurso escrito planejado e não-espontâneo de um lado, e a comunicação oral direta e espontânea do outro. É inquestionável que esses representem os casos mais claros e as distinções mais nítidas, sendo, portanto, importante estudá-los como extremos de um *continuum*, pois existem tipos de discurso oral não-espontâneo e discurso escrito espontâneo.

Para Castilho (1998), a linguagem humana acontece essencialmente por meio do diálogo, independente da modalidade à qual recorreremos. Entretanto, na língua falada, os participantes da conversação estão sempre frente-a-frente, dispõem da mesma identidade temporal e a constituição do enunciado pode ser realizada em conjunto, visando à interação de forma mais real. Dessa forma, podemos concluir que o discurso oral não é construído de uma forma única, há caminhos diversificados para que a interação seja efetivada por meio do texto falado.

Chafe (1985) aponta diferenças entre a língua falada e língua escrita concernentes ao isolamento tanto espacial quanto temporal do(a) escritor(a) e à interação falante/ouvinte. A essa oposição, ele dá o nome de envolvimento da língua falada x afastamento da língua escrita. Ele considera três tipos de envolvimento: i) do(a) falante consigo mesmo(a) (o ego-envolvimento); ii) do(a) falante com o(a) ouvinte (ligado à interação) e iii) do(a) falante com o assunto, ou seja, um comprometimento pessoal com aquilo sobre o que está sendo falado.

A respeito da situação específica de planejamento de cada modalidade de produção discursiva, o planejamento local e o planejamento prévio, salientamos que o texto oral, por ter característica momentânea e imediata, é planejado localmente, enquanto o texto escrito, por ter a organização e a produção em momentos diferenciados, é planejado previamente. Com base nessas ideias, Urbano (1998, p.133) enuncia:

No texto falado, na falta de intervalo temporal entre a produção cognitiva e a oral, não há, em princípio, como planejar previamente o texto, sendo ele planejado apenas localmente, durante sua própria produção... enquanto, em relação ao texto escrito, havendo um intervalo de duração teoricamente opcional, há suficiente possibilidade de planejamento prévio do texto antes da execução.

Dessa forma, podemos dizer que o planejamento local, característico da oralidade, pode ser percebido em marcas próprias do discurso falado: pausas, hesitações, truncamentos, correções, reformulações. Já o planejamento prévio do texto pertence à modalidade escrita da língua e pode ser evidenciado pela maior elaboração do texto, que apresenta (com bastante frequência) ausência de marcas ou recursos próprios da oralidade, além de apresentar, também, uma organização e seleção mais criteriosa de enunciados e de elementos lexicais.

Nas relações entre fala e escrita, é necessário levarmos em conta as condições de produção para a efetivação de um evento comunicativo, distintas em cada modalidade. Constatamos isso no quadro que segue de acordo com FÁVERO et al. (2005, p.74):

Quadro 3 – Condições de produção da fala e da escrita

Fala	Escrita
- Interação face a face	- Interação à distância (espaço-temporal)
- Planejamento simultâneo ou quase simultâneo à produção	- Planejamento anterior à produção
- Criação coletiva: administrada passo a passo	- Criação individual
- Impossibilidade de apagamento	- Possibilidade de revisão
- Sem condições de consulta a outros textos	- Livre consulta
- A reformulação pode ser promovida tanto pelo falante como pelo interlocutor	- A reformulação é promovida apenas pelo escritor
- Acesso imediato às reações do interlocutor	- Sem possibilidade de acesso imediato
- O falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do interlocutor	- O escritor pode processar o texto a partir das possíveis reações do leitor
- O texto mostra todo o seu processo de criação	-O texto tende a esconder o seu processo de criação, mostrando apenas o resultado.

Fonte: Fávero et al. (2005, p.74)

Na análise da relação fala/escrita, baseada na integração das condições de produção das práticas comunicativas e dos gêneros textuais, Marcuschi (2003b, p.42) considera que:

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos[...] Certamente, o sucesso da análise dependerá também da concepção de língua que fundamentará a perspectiva teórica, bem como da ideia de *funcionamento da língua* como fruto das *condições de produção*, ou seja, da atividade de produtores/receptores de textos situados em contextos reais e submetidos a decisões que seguem estratégias nem sempre dependentes apenas do que se convencionou chamar de *sistema linguístico*. Daí a necessidade de se adotar um componente funcional para analisar a relação *fala versus escrita* enquanto modalidades de uso.

A visão do contínuo tipológico considera os gêneros no seio social, isto é, nas suas efetivas práticas sociais, o que possibilita o reconhecimento de gêneros híbridos em que fala e escrita se imbricam entre si. A esse respeito, Preti (1998, p.83-84) postula que:

A rigor, o que existe no continuum fala/escrita é uma tipificação textual, que iria desde a conversa distensa do dia a dia, até a exposição científica tensa ou pronunciamento oficial de uma autoridade, no caso da língua falada; e desde a informalidade de uma carta familiar até a elaboração de um texto literário ou de um artigo científico, no caso da língua escrita. Mas, se observarmos qualquer desses tipos de texto em que se notam diferenças e semelhanças entre fala e escrita, seria impossível afirmar que existe uma perfeita correspondência entre eles, de tal forma, por exemplo, que a linguagem de uma carta familiar pudesse ser a representação exata da linguagem falada do dia a dia.

A interação rege a organização da língua e seus usos sociais, portanto nesta tese, optamos por estudar o inter-relacionamento humano a partir do gênero entrevista, discurso interativo com sequências dialogais.

No gênero entrevista impressa, a edição deve ser orientada primeiro pelos seguintes eixos: agrupar todas as perguntas que tratam do mesmo tema, escolher o título, “uma frase que resume o espírito da entrevista”, e dos “olhos”, uma ou mais frases boas ditas pelo entrevistado. Na sequência, edita-se a parte final que se constitui de revisão e publicação. A entrevista é transcrita com poucas alterações e deve estar de acordo com as normas do texto jornalístico: corta trechos, muda-se a ordem das respostas, fundem-se perguntas e respostas, sem com isso ferir as regras estabelecidas com o entrevistado como afirma o Manual de Redação da Folha de São Paulo:

Nas declarações textuais: sempre entre aspas, sem alterar a literalidade do que foi dito; alterações: evitar repetições, ou expressões próprias da linguagem oral; não abrir texto com declarações; apenas as frases mais significativas da entrevista; no máximo, três linhas; se houver alguma palavra errada, ou estranha, empregar entre parênteses a expressão latina “sic”. (FOLHA DE S. PAULO, 2006)

Cabe salientar que esse processo tem consequências, afetando, às vezes, o sentido do que foi dito. Uma das consequências, apontada por Marcuschi (2003b), é o falseamento, um acréscimo ao texto escrito a partir de uma compreensão equivocada do texto falado. Outra é a perda de elementos do texto oral, como indícios de humor, deixando o texto escrito excessivamente acético. Sem definir limites entre essas operações, Marcuschi (2003, p.103) sugere que se trata muito mais de uma gradação do que uma separação dicotômica.

Há, no entanto, casos de retextualização em que não se pode falar em falseamento, mas em interpretação. Sequer é possível fazer um cotejo para verificar o tipo de mudanças operadas. Trata-se de uma retextualização em que se vai de um gênero a outro, com uma série de consequências. Não é uma atividade fácil, pois exigirá uma atividade interpretativa muito mais desenvolvida. Esta é a posição mais comum no caso dos jornalistas no seu afã diário.

No par pergunta/resposta, a primeira determina os contornos da abordagem temática e discursiva ao impor restrições ilocucionárias e discursivas à segunda (URBANO et al., 2002, p. 75). É comum que o entrevistador ofereça informações no início do seu turno, por meio de asserções e então ao final do turno realiza a pergunta.

O fato é que, quase nunca, as citações textuais publicadas na imprensa correspondem literalmente ao que o entrevistado falou. Seria muita ingenuidade acreditarmos que, mesmo em se tratando de entrevistas do tipo "pergunta-resposta", não houvesse uma série de alterações no texto original. Essa afirmação pode ser facilmente observada nos trechos a seguir, extraídos da entrevista de Marina Silva, publicada nas Páginas Amarelas de *Veja* em 30 de junho de 2010:

Veja: Como escapar do papel de mera figurante nesta eleição presidencial?

Marina Silva: Será uma campanha dura, evidentemente, mas diria que esses 12% são uma plataforma de lançamento bem razoável para alguém que entrou para o jogo há tão pouco tempo e em franca desvantagem. Olhe a situação dos meus concorrentes. O presidente Lula passou pelo menos os últimos dois não fazendo campanha aberta para a ministra Dilma Rousseff, o que tem um peso decisivo. Quanto ao governador José Serra, não seria um exagero dizer que ele está em campanha para presidente desde que perdeu as eleições de 2002. Acredito piamente que Serra seja candidato desde seus 5 anos de idade. Sei que estou

entrando em campo não só bem atrás dos dois, mas também com uma bandeira, digamos, menos vistosa, a do meio ambiente. Até recentemente, ela era hostilizada e encarada como uma coisa exótica no Brasil. Tal percepção está mudando – o que torna pela primeira vez viável no país uma candidatura que defenda que esse é o grande debate do século XXI.

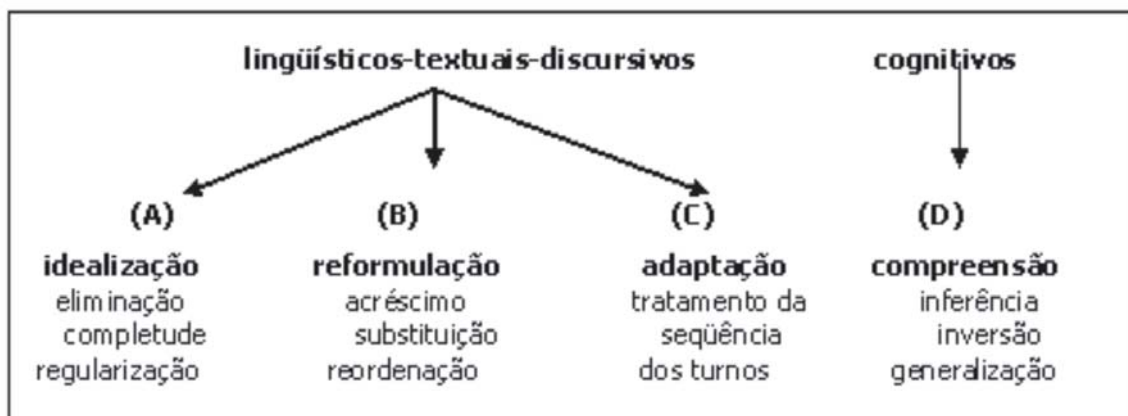
O trecho citado anteriormente não reproduz fielmente a fala de Marina Silva na entrevista oral, pois verificamos a total falta de hesitações, autocorrekções, truncamento de palavras, entre outras marcas comuns às interações verbais. Além disso, ainda que a presidenciável tenha um bom nível escolar, a correção sintática dos enunciados que constituem a sua resposta (e também as demais da entrevista) é impecável. Algo improvável no texto falado.

As entrevistas jornalísticas impressas são textos híbridos, primeiro falados e depois transcritos e editados por meio de um processo que tem sido denominado retextualização. De acordo com Marcuschi (2003, p.46), a retextualização é entendida como

um processo que envolve operações complexas [de passagem do texto falado para o escrito e vice-versa] que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação oralidade-escrita.

Na retextualização, há interferência, tanto na materialidade quanto na forma e no conteúdo do texto, na passagem de um texto a outro. Assim, os textos apresentam uma mudança de formatação linguística, através de uma série de operações que Marcuschi (2003, p. 69) sintetiza da seguinte forma:

Figura 2 - Aspectos da retextualização



Fonte: Marcuschi (2003, p.69).

Vale ressaltar que, nas entrevistas analisadas, não verificamos repetições significativas, como no exemplo anterior, o que confirma ainda mais que, após a transcrição e edição de fato, vão permanecer no texto escrito os elementos que o enunciador julgar relevantes para a construção do texto.

O resultado final dessa transição de uma modalidade a outra pode apresentar marcas que caracterizam tanto a modalidade escrita como a modalidade falada da língua, uma vez que há um “descolamento” entre a interação face a face e o gênero já editado e publicado na revista. Entre os elementos da fala que podem permanecer no texto escrito, mesmo após o processo de retextualização, estão os marcadores discursivos.

3.2 MARCADORES DISCURSIVOS: TIPOS E FUNÇÕES

Os marcadores discursivos (MD) são necessários para a progressão textual e recorrentes tanto na língua falada quanto na língua escrita, por isso seu estudo em inglês, espanhol, português e demais línguas tem sido intenso nas últimas décadas. A definição de “marcador discursivo” é controversa. Conceituá-los é um desafio, pois aparentemente qualquer item linguístico pode operar como um marcador discursivo, bastando que os produtores textuais os insiram como tal. Por isso, é possível encontrar termos como “marcadores conversacionais”, como é o caso de Castilho (1989) e Marcuschi (2000) e, em trabalhos mais recentes, como o de e Risso, Oliveira e Silva e Urbano (2006), “marcadores discursivos”.

Uma das referências mais antigas são os estudos atribuídos a Beinhauer (1964) que os batizou *muletillas*⁴. Keller (1979) chamou os marcadores conversacionais de *gambitos* e apontou que, geralmente, apareciam no início do enunciado, sendo sintaticamente dele independentes, tendo, porém, considerado sua contribuição à construção semântica do enunciado.

Said Ali (1930) apresentou um estudo, antes mesmo dos estudos da Linguística a respeito das características da língua oral, que se pode dizer pioneiro sobre os marcadores discursivos, na definição atual. O autor os nomeou como expressões de situação “uma vez que rareiam no discurso eloquente e retórico e se usam a cada instante justamente no falar desativado de todos os dias”. (ALI, 1930, p. 51). O autor considerou as situações possíveis entre o locutor e o interlocutor e estudou marcadores como: mas, então, agora,

⁴ Muletinhas, em português. Tradução nossa.

sempre, infelizmente, afinal, enfim, finalmente, não é, pois, pois sim, olhe, que quer?, sabe?, é verdade, verdade é que.

Risso, Oliveira e Silva e Urbano (2002, p.22) utilizam “marcadores discursivos”, pois, segundo eles, essa designação parece ser “mais adequada e abrangente do que marcadores conversacionais”. Ainda segundo esses autores,

embora esta outra [marcadores conversacionais] seja a mais recorrente e aceita entre os linguistas brasileiros, reconhecemos nela uma limitação, por sugerir, inevitavelmente, um comprometimento exclusivo com um tipo de texto oral, que é a conversação.

Em nossa pesquisa, adotaremos a nomenclatura *marcadores discursivos*, tanto por uma questão teórica – que toma por base o discurso e não unicamente a conversação – como pelo fato de os marcadores ocorrerem não só em textos conversacionais, mas também em textos escritos.

Os marcadores discursivos apresentam-se como expressões de natureza lexical e não-lexical (como bom, sabe e ah, hein, respectivamente). Segundo Urbano (1997, p. 87), os marcadores verbais se apresentam ora como elementos simples (sabe?), ora como compostos ou complexos (quer dizer, no fundo), ora como oracionais (eu tenho a impressão de que), podendo aparecer combinados (mas acho que).

É ainda Urbano (1993, p. 85) que os define como unidades típicas da fala, dotadas de grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomaticidade e significação discursivo-interacional, mas que geralmente não integram o conteúdo cognitivo do texto. O autor ainda destaca que os marcadores “ajudam a construir e a dar coesão e coerência ao texto falado, especialmente dentro do enfoque conversacional. Na perspectiva comunicativa-interacional, segundo Urbano (2001, p.90-91) eles

funcionam como articuladores não só de unidades cognitivo-informativas do texto como também dos seus interlocutores, revelando e marcando, de uma forma ou de outra, as condições de produção do texto, naquilo que ela, a produção, representa de interacional e pragmático; que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação pessoal.

Marcuschi (1996) estabelece duas funções básicas para os marcadores discursivos:

- a) função conversacional - serve para garantir a orientação dos interlocutores, cabendo-lhes a utilização de marcadores específicos em determinadas situações.
 - b) função sintática - é responsável pela sintaxe da interação, pela segmentação e pelo encadeamento das estruturas linguísticas.
- Segundo Marcuschi (1989, p.290-291), quanto à forma, os marcadores podem ser:
- a) simples: é o marcador que se realiza com um só lexema ou paralexema como por exemplo interjeições, os verbos, os advérbios, os adjetivos, os pronomes, as conjunções.
 - b) compostos: apresenta um caráter sintagmático, com tendência à estereotipia e pouca alteração morfológica no tipo produzido. Encontram-se neste contexto, interjeições, advérbios, verbos, adjetivos, pronomes.
 - c) oracionais: constituído de pequenas orações com graus ilocutórios variados como “acho que”, “não sei não”.
 - d) prosódicos: formado por recursos prosódicos e normalmente utilizado com algum marcador verbal. Encontram-se nesse contexto a hesitação, a entonação, o tom de voz.

A independência sintática e subsequente esvaziamento semântico inerentes a estes marcadores potencializam a possibilidade de assumirem diferentes funções, consoante o contexto comunicativo, uma vez que o mesmo marcador, acompanhado por elementos prosódicos, pode apresentar diferentes funções de acordo com a situação. De acordo com Marcuschi (1989, p.282), os marcadores conversacionais são “palavras e expressões mais ou menos fixas, características da fala, elementos que operam simultaneamente como organizadores da interação, articuladores do texto e indicadores da força ilocutória”. Essa multifuncionalidade permite aos MDs acontecerem em vários gêneros textuais da modalidade escrita do sistema linguístico, desde gêneros híbridos (como a entrevista impressa) aos modelos mais formais, como o artigo científico, por exemplo.

Castilho (1989, p. 273-274) também reconhece essa natureza multifuncional dos marcadores conversacionais e admite que todos os marcadores exercem, genericamente, uma função textual, à medida que organizam e estruturam o texto. Essa função geral, porém, desdobra-se nas duas funções particulares indicadas a seguir:

a) interpessoais (ou interacionais): orientam os turnos conversacionais.

- assinalam o início do turno: nas pré-sequências, como “escuta”, “nós queríamos saber”. Nas sequências de propostas de assunto (“vamos dizer o seguinte”), de aceitação (“bom”, “tá certo”) e de recusa (“negativo, desculpe...mas”, “tá certo...só que”);
- assinalam a passagem de turno: “agora”, “agora é tua vez”;
- assinalam a tomada de turno: “mas espera aí um pouco”;
- assinalam a manutenção do turno: “e tem mais”, “como eu dizia”;
- assinalam o fechamento do turno: “tá bom”, “foi bom”.

b) ideacionais (ou coesivos) para a organização textual, como os iniciadores, sequenciadores, expansores e modalizadores asseverativos “é claro”, “exato” e atenuadores “eu acho (que)”, “me parece que”;

- negociação do tema: “é o seguinte”, “bom”, “então”;
- aceitação ou recusa do tema: “tá bom”, “essa não”;
- mudança ou retomada do tema: “falando agora de”, “e por falar em”;
- ênfase de um aspecto do tema: “o ponto em questão”, “o essencial”, “o mais importante”;
- atenuação de um aspecto do tema: “de certa forma”, “num certo sentido”.

De acordo com Marcuschi (1986), no que se refere às funções conversacionais, esses marcadores podem ser analisados sob os seguintes aspectos: i) sinais produzidos pelo falante, que servem para sustentar o turno, preencher pausas, dar tempo à organização do pensamento, explicitar intenções, indicar o início e o final de uma asserção, dúvida ou indagação e ii) sinais produzidos pelo ouvinte, que servem para orientar e monitorar o falante. Esses sinais marcam a posição pessoal do ouvinte, encorajando-o, desencorajando-o, ou solicitando alguma informação a mais.

Para Andrade (1990, p.101), os marcadores conversacionais são conectores interativos e não só conectores textuais, pois:

Eles existem devido às funções interacionais, já que estas comandam estratégias adotadas pelos interlocutores na construção e manifestação de suas identidades sociais. Essas funções ganham existência através de esquemas lingüísticos rotineiros e estereotipados, dependendo, geralmente, de fatores e variáveis socioculturais.

Schiffrin (1987, p. 63) também se empenhou no estudo dos marcadores discursivos em sua obra *Discourse Markers*. A autora considera os marcadores como elementos que “atuam no nível da coerência discursiva”. Para Schiffrin (1987), os marcadores discursivos são itens que devem ser vistos como elementos linguísticos, paralinguísticos ou não-verbais que sinalizam relações entre as unidades de conversação através de suas propriedades sintáticas e semânticas, se assim a possuírem, e através de sua posição sequencial inicial ou final, demarcando as margens dessas unidades.

Em língua inglesa, Levinson (1983, p.87-88), ao tratar dos marcadores discursivos, afirma que há em muitas línguas várias palavras e locuções que indicam a relação entre o enunciado e o discurso anterior. Podemos citar o uso de marcadores de posição inicial, como por exemplo, *but, therefore in conclusion, to the contrary, still, however, anyway, well, besides, actually, after all*. Essas expressões indicam se o enunciado que as contém constitui uma resposta ou uma continuidade de algum fragmento anterior.

Para esclarecer o funcionamento dos MDS, Fraser (1990 e 1998) propôs uma análise em dois níveis: nível do conteúdo e o nível pragmático. O primeiro nível está relacionado ao conteúdo proposicional e o segundo ao domínio epistêmico e aos atos de fala.

Para McCarthy (1993), os marcadores discursivos representam um sistema de gerenciamento do que é falado ou escrito e desempenham uma função interacional do discurso. Ao estudar o grau de oralidade em textos literários, publicitários e jornalísticos, o autor esclarece que os marcadores discursivos respondem pelo julgamento que as pessoas fazem do que seja um texto no nível oral ou escrito. Na sua concepção, os marcadores favorecem o estabelecimento de um contexto conversacional.

Charaudeau e Maingueneau (2004, p.320) reconhecem a importância dos “marcadores conversacionais”, para os autores:

- a) todos são objeto de um contorno prosódico particular (entonação e ritmo);
- b) morfologicamente, são, na maior parte dos casos, invariáveis e pertencem a diversas categorias (interjeições, advérbios, conectores, adjetivos, verbos de percepção de diversos modos);
- c) sem posição fixa aplicável a todos, alguns podem ser cumulativos, outros, constituir por si mesmos, um turno de fala;
- d) seu valor semântico não se formula em termos de um conteúdo proposicional, mas se funda sobre a(s) função(ões) que asseguram, sendo

que o papel mais frequentemente evocado o da conexão exercida em todos os níveis da pragmática conversacional.

Ainda para Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 428), os marcadores, funcionando em contexto:

Determinam a evolução da relação ao longo da troca comunicativa – pois a principal característica da relação interpessoal é que ela é evolutiva, e quase sempre negociável: a interação é um processo dinâmico, no qual nada está definitivamente determinado no princípio nem é fixado de uma vez por todas [...].

Risso (2006) e Urbano (2006) fornecem uma descrição pormenorizada dos MDs em dois grandes grupos: os *MDs* basicamente sequenciadores (que apresentam o traço sequenciador tópico) e os *MDs* basicamente interacionais (que apresentam o traço basicamente orientador).

a) Marcadores basicamente sequenciadores: Risso (2006) descreve como marcadores basicamente sequenciadores o conjunto de palavras ou locuções que promovem a ligação entre as partes do texto, além de realizarem o encaminhamento das perspectivas assumidas no decorrer da própria interação. A autora (2006, p. 427) sintetiza a atuação desses marcadores:

Entre os exemplos mais freqüentes de unidades articuladoras estão formas como: agora, então, depois, aí, mas, bem, bom, enfim, finalmente, quer dizer, por exemplo, assim, primeiro ponto...segundo...terceiro..., etc. e tal... Às vezes, essas formas aparecem duplicando-se em ocorrências conjuntas como: agora, então, então aí, aí depois, mas então, mas aí, etc. e tal, então por exemplo... Outras vezes, aparecem acumulando-se com marcadores lexicais que explicitam mais claramente os movimentos de encaminhamento, fecho e retomada de tópicos discursivos, bem como a avaliação de particularidades da informação contidas em seu interior: agora...o que eu acho é o seguinte;; bem, voltando ao assunto; então, para terminar; então, resumindo; mas, como eu dizia há pouco, entre outras ocorrências.

b) Marcador discursivo basicamente interacional: Urbano (2006, p. 499) apresenta a sua visão de função interacional:

Esclarecemos que o conceito de interação tem uma abrangência considerável, não se referindo apenas ao processo de relação interpessoal bem caracterizado (envolvimento do falante com o ouvinte e vice-versa), mas também ao processo de manifestação pessoal, quando, por exemplo, o falante verbaliza avaliações subjetivas a propósito das significações proposicionais, envolvendo-se, pois, com o conteúdo, ou compromete, retoricamente, seu interlocutor.

Urbano (2006, p. 497) também apresenta uma relação dos principais grupos de marcadores que desempenham a função interacional no português falado:

- a) ah, ahn, ahn ahn, hem?, uhn, uhn uhn, uhn?;
- b) certo, certo?, claro, exato;
- c) é, é claro, é verdade;
- d) entende?, entendeu?, sabe?, tá?, viu?;
- e) mas;
- f) não é verdade?, não é?/num é?, ne;
- g) olha/olhe, vamos ver, veja, vem cá;
- h) pois é, sei, sim.

Risso et al. (2006) asseveram que os MDs devem ser considerados multifuncionais porque, como todo mecanismo com estatuto textual, cumprem a função de orientar a interação, o que os difere é o grau de orientação que apresentam. Nas palavras da autora:

Os MDs operam no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo. Entretanto, asseguram a ancoragem pragmática desse conteúdo, ao definirem, entre outros pontos, a força ilocutória com que ele pode ser tomado, as atitudes assumidas em relação a ele, a checagem de atenção do ouvinte para a mensagem transmitida, a orientação que o falante imprime à natureza do elo sequencial entre os elementos textuais. [...] Nessa qualidade, estabelecem-se como embreadores dos enunciados com as condições da enunciação, apontando para as instâncias produtoras do discurso e definindo a relação dessas instâncias com a estruturação textual-interativa. (RISSO et al., 2006, p.424)

Na literatura dos estudos da linguagem, encontramos trabalhos valiosos que realizam estudo comparativo entre a utilização de MDs da modalidade oral e os MDs da modalidade escrita, entretanto, nesta pesquisa, o enfoque recai sobre os marcadores discursivos mais expressivos na modalidade escrita, ou seja, que exercem uma função relevante na construção do texto. Dentre as análises de textos retextualizados, encontramos o de Herbele (1999) que procurou demonstrar algumas estratégias típicas da linguagem oral utilizadas em textos escritos, a autora apresenta uma análise de marcadores de informalidade e/ou proximidade em textos escritos diversos. Ela analisou editoriais das revistas Claudia, Capricho e Atrevida e também a carta do leitor do jornal Zero Hora.

Após a exposição teórica sobre os marcadores discursivos, passaremos à análise a partir dos fragmentos das entrevistas que constituem o nosso *corpus* para responder

a seguinte questão: qual o papel dos marcadores discursivos na construção do discurso dos presidenciáveis?

Salientamos que o nosso objeto de estudo será examinado⁵ à luz dos pressupostos teóricos que consideram os marcadores discursivos como elementos “multifuncionais que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação interpessoal” (URBANO, 1997, p. 86.).No capítulo seguinte, analisaremos os MDs nas entrevistas impressas.

⁵ Na abordagem sobre os marcadores discursivos, vamos centrar a nossa análise na importância dos MDs na entrevista impressa levando em conta que ela é um texto híbrido. Desse modo, o nosso estudo será qualitativo.

4 ANÁLISE DOS MARCADORES DISCURSIVOS NAS ENTREVISTAS IMPRESSAS

4.1 O MARCADOR DISCURSIVO *MAS*

Maingueneau (1997) ressalta a importância do *mas* e do seu interesse para a AD, devido à sua frequência e ligação com o implícito. O autor adota a nomenclatura: conectivo argumentativo, e segundo ele “os linguistas distinguem habitualmente dois *mas*: um *mas* de “refutação” (cf. em alemão *sondern* e em espanhol *sino*) e um *mas* de “argumentação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 165). Ainda segundo o autor:

A existência de dois *mas*, refutativo e argumentativo, não deve entretanto, mascarar suas afinidades pragmáticas. Tanto em um caso como no outro, institui-se um afrontamento entre o locutor e um destinatário (real ou fictício) e, não um simples oposição entre dois enunciados. O *mas* de refutação recusa a legitimidade daquilo que um destinatário disse ou pensou, ou poderia ter dito e pensado. Já o *mas* argumentativo possibilita a oposição à interpretação argumentativa que um destinatário atribui ou poderia atribuir à proposição. (MAINGUENEAU, 1997, p. 166)

4.1.1 Diferentes Matizes do *mas*

O MD *mas* foi o mais expressivo nas entrevistas analisadas, esse resultado confirma que “esse marcador discursivo é um dos mais férteis em termos de matizes funcionais”. (URBANO, 2006, p.515). Para ilustrar, apresentamos algumas nuances da atuação do *mas* nas respostas dos presidentes.

a) valor emotivo

CC: Mesmo assim essa elite não o aceita?

Plínio de Arruda Sampaio: Ah, bom, pois ele é inconfiável. Para o mundo capitalista, confiável é quem detém o capital. E Lula não tem capital. De transfusão de sangue que passou a ser aceito mesmo só conheço o caso de Fernando Henrique Cardoso. Mas esse era filho de general originário da elite. FHC passou a ser encarado como alguém que teve seus devaneios na juventude, depois criou juízo e seguiu as regras. Lula não. Ele é perigoso por ser um líder popular. **Mas**, sejamos claros, nem essa burguesia o combate mais com tanta ferocidade. Você é jovem e não viu o que fizeram com João Goulart. Eles estrangularam Jango. Quando eles atacam, Nossa Senhora, é terrível! Eu vivi isso. Atrás, não dá muita colher de chá para ele, mas não ataca. Quando ataca, meu filho, Nossa Senhora, é terrível. Eu vivi isso. (*CartaCapital*, 21/04/10 - grifo nosso)

Veja: É fácil vendo o filme de trás para a frente, mas hoje parece indiscutível que o pessoal da luta armada não queria a volta da democracia, mas apenas trocar uma ditadura de direita por outra de esquerda. A senhora tinha consciência disso?

Dilma: [...] Foi um período histórico marcante em todo o mundo. Os jovens franceses estavam nas barricadas de maio de 68. Jovens americanos morriam baleados pela polícia nos campus universitários em protesto contra a Guerra do Vietnã, a mais popular das guerras dos Estados Unidos, um conflito que aos nossos olhos tinha uma tecnomilitar agressora sendo derrotada por um país pequenino, mas valente. Nossa simpatia com o lado mais fraco era óbvia. Depois daquela fase eu continuei lutando pela democracia no antigo MDB e no PDT. Nesse processo, eu mudei com o Brasil, **mas** jamais mudei de lado. (*Veja*, 16/06/2010)

Veja: A senhora já disse mais de uma vez que não vai se colocar como opositora do presidente Lula durante a campanha, mas faz críticas concretas a seu governo...

Marina Silva: Se não tivesse discordâncias, sobretudo em relação à condução da política ambiental, seria ministra até hoje. O momento em que entrei na sala do Lula e coloquei meu cargo à disposição foi sem dúvida um dos mais difíceis e doídos da minha vida. **Mas** o rompimento era necessário. Mantive minhas convicções. [...] (*Veja*, 30/06/2010)

b) marcador de nova direção argumentativa

Veja: A sua opção pela luta armada na juventude vai ser um assunto da campanha eleitoral. As pessoas querem saber se a senhora deu tiros, explodiu bombas ou sequestrou.

Dilma: Estou pronta para esse debate. Pertenci a organizações políticas que praticaram esses atos. **Mas** eu jamais me envolvi pessoalmente em alguma ação violenta. Minha função era de retaguarda. [...] A ditadura foi muito ruim. Cassaram os partidos políticos, fecharam órgãos de imprensa, criaram mecanismos de censura, torturaram... **Mas** o pior de tudo é que tiraram a esperança da minha geração. Quem tinha 15 ou 16 anos de idade quando foi dado o golpe de 64 não enxergava o fim do túnel. De um jovem cheio de energia e sem esperança podem-se esperar reações radicais. (*Veja*, 16/06/2010).

Veja: A senhora manteria o Bolsa Família?

Marina Silva: Manteria, **mas** com o ajuste essencial de passar a investir no atendimento personalizado dessas famílias de modo a traçar com elas um plano concreto de saída do programa. [...] (*Veja*, 30/06/2010)

Veja: como exatamente o futuro presidente da República pode ajudar a economia brasileira a seguir crescendo em ritmo tão acelerado— poluindo menos?

Marina Silva: [...] De saída, o Brasil conta com a vantagem de ter quase metade de sua matriz energética limpa. **Mas** é necessário investir ainda, maciçamente e de forma disciplinada, em outras fontes de energia, como a eólica, a solar, a de hidrogênio, e nos biocombustíveis. Tudo isso contribuirá para uma economia de baixo carbono, sem sacrificar empregos. (*Veja*, 30/06/2010)

Nos exemplos anteriores, constatamos que o marcador discursivo *mas* “não é uma negação do dito e sim uma proposta de reordenação num outro ponto de vista” (MARCUSCHI, 1989, p. 299). O MD *mas* pode ocorrer com outros marcadores como o “olhe lá” (ressalva) o que sustenta ainda mais a sua função de marcador de orientação argumentativa, como nos exemplos abaixo:

Veja: Dê o exemplo de um economista que preencha os requisitos acima, a quem o senhor admire e com quem ainda não trabalhou.

José Serra: Olhe lá! Não estou fazendo nenhuma nomeação antecipada. **Mas** teria muitos exemplos. Um deles? O Ermínio Fraga, como perfil. Sabe economia, é pragmático, não doutrinário. Soube navegar em mar revolto e deu enorme contribuição à estabilidade econômica do país ao instituir o regime de metas de inflação. (*Veja*, 23/06/2010).

Veja: A senhora diz que sua campanha está voltada para conquistar o eleitorado mais jovem. Não haveria uma resistência nesse grupo por causa de suas posições em discussões polêmicas, tais como liberação das drogas ou do aborto?

Marina Silva: Olhe como é a vida! Posso dizer que nunca fui discriminada por ser mulher ou negra, *mas agora*, pela primeira vez, estou sentindo um grande peso por ser evangélica. (*Veja*, 30/06/2010).

c) nuances de concessão

Veja: Depois que os repórteres da sucursal de VEJA em Brasília desvendaram uma tentativa de alopados do PT de, uma vez mais, montar uma central de bisbilhotagem de adversários, as operações foram desautorizadas pela cúpula da campanha. O senhor responsabiliza a candidata Dilma Rousseff diretamente pelas malfetorias ali planejadas?

Jose Serra: Só cabe lamentar e repudiar as tentativas de difusão de mentiras, de espionagem, às vezes usando dinheiro público, às vezes usando dinheiro de origem desconhecida, como em 2006. São ofensas graves e crimes que ferem até mesmo direitos básicos assegurados pela Constituição brasileira. Isso não é honesto com o eleitor. É coisa de gente que rejeita a democracia. A candidata disse que **não** aprova esse tipo de atitude, **mas não** a repudiou, não pediu desculpas públicas nem afastou exemplarmente os responsáveis. Essa reação tímida e a tentativa de culpar as vítimas fazem dela, a meu ver, responsável pelos episódios. (*Veja*, 21/04/2010).

Na sequência “a candidata disse que **não** aprova esse tipo de atitude, **mas não** a repudiou” temos duas negações (não ...não) equivalente a um *e* muito mais afirmativo que disjuntivo.

Veja: Sendo tão crítica em relação à classe política, de quais quadros a senhora disporia, caso fosse eleita?

Marina Silva: Há bons nomes, em todos os partido, à esquerda e à direita, ainda que eles sejam minoria. Na economia, sei que buscaria alguém para dar continuidade à política macroeconômica que garantiu a estabilidade e tantos ganhos ao Brasil nos últimos dezesseis anos — um avanço inquestionável. O próprio Henrique Meirelles é um ótimo nome, **mas não** o único. (*Veja* 30/06/ 2010).

Na sequência “próprio Henrique Meirelles é um ótimo nome, **mas não** o único” verificamos a fertilidade do MD *mas* que parece muito mais próximo de concessão. Isto é, ela poderia empregar o embora (concessão mais branda, amenizada), reconhecendo assim que Henrique Meireles, embora seja um bom nome, não é o único.

4.2 MARCADOR DISCURSIVO *NOSSA*

A explicação de Marcuschi (1993, p. 226) parece satisfatória no tratamento dessa questão. Para o autor, as interjeições são um fenômeno linguístico universal, seja do ponto de vista de sua materialidade, seja do ponto de vista de sua funcionalidade comunicativa.

Veja: Segundo o folclore, o senhor seria seu próprio ministro da Fazenda, seu ministro do Planejamento, seu presidente do Banco Central e seu ministro da Saúde...

José Serra: Nossa! É folclore mesmo. Quem trabalha ou trabalhou comigo sabe que não centralizo a administração, que dou grande autonomia às diferentes áreas. Fixo metas, objetivos, acompanhamento, cobro, mas nunca imponho nada exótico ou irrealista. E mais: tenho grande capacidade de ouvir. (*Veja*, 23/06/2010)

Se “Nossa!” Está presente na retextualização é porque o jornalista considera que a expressão deve ser mantida como característica do falar do entrevistado, assim como as repetições, que deveriam ser eliminadas, considerando orientações do Manual de Redação para os textos jornalísticos. De acordo com Marcuschi (1993b, p. 221), “a interjeição é o único fenômeno linguístico exclusivo da língua falada. Assim mesmo quando ocorre na escrita, geralmente em contexto de diálogo, representa uma situação de fala”.

4.3 MARCADOR DISCURSIVO *OLHA*

De natureza imperativa e predominantemente fática, com uma pequena variação formal, o MD *olha*, *olhe*, nos textos examinados, são MDs derivados de verbos de percepção.

Veja: É fácil falar vendo o filme de trás para frente, mas hoje parece indiscutível que o pessoal da luta armada não queria a volta da democracia, mas apenas trocar uma ditadura de direita por outra de esquerda. A senhora tinha consciência disso?

Dilma: Olha aqui, no meio da luta essas coisas nunca ficam claras. O objetivo prioritário era nos livrar da ditadura, e lutamos embalados por um sentimento de justiça, de querer melhorar a vida dos brasileiros [...] (*Veja*, 16/06/2010)

Nos exemplos anteriores, os marcadores *olha*, utilizado para abrir o turno, induz os ouvintes a prestar atenção no que vai ser dito.

4.4 MARCADOR DISCURSIVO *AH, BOM*

Verificamos que os marcadores discursivos como *Ah*, *bom* marcam a interação entrevistador/entrevistado. O MD *bom*, também neste fragmento, revela um pouco de hesitação por parte do entrevistado, assim como uma estratégia para ter mais tempo para elaborar a resposta.

CC: Mesmo assim essa elite não o aceita?

PS: Ah, bom, pois ele é inconfiável. Para o mundo capitalista, confiável é quem detém capital.[...]. (*CartaCapital*, 21/04/2010).

4.5 MARCADOR DISCURSIVO *AGORA*

Em estudos sobre o *agora*, Risso et al. (1993, p. 54-56) consideram importantes alguns pontos quanto às particularidades do marcador na abertura e encaminhamento de tópico:

[a] a propriedade remissiva do marcador no estabelecimento de relações internas no texto [...] agora é sempre pró-ativo: aponta para frente, direcionando a atenção para algo novo que está para ser informado;

[b] a propriedade de refletir a instância de enunciação a partir de dados de natureza essencialmente pragmática, que traduzem o envolvimento do locutor com as estruturas ideacional e interpessoal de seu discurso;

[c] o marcador *agora* é também egocentrado: tem seu foco fixado naquilo que o falante, ele próprio, está para dizer, mais do que naquilo que o ouvinte diz.

Para análise, destacamos as seguintes ocorrências do MD *agora*:

Veja: A senhora pretende manter a Bolsa Família nos moldes atuais?

Dilma Rousseff: Temos de continuar ajudando os mais pobres. Temos de garantir que os 190 milhões de brasileiros virem consumidores. Isso não é possível sem programas sociais. **Agora**, vocês me digam: tem maior porta de saída do que o crescimento do emprego nos níveis atuais? Tem porta de saída melhor do que o investimento em ensino profissionalizante? Essas são as melhores portas de saída. [...] (Veja, 16/06/2010).

O marcador discursivo *agora* manifesta a relação de Marina Silva com assunto “melhoria social das classes menos favorecidas” num modo discursivo interrogativo e avaliativo. Nesse sentido, Risso (1993, p. 55) afirma que *agora* apresenta

forte tendência a orientar o discurso para o que um dado falante vai dizer, a partir do que ele mesmo disse, ou seja, para a expressão da posição do falante relativamente à informação desencadeada por ele próprio, ou por ele estrategicamente endossada no diálogo.

Veja: O que a senhora faria para alcançar a tão almejada e necessária qualidade de ensino?

Marina Silva: [...] Sei das fragilidades do magistério na própria pele, pois eu mesma poderia ter me tornado uma professora de história com melhor preparo para a função. **Agora**, o que não adianta é sair por aí construindo mais escolas e faculdades baseadas na velha lousa e giz, tão desinteressantes para crianças e jovens hoje bombardeados de estímulos e conectados em rede. [...] (Veja, 30/06/2010)

CC: Como vai rebater a crítica de que é uma candidata monocórdica, que só tem propostas para o meio ambiente?

Marina Silva: [...] O Partido Verde está promovendo uma forte discussão com vários setores da sociedade, não apenas os partidários, para ajudar nesse processo. Ainda que o sistema seja presidencialista, não é algo que sai da cabeça da pessoa sozinha. **Agora**, se as pessoas querem um modelo pronto e acabado, só temos o que tivemos com o modo de produção asiático, o feudalismo e o capitalismo. [...] (CartaCapital, 17/02/2010).

O MD *agora* faz avançar o discurso para uma situação nova, muitas vezes com força de ressalva, de desacordo, de reordenação com relação a uma situação já posta dentro do mesmo tópico, ou no tópico anterior, isto é, ele sinaliza para seu interlocutor uma

mudança de orientação na qual há algum tipo de relação entre as partes de texto conectadas por ele, exercendo assim uma função discursiva. Dessa forma, o MD *agora* atua na organização do fluxo da informação e no estabelecimento da coesão textual, o sequenciador garante a construção de um texto bem amarrado.

Buscando explorar a constatação de que textos impressos apresentam marcas da oralidade, nos propusemos a investigar os MDs no interior de um gênero específico: a entrevista impressa. Em síntese, afirmamos que recursos que lembram a oralidade estão presentes, imprimindo assim marcas de proximidade que são próprias da relação de diálogo característica do gênero entrevista, embora esteja claro que ocorreu um grau significativo de eliminações, reordenação de conteúdo, eliminação das marcas da fala. Considerando a afirmação de Hilgert (2011, p.173)

É evidente que em textos escritos não são de se esperar as marcas de oralidade do texto falado, como a alternância de turnos, a negociação aqui agora da melhor formulação, certas repetições e paráfrases, interrupções sintáticas, recomeços, hesitações e outras similares, que são características inerentes a uma enunciação em que os interlocutores enunciam face a face, isto é, em que tempo e espaço de enunciação coincidem.

É certo que, na entrevista impressa, há um alto grau de formalização, uma vez que há uma pauta a ser seguida no percurso da entrevista. Há controles explícitos no desenrolar da conversa e o entrevistador assume um papel de controle da atividade conversacional. Ainda assim, os candidatos entrevistados vão, no desenrolar das respostas, através do uso dos marcadores, estabelecendo novas direções argumentativas.

5 ANÁLISE DO DISCURSO E O DISCURSO POLÍTICO

A própria existência de uma disciplina como a análise do discurso constitui um fenômeno que não é banal: pela primeira vez na história, a totalidade dos enunciados de uma sociedade, apreendida na multiplicidade de seus gêneros, é convocada a se tornar objeto de estudo. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.46)

5.1 ORIGEM DA ANÁLISE DO DISCURSO: ESBOÇO HISTÓRICO

A história da Análise de Discurso de orientação francesa, sua evolução e mapeamento de conceitos, da origem até os dias de hoje, foi e tem sido profundamente desenvolvida por vários estudiosos da área. Dessa forma, pretendemos salientar alguns pontos, do itinerário histórico da AD, que possam contribuir para sedimentar a nossa pesquisa.

De acordo com Orlandi (2007), o estudo do objeto da Análise de Discurso, a saber, o discurso, já se apresentava de forma não sistemática em diferentes épocas e segundo diferentes abordagens. Deixando de lado a antiguidade e os estudos retóricos, Michel Bréal, já no século XIX, estudava o texto em sua materialidade linguística (Semântica Histórica).

No século XX, Orlandi (2007) aponta os estudos dos formalistas russos, nos anos 1920 e 1930, como prenunciadores de uma análise diferente da tradicional na época, a análise de conteúdo, uma vez que já se perguntavam “como o texto significa?” (da mesma forma que a Análise do Discurso) em vez de perguntarem “o que significa?”

Os anos 1950, segundo Brandão (1996), foram decisivos para a constituição da Análise do Discurso enquanto disciplina. Tanto Brandão (1996) quanto Orlandi (1986) citam Harris (*Discourse Analysis*, 1952) – cujo método distribucional “consegue livrar a análise do texto do viés conteudista” (BRANDÃO, 1996, p.15), apesar de reduzi-lo a uma frase longa – como teórico que mostrou “[...] a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente à frase” (BRANDÃO, 1996, p.15) ao estender procedimentos da linguística aos enunciados (discursos). A obra de Harris, embora tenha contribuído para o início da análise do discurso de linha americana, tornou-se limitada à Análise do Discurso porque não foi capaz de refletir sobre a significação e as considerações sócio-históricas.

Por outro lado, temos os trabalhos de Jakobson (1969) e Benveniste (1989) sobre a enunciação. Este último enfatiza o papel do sujeito falante no processo da enunciação e como ele se inscreve nos enunciados que emite. Para Benveniste (1989, p. 84),

enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.

Assim, Benveniste (1989) contribui para a questão da relação entre locutor, seu enunciado e o mundo, relação esta que estará no cerne das reflexões da Análise do Discurso.

Segundo Orlandi (2007, p.16), essas vertentes marcaram duas maneiras diferentes de pensar a teoria do discurso:

Uma que a entende como uma extensão da Lingüística (que corresponderia à perspectiva americana) e outra que considera o enveredar para a vertente do discurso, o sintoma de uma crise interna da Lingüística, principalmente na área da Semântica (que corresponderia à perspectiva européia)

Na visão americana não se leva em consideração as formas de instituição do sentido e, sim, a forma como os elementos que o constituem se organizam. Não há, portanto, uma ruptura fundamental. De acordo com Orlandi (1986), contrapondo-se a essa concepção, na perspectiva europeia, o foco incide sobre as condições de produção como marca fundamental na produção de discursos.

Dessa forma, desponta, nos anos 60, a Escola Francesa de Análise do Discurso, tendo como base a interdisciplinaridade entre três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, apesar de a todo instante deslocar, ou seja, questionar tais saberes pois

interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2007, p.20).

Madidier (1994, p.175), com relação ao momento do surgimento da AD, salienta:

Os anos 60 são os anos do estruturalismo triunfante. A lingüística promovida a ciência piloto está no centro do dispositivo das ciências [...] O projeto da AD nasce nesse contexto[...] o liame entre a expansão da lingüística e a possibilidade de uma disciplina (nova) como a análise de discurso é explícita.

O marco inaugural do nascimento da AD é a publicação de Michel Pêcheux, intitulada *Análise Automática do Discurso (AAD)*, no ano de 1969, que vai em busca do sujeito, até então descartado dos estudos linguísticos. A *Análise do Discurso* visa, assim, combater o excessivo formalismo linguístico e abrir um campo de questões dentro da própria linguística, passando a rever os conceitos de língua, historicidade e sujeito. Juntamente com Pêcheux, no momento de fundação da *Análise do Discurso*, há o lançamento da revista *Langages*, Nº13, organizada por Jean Dubois. O referido autor propõe a substituição do estudo das palavras (lexicologia) pelo estudo do enunciado (*Análise do Discurso*).

A *Análise do Discurso* nasce como reação a duas fortes tendências no campo da linguagem: o estruturalismo e a gramática gerativa transformacional. Ela abre, então, um campo de questões, de investigação no interior da própria linguística, numa perspectiva inovadora que busca interpelar o formalismo excessivo.

Orlandi (1996) imputa à AD a condição de disciplina de entremeio, uma vez que sua constituição se dá às margens das chamadas ciências humanas, entre as quais ela opera um profundo deslocamento de terreno. Para Orlandi (2007, p. 19-20),

- a) a língua possui sua ordem própria, sendo só relativamente autônoma. Distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação de análise na linguagem;
- b) a história tem seu real afetado pelo simbólico, pois os fatos reclamam sentidos;
- c) o sujeito da linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam, ou seja, o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Orlandi (2012, p. 38), ao tratar da *Análise de Discurso*, e contemporaneidade científica considera:

As múltiplas manifestações da análise de discurso não são homogêneas. Há as que são só ruídos periféricos, que diluem o campo da disciplina, mas há as que se mostram como capazes de desenvolvimentos, de elaborações que acrescentam, que levam à frente, mostrando a riqueza desse campo disciplinar. E esta vertente tem sua imensa produção. São muitos os avanços produzidos.

Quando voltamos à origem dos estudos da *Análise do Discurso*, observamos que ela desenvolveu-se na França a partir de um *corpus* determinantemente político, uma vez

que o momento em que aparecem as discussões sobre o discurso foram caracterizados pelos acontecimentos de “maio de 1968”, que, para Courtine (2006, p.52) foi:

Uma revolução discursiva - uma exasperação da produção de discursos, uma multiplicação de sua circulação, uma inundação verbal que enchia as ruas e as mídias – e deixou numerosas marcas textuais que cobriam os muros das cidades. É o paradoxo de Maio: o processo de modernização das estruturas e das mentalidades que se completava por meio da revolta estudantil foi narrado com formas discursivas amplamente arcaicas de uma fraseologia revolucionária, que, desde cedo, estava destinada a desaparecer. Sendo a primeira “revolução midiaticizada”, ela deveu boa parte de seu impacto às imagens; no entanto, ela se auto-celebrou numa profusão barroca de discursos, que aliava a irrupção das falas espontâneas e os últimos murmúrios das línguas de madeira.

Os estudos da Análise do Discurso, em sua origem, analisava os discursos políticos então bem marcados (discurso de direita X discurso de esquerda). Ainda, segundo Courtine (2010, p. 29),

[...] a história da Análise do Discurso na França seria incompreensível se não levássemos em conta sua dimensão política: o fato de que, na origem, aqueles que contribuíram para fundá-la eram militantes não apenas de esquerda, mas marxistas, que pensavam que uma certa “política da leitura”, apoiada sobre o marxismo e a linguística permitiria levantar os véus que a dominação ideológica punha sobre as formas culturais da vida política e social.

Jean Jacques Courtine, após ter trabalhado o discurso comunista endereçado aos cristãos, um *corpus* escrito, direcionou os seus procedimentos analíticos às perspectivas históricas e antropológicas. Na percepção do autor, “fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir, sob a superfície lisa das palavras, a profundidade complexa dos índices de um passado”. (COURTINE, 1989, p.37)

Na sua fase inicial, o foco da AD foi “o ‘materialismo histórico’ e uma ‘teoria das ideologias’ tal como ela foi definida por Althusser, conforme elucidou Charaudeau (2008, p. 37). No momento seguinte, o conceito de “formação discursiva” de Foucault motivou estudos que visavam esclarecer pressupostos ideológicos existentes atrás da linguagem, utilizando para isso métodos da análise automática, distribucional, lexicométrica, dentre outros. Para Charaudeau (2008, p. 38), os estudos que se desenvolvem sobre o discurso político procuram combinar:

- a) uma análise lexicométrica que, utilizando um método de tratamento estatístico dos *corpora*, tenta determinar os universos semânticos e o

posicionamentos dos locutores implicados de uma maneira ou de outra no campo político;

- b) uma análise enunciativa que evidencia os comportamentos locucionais dos autores da vida política, para além de seu posicionamento ideológico;
- c) uma análise argumentativa que tenta evidenciar as lógicas de raciocínio que caracterizam os ditos posicionamentos

No Brasil, atualmente, os estudos do discurso têm sido realizados a partir da escola francesa, com contribuição das reflexões de Pêcheux, Foucault, Greimas, Charaudeau e Maingueneau; da escola anglo-saxônica, afluenta das reflexões de Norman Fairclough, Van Leeuwen e Wodak, e também de Van Dijk e da escola eslava, afluenta das reflexões de Mikail Bakhtin e de seu círculo de estudos.

No Brasil, na sua fase de implantação, a análise do discurso também se centrou na análise de discursos políticos, o que lhe... valeu críticas desqualificadoras da parte de linguistas tradicionais. Aos poucos, porém, o leque de discursos submetidos à análise foi se ampliando e diversificando, abarcando desde discursos institucionais a discursos do cotidiano. Esse fato foi decisivo para testar a consistência e coerência do arcabouço conceptual e também para dimensionar a potência metodológica da teoria. (FERREIRA, 2008, p.247)

5.2 O ESTUDO DO DISCURSO POLÍTICO: BREVE CARACTERIZAÇÃO

No contexto contemporâneo brasileiro, há trabalhos que são obras de referência sobre discurso político, como o de Haqira Osakabe⁶: *Argumentação e discurso político* (1979); Eni Orlandi: *A fala de muitos gumes* (1985); José Luiz Fiorin, aliando AD e semiótica greimasiana: *O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988).

A AD encontra-se hoje em um estado de maturidade teórica e metodológica e, sem dúvida, conquistou lugar no cenário dos estudos da linguagem. Nos últimos anos, vimos emergir também diversas pesquisas⁷ acerca do discurso político, como a de Mônica Zoppi-Fontana: *Cidadãos Modernos. Discurso e representação política* (1997). Embora não pretendamos fazer um histórico exaustivo de todos os trabalhos que teorizam a Análise do Discurso Político, comentaremos um dos estudos marcantes na área que é o de Freda Indursky intitulado: *A fala dos quartéis e outras vozes* (1997).

⁶ Um dos primeiros pesquisadores brasileiros a se preocupar com a problemática do discurso. Analisou pronunciamentos de Getúlio Vargas, trabalhou com a retórica, linguística descritiva e a análise do discurso.

⁷ A pesquisa de Zoppi-Fontana é tão importante quanto a de Indursky, contudo, como as suas reflexões não estão diretamente relacionadas ao nosso *corpus*, decidimos comentar apenas uma obra.

O tema versa sobre o Golpe Militar de 1964, a ruptura com o pacto populista de Vargas, mantido por Goulart, e a suspensão das formas constitucionais de representatividades, substituídas pelo exercício do poder das Forças Armadas (INDURSKY, 1997, p. 15). A tese, dividida em três grandes partes, é um trabalho de pesquisa minucioso, denso e bem organizado. Num primeiro momento, a autora apresenta questões relacionadas ao tema, problema de pesquisa e referencial teórico, seguindo o conceito da AD pecheutiana.

Na segunda parte, ela trata do funcionamento do discurso presidencial e da construção do lugar enunciativo do sujeito, além da construção do cenário discursivo e da interlocução discursiva. Na terceira parte, não menos densa que as demais, intitulada “A construção da homogeneidade imaginária e suas rupturas”, a autora faz um estudo da determinação à sobredeterminação e na sequência da sobredeterminação, abordando as suas origens e deslocamentos. Ainda, na terceira parte, considera a heterogeneidade do discurso presidencial e o funcionamento discursivo da negação e do uso da não pessoa e quarta pessoa discursivas.

Na conclusão, se atém ao trabalho discursivo que entrelaça indeterminação e determinação em um discurso. Segundo Indursky (1997, p.363) “... não há discursos fechados e incomunicáveis. Ao contrário. Os discursos interpenetram-se constantemente, instaurando espaços privilegiadamente heterogêneos”. Ao final de cada parte, a autora constrói conclusões parciais. É, sem dúvida, uma pesquisa profunda e instigante do território vasto e fértil do discurso político brasileiro.

A Análise do Discurso “não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentido como parte de suas vidas, seja como sujeitos, seja como membros de uma determinada forma de sociedade” (ORLANDI, 2007, p. 15-16). Dessa forma, os textos de opinião dentro da mídia impressa constituem um reduto relevante para o estudo da diversidade enunciativa.

Charaudeau (2010, p. 40), em Discurso das Mídias, ao tratar da informação como discurso afirma que a língua está voltada para sua própria organização, enquanto que o “discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação de circunstâncias em que se fala ou se escreve.

Existem muitas formas de discurso como o científico, o literário, o religioso, mas a forma que particularmente interessa à nossa tese é o discurso político midiático. É certo que a mídia produz o seu próprio discurso, mas também por seu intermédio faz com que

outros discursos nela circulem. Em nossos dias, as mídias possibilitam novas condições de visibilidade do discurso político (CHARAUDEAU, 2008).

A política, nos regimes democráticos, é uma atividade pública e visível, sendo assim, os atores políticos precisam disputar visibilidade na mídia e os diferentes campos políticos também brigam pela visibilidade favorável de seus pontos de vista. A interação mídia e política implica mudanças que atingiram o discurso político assim como a maneira de fazer a análise desse tipo de discurso. Courtine (2006) destaca:

- a) a simplificação da linguagem;
- b) o apagamento das figuras dos partidos;
- c) o aparecimento de uma espécie de diálogo direto entre o sujeito político e o público;
- d) a espetacularização do discurso político que se dobra ao midiático.

Charaudeau (2008), ao abordar a complexidade do campo político, discorre sobre os setores de ação social, caracterizando os quatro principais: jurídico, econômico, midiático e político. Ele estabelece o desafio de cada um deles em particular e passa a considerar também que esses mesmos setores funcionam de maneira interacional, ainda que mantendo suas finalidades específicas com relação às mídias. O autor afirma que elas

encontram-se em situação contraditória. Elas estão estreitamente ligadas ao mundo político na busca de informação: os jornalistas são, de um lado, dependentes das fontes de informação, oficiais ou não, que se impõem a eles; frequentam jantares, banquetes e outras reuniões públicas e mesmo privadas – que reúnem políticos; estabelecem e utilizam redes de informantes e se dotam de agendas de endereços que lhes permitem obter instruções mais ou menos secretas; suscitam confidências etc. Entretanto, as mídias, por razão de credibilidade, procuram se distanciar do poder político. Diversificam as fontes, realizam pesquisas e investigações de todas as ordens. Revelam os subterrâneos de certos negócios; na verdade interpelam os responsáveis políticos para provar ao cidadão que são independentes e estão imunes à influência política, pois existe sempre a suspeita do jornalista a serviço do poder estatal. (CHARAUDEAU, 2008 p.29)

A propaganda eleitoral brasileira existe desde a era do rádio e chegou à televisão em 1962, de maneira sistemática e gratuita. Durante o regime militar, ela sofreu censura e, a partir de 1982, com a redemocratização, voltou à cena na televisão, permanecendo sem grandes alterações até os dias de hoje,

No horário eleitoral brasileiro, gratuito, abre-se espaço para atores políticos, oferecendo-lhes “a possibilidade de apresentar sua própria visão da campanha e da realidade política” (ALBUQUERQUE, 1996, p. 267).

A mídia sempre teve influência marcante na escolha de nossos governantes e no debate político. Atualmente, as informações estão disponíveis em múltiplas fontes, como a internet, a televisão, jornais e revistas. O editor do *Le Monde Diplomatique*, Ramonet (1996), já destacava este papel indubitável quando dizia que a comunicação se tornou a locomotiva do século XXI pela grande transformação tecnológica ocorrida.

Para Gregolin (2003, p.13), “instaurou-se uma relação dialética entre a politização da mídia – já que o discurso político passou a ocupar grande espaço nos veículos – e, ao mesmo tempo, a midiaticização da política”. Ainda nessa linha, Courtine (2006, p.112), ao abordar a “espetacularização da política, enuncia:

A teatralidade do espetáculo político se transformou profundamente com as novas mídias, que perturbaram o lugar da fala na comunicação política. O discurso perdeu sua autonomia e sua eficácia; ele é, desde então, indissociável da imagem do homem político e está frequentemente subordinado a essa imagem.

Rubim (2000, p.49), teórico da comunicação, refuta teses contrárias à relação mídia e política, ele reconhece que “a política deve procurar interagir e negociar o seu funcionamento com a gramática da mídia”.

Portanto, a mídia assume muitas vezes o papel de porta-voz da instância cidadã quando fazem circular segredos, denúncias ou mentiras acerca dos políticos. Na concepção de Piovezani Filho (2003, p. 54-55), no Brasil, “com a dissolução da ditadura militar, a “espetacularização” da política brasileira foi um meio encontrado para reverter ou, ao menos, mitigar o desinteresse, o descrédito e a incredulidade frente ao discurso político”.

Em suma, não é de hoje que as mídias têm conhecimento de que a instância política necessita da encenação para conquistar os imaginários sociais.

5.3 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DAS ENTREVISTAS IMPRESSAS

O discurso, de acordo com Pêcheux (1997, p. 77), “é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas e deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido”. A análise das condições de produção inscritas na constituição do que é dito e veiculado na mídia é determinante para a compreensão do discurso. Para Brandão (2011, p.7), “o discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente”.

A função dos sujeitos envolvidos é legitimada pela sua formação discursiva e pela ideologia de quem os ouve. Para Orlandi (2007, p.42-43),

conseqüentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio- histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo a posição daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições ‘isto é’ em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

O discurso, para Pêcheux, precisa ser pensado na sua estreita relação com as condições de produção. Dessa forma, são os mecanismos de funcionamento do discurso que garantem compreender o quadro histórico e ideológico do discurso midiático. Assim, um olhar atento para a condição de produção do objeto analisado é indispensável para o analista, uma vez que “ele funda assim os procedimentos de constituição de corpus discursivos”. (COURTINE, 1982, p. 246). Enfim, quando o analista define as condições nas quais se realizou um determinado enunciado, ele consegue especificar sua existência com relação aos demais.

5.4 AS CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO DISCURSIVA E ETHOS

Tendo em vista que o conceito de FD, central para o desenvolvimento do edifício teórico da AD, é um instrumento científico de considerável importância para a análise do discurso, passaremos a estudar, em linhas gerais, as transformações do conceito de FD.

Ao pesquisar os estudos sobre a formulação do conceito de FD, encontramos que o momento inaugural foi estabelecido por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* (1969) na França e, logo após, no início dos anos 1970, por Michel Pêcheux. No entanto, Baronas (2011, p. 3) chama a atenção para o fato de que

o conceito *formação discursiva* embora não esteja desenvolvido, está enunciado desde 1968, data da publicação do artigo de Culioli, Pêcheux e Fuchs. O que me possibilita asseverar que, pelo menos no seu processo de gestação, esse conceito não veio da *A Arqueologia do Saber* de Michel Foucault, cuja primeira publicação data de 1969. Embora as discussões sobre *A Arqueologia do Saber* estivessem latentes entre a *intelligentsia* francesa, mesmo antes de sua publicação, penso que esse conceito tenha derivado do paradigma marxista *formação social*, *formação ideológica* e, a partir daí, *formação discursiva*.

Por essa via, para Baronas (2011), o conceito de formação discursiva tem paternidade partilhada: inicialmente a de Pêcheux, em 1968, e depois a de Foucault em 1969.

Para Pêcheux (1997, p. 77), as FDs dependem de condições de produção específicas: “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. Por sua vez, essas condições de produção não correspondem apenas à materialidade histórica, há que se considerar a situação do discurso, as posições que o sujeito ocupa e ainda o conjunto das formações imaginárias, os mecanismos e as regras de uma formação social.

Chamaremos formação discursiva àquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e dever ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...], diremos [então], que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PECHÊUX, 1995, p.160-161)

Nessa perspectiva, o autor vale-se de subsídios das relações intra/interdiscursiva e no exame das posições que o sujeito ocupa numa dada formação social e ideológica para entender as formações discursivas.

O sujeito é interpelado pela ideologia para produzir o seu discurso. As formações discursivas são compostas por diferentes discursos (interdiscursos), isto é, no pensamento pecheutiano, uma FD pode ser atravessada por elementos que vêm de outras FDs - o que significa dizer que ela é constituída por "discursos transversos".

O discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe [...] só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1995, p. 56).

A noção de FD em Michel Foucault é um pouco distinta da proposta por Pêcheux. O autor apresenta seu conceito principalmente em *Arqueologia do Saber*, publicado em 1969. Nessa obra, ele sintetiza e esclarece o método utilizado em trabalhos anteriores como *a História da Loucura* e *o Nascimento da Clínica*.

Arqueologia do saber é uma obra de caráter teórico-metodológico, na qual Foucault organiza conceitos fundamentais para a abordagem do discurso. Em sua obra, ele

procura demonstrar a relação constitutiva do poder nos discursos. Para Foucault, o conceito de formação discursiva está relacionado àquilo que é regular em meio à dispersão dos acontecimentos, um conjunto disperso de enunciados do qual é possível depreendermos uma regularidade. E este sistema de formação não é estranho ao tempo. O autor afirma que uma

formação discursiva não desempenha o papel de uma figura que pára o tempo e o enregela por décadas ou séculos; ela determina uma regularidade própria a processos temporais; coloca princípios de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outra série de acontecimentos, de transformações, de mutações e de processos. Não há uma forma intemporal, mas um esquema de correspondência entre diversas séries temporais “ (FOUCAULT, 2004, p.92).

Para esclarecer em que consiste a regularidade recorreremos mais uma vez às palavras do autor,

no caso em que se pudesse descrever [...] semelhante sistema de dispersão, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, como “ciência”, ou “ideologia” ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamar-se-á regras de formação às condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição” (FOUCAULT, 2004, p.51)

Ao tratar da questão da dupla paternidade da noção de formação discursiva, Maingueneau salienta a dificuldade de Foucault em fixar o valor de formação discursiva. Segundo Maingueneau (2007, p.64), em *Arqueologia do Saber*, “o leitor oscila constantemente entre uma interpretação em termos de “regras” e outra em termos de “dispersão”, ao ponto de se perder um pouco nesse meio.”

Ao percorrer a trajetória de M. Pêcheux e M. Foucault, no que diz respeito à FD, notamos alguns pontos de divergência no conceito de ambos. Maingueneau (2007, p.66) salienta a diferença quanto aos *corpora* de referência dos dois autores, uma vez que “Foucault extrai exemplos na história das ciências, Pêcheux na luta política”, o que, para Maingueneau, afetou o valor de “formação discursiva”.

Courtine (apud GREGOLIN, 2007b) motiva a interlocução entre a obra de Pêcheux e as propostas de Foucault. Dessa forma, o autor sugere que a FD seja pensada como “fronteiras que se deslocam”, cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva. Para o autor, essa noção está subjacente às análises desenvolvidas por Foucault em *Arqueologia*

do Saber (1969), ou seja, pensar que toda formulação possui, em seu “domínio associado”, outras formulações que ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais produzem-se certos efeitos de memória específicos.

Gregolin (2007b, p.155) esclarece:

Os desenvolvimentos do conceito de FD mostram que a aproximação entre Pêcheux e Foucault se dá na direção de uma idéia cada vez mais forte de *heterogeneidade*. Essas transformações estão tematizadas em vários trabalhos de Pêcheux, especialmente naqueles posteriores a 1980, nos quais ele produz deslocamentos e abre várias perspectivas para rediscussão: as redes de memória, os trajetos sociais dos sentidos, as materialidades discursivas, enfim, a articulação entre FD, memória e história.

O sujeito discursivo é interpelado a se posicionar, o posicionamento é uma das categorias basilares da Análise do Discurso, ele corresponde aos valores defendidos, de modo consciente ou inconsciente, que caracterizam a identidade social e ideológica. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 143), o sujeito pode recorrer a três tipos de posicionamento:

(1) colocar-se em posição enunciativa de *neutralidade* quanto à opinião que exprime, posição que o levará a apagar, em seu modo de argumentação, a qualquer traço, de julgamento e de avaliação pessoal, seja para explicitar as causas de um fato, seja para demonstrar uma tese; (2) colocar-se em posição de *engajamento*, “o que conduzirá o sujeito, contrariamente ao caso precedente, a optar (de maneira mais ou menos consciente) por uma tomada de posição na escolha dos argumentos ou na escolha das palavras, ou por uma modalização avaliativa associada ao seu discurso”, o que produzirá um discurso de convicção destinado a ser partilhado pelo interlocutor; (3) colocar-se numa posição de distanciamento que o levará a tomar a atitude fria do especialista que analisa sem paixão, como faria um *expert*. ((grifos do autor)

Os posicionamentos remetem à projeção do *ethos* pelo enunciador: “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre o alocutário”, destacam Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 220). A noção de *ethos* tem uma longa trajetória na Retórica antiga, pois a entendia como “um caráter pragmático: convencer o interlocutor da justeza da sua causa” (DUCROT; TODOROV, 1978, p. 99). Ducrot (1984) retoma a noção de *ethos* no âmbito da teoria polifônica que desenvolveu e postula que é o locutor, o personagem que fala, e não o indivíduo em si. Então, para o autor, o *ethos* diz respeito à imagem forjada no decorrer do evento discursivo pelo enunciador. A noção de *ethos* passou pela Pragmática e foi retomada há pouco, final dos anos 1980, período em que o termo passou a ser objeto de reflexão nos estudos do discurso.

Amossy (2005) mostra a amplitude da noção de *ethos*; o importante, segundo ela, é observar que "todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si", da qual nenhuma enunciação pode escapar. A construção da imagem de si é construída no e pelo discurso, pois devem ser levadas em conta tanto as escolhas feitas pelo locutor quanto a representação coletiva e os estereótipos que o auditório faz deste locutor.

A abordagem proposta nesse trabalho se funda em um estudo da enunciação que considera que a instância do locutor compreende: a posição assumida de forma implícita pelo ser empírico no campo; a imagem preexistente do locutor ou *ethos* prévio (pré-discursivo); a imagem construída no discurso ou *ethos* propriamente dito. Ao trabalhar com estereótipo, isto é, com esquemas coletivos e representações sociais que pertencem à *doxa*, o *ethos* se torna sócio-histórico (AMOSSY, 2005, p.142)

Segundo Maingueneau e Charaudeau (2004, p.176), “*doxa* é uma palavra emprestada do grego e designa a opinião, a reputação, o que dizemos das coisas ou pessoas”. Os autores relacionam a *doxa* ao sentido comum, isto é, “a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais freqüentemente, na sua formulação linguística corrente” .

O *ethos*, ou a imagem do sujeito no discurso, seja ele individual ou institucional, é um conceito importante na relação do enunciador com o enunciatário, assim como no interdiscurso. Para Maingueneau (2008, p.17), *ethos* é uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), “um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica”. O autor considera as noções de tom, caráter e corporalidade. Nas palavras de Maingueneau (1997, p.147):

O tom está necessariamente associado a uma corporalidade. O “caráter” corresponde a este conjunto de traços “psicológicos” que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. [...] Bem entendido, não se trata aqui de caracterologia, mas de estereótipos que circulam em uma cultura determinada. Deve-se dizer o mesmo a propósito da “corporalidade”, que remete a uma representação do corpo e o enunciado da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura. Os discursos se opõem sobre essa dimensão como sobre as outras; há “caracteres” e “corporalidades” específicas do *Figaro*, de l’*Humanité* ou *Libération*, [...], e estas divergências remetem aos próprios fundamentos destes discursos.

Para Maingueneau, o *ethos* é parte constitutiva da cena da enunciação, que é construída pelo discurso do enunciador, validada no momento da enunciação. De acordo com Maingueneau (2005), a enunciação acontece em um espaço e se desdobra em três cenas distintas:

- a) a “cena englobante” diz respeito ao tipo de discurso (didático, religioso, político, publicitário etc.) a que pertence um texto e ao lugar em que se deve colocar o destinatário (um aluno, um fiel, um eleitor, um consumidor etc.) para interpretá-lo. Tal cena não diz muito para os coenunciadores, assim como para os analistas do discurso, uma vez que é na cena genérica que os coenunciadores assumirão de fato os seus papéis;
- b) a “cena genérica”, definida pelas cenas específicas dos gêneros do discurso, estabelece os papéis dos parceiros do discurso, o lugar e o tempo, um suporte e uma finalidade;
- c) a “cenografia” é criada, instituída pelo próprio discurso. Trata-se do modo como o locutor realiza a enunciação. Por meio dela que os coenunciadores interagem.

A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar, como convém à política, à filosofia, à ciência... (MAINGUENEAU, 2005, p.77)

Desse modo, a noção de *ethos* ultrapassa a fronteira da argumentação, pois essa noção permite a reflexão sobre o processo de adesão dos sujeitos a certo posicionamento. Exceto os gêneros “funcionais”, os quais não buscam uma adesão imediata, os sujeitos envolvidos no contexto enunciativo são levados a aderir a certa posição discursiva. Assim,

o que é dito e o tom como é dito são igualmente importantes e inseparáveis. Eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade. (MAINGUENEAU, 1997, p. 45).

Segundo Charaudeau (2008, p.86),

Não existe um ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. Quer queiramos ou não, calculemos ou neguemos, a partir do momento em que falamos, aparece (transparece) uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos.

Isso posto, buscamos operacionalizar os conceitos de Formação Discursiva/ posicionamento das mídias *Veja* e *CartaCapital* no corpus já descrito anteriormente.

6 A MÍDIA E SEUS MOVIMENTOS NAS ELEIÇÕES 2010

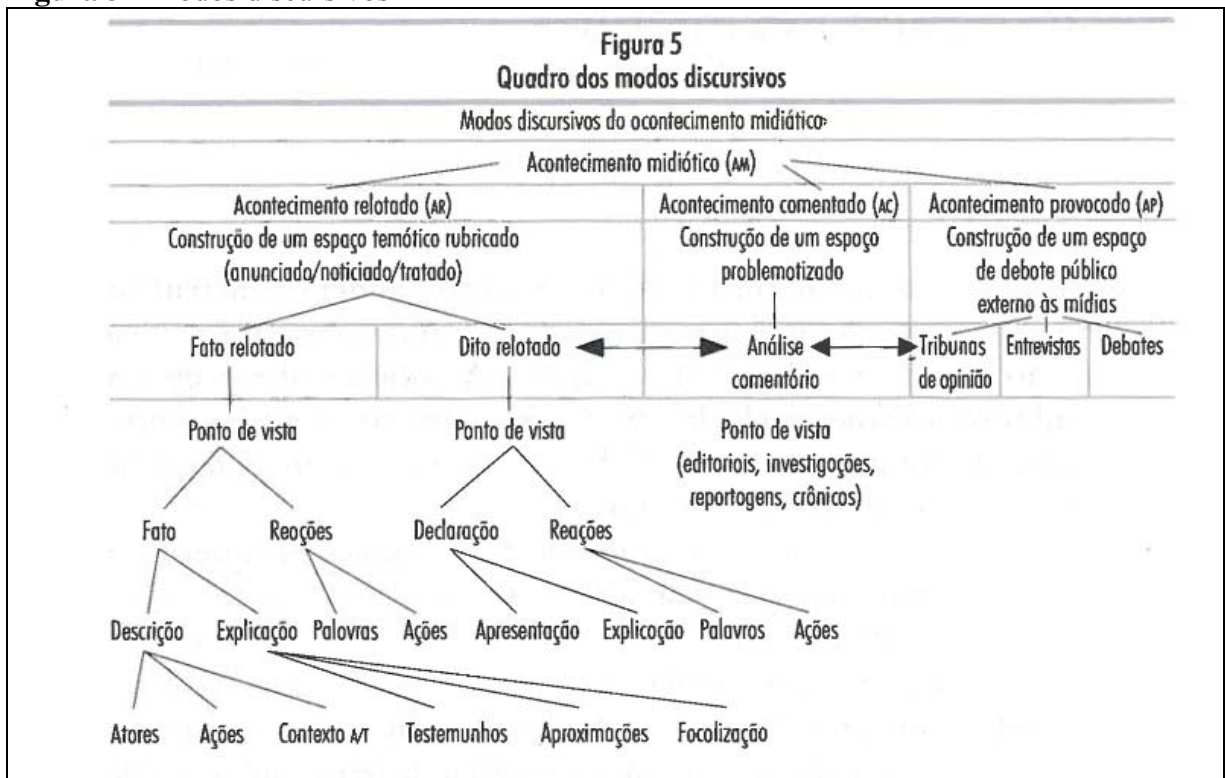
As mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia. (CHARAUDEAU, 2010, p. 20)

Os processos eleitorais são extremamente complexos e dinâmicos, diferenciados é claro, em sua lógica, em se tratando de acontecimentos nacionais, regionais ou locais. O posicionamento e a participação da mídia impressa em tempo de eleições podem mudar atitudes e comportamentos dos eleitores. Conforme Charaudeau (2010, p.253),

é claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos. Não é, como dizem, porque elas tornem visível o invisível, mas porque só tornam visível aquele visível que decidiram nos exibir, e esse visível não é necessariamente igual àquele que o cidadão espera ou deseja: agenda midiática, agenda política e agenda cidadã não são sempre as mesmas.

Assim, uma vez mais ressaltamos que a mídia pode, por vezes, influenciar a maneira de se pensar a política e que ela tem ferramentas suficientes para transformar a seu favor tanto o aspecto material quanto o semântico dos enunciados políticos. Nesse sentido, ela opera um trabalho discursivo convergente com o seu ponto de vista. Charaudeau (2010, p. 151) designa como “modos discursivos” as categorias que correspondem à especificidade das instruções dadas, no caso, pela situação de comunicação midiática. O esquema proposto pelo autor é o seguinte:

Figura 3 - Modos discursivos



Fonte: Charaudeau (2010, p.151).

A entrevista é um acontecimento provocado, pois, em um espaço determinado, ela fomenta, aguça, incita o confronto de ideias. E essa provocação sempre impõe um ponto de vista através do qual os assuntos serão abordados.

Ramonet (2003, p. 246), adotando o seguinte ponto de vista: o poder midiático é o meio utilizado para nos passar a ideia de globalização, faz a seguinte afirmação:

O sistema midiático assim constituído em oligopólios, e com a tendência de continuar se concentrando cada vez mais, é o segundo poder que rege o mundo atual – o primeiro é o poder econômico e financeiro – e funciona como o aparato ideológico da globalização. Sendo oportuna a comparação com a informática: “[o sistema midiático] é o sistema que, em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido de nosso cérebro, o programa para que aceitemos a globalização”.

Com relação à eleição para presidente, há de se considerar que desde a “era Collor”, o caráter de espetáculo na política está cada vez mais acentuado em nosso país. E é claro que as mudanças nas sociedades de massa tornam o ideal de democracia dependente dos *mass media*. Em 2010, vimos surgir os *weblogs* de candidatos, além de outros dispositivos como as redes sociais de relacionamento e *microblogs*, os quais possibilitaram uma forma de

campanha completamente nova no país. Os presidenciáveis foram transformados em atores, em espaços distintos da máquina midiática.

As mídias já convencionais – rádio, tv e impressos – foram amplamente utilizadas como ferramentas para criar a conexão mídia e política. Por exemplo, ao analisarmos o editorial (CARTA, 2010) da revista *CartaCapital*, veiculado na edição de 1º de setembro de 2010, verificamos que ele apresenta as posições político-ideológicas do jornal mais declaradas do que em outras matérias e o nosso objeto de análise revelou, pelas escolhas feitas pelo enunciador, a posição da revista *CartaCapital*.

A análise do editorial em questão permitiu-nos descrever o convite de Mino Carta aos interlocutores da revista *CartaCapital* para uma determinada posição discursiva, posição que se coaduna com a da revista, declaradamente favorável à candidata Dilma Rousseff (PT).

Verificamos também que enunciador/autor, na tessitura de seu discurso, mobiliza mecanismos linguísticos diversos como a referenciação para revelar suas crenças e opiniões acerca do candidato José Serra. Segundo Koch (1997), uma das formas de se ativar ou reativar referentes são as expressões nominais definidas do referente, como vemos nos excertos que seguem:

Oscar Quiroga ao traçar o mapa **do pisciano José Serra**, com exclusividade para a semanal da editora Abril.

No dia 21 de abril, **o ex-governador de São Paulo** há de ter sido tomado por compreensível euforia.

A minha surpresa se deve, inclusive, ao fato de que, à época, **o candidato tucano, cidadão muito preparado**, reconheceu: “Há uma espécie de ciência por trás disso”.

O enunciador optou por expressões de tom irônico, sobretudo as que focalizam a filiação partidária “candidato tucano” e o seu signo astral “do pisciano José Serra”.

O “pisciano José Serra” e “cidadão muito preparado” são expressões que contribuem para que os leitores construam o perfil a partir das escolhas entre as propriedades ou qualidades capazes de caracterizar o referente. Nota-se, assim, que a referenciação construída dessa maneira vai norteando o pensamento do possível leitor de *CartaCapital*.

No editorial de *CartaCapital*, estratégias linguísticas como a referenciação apontam para o posicionamento político/ideológico em prol do PT em embate com o

posicionamento político/ideológico da revista *Veja* antipetista em suma, o editorialista deixa clara a sua descrença com relação ao discurso positivo de *Veja* a respeito de José Serra.

Por outro lado, a revista *Veja* traz, em seu percurso histórico, posicionamentos conservadores. Nas eleições de 2010, o candidato à Presidência da República José Serra, do PSDB, é o representante dessa força política que a revista defende.

Segundo Charadeau (2008), a espetacularização trabalha as diferentes encenações, suscitando interesse, emoção, terror ou compaixão. Esses aspectos permitem que o discurso midiático seja dramatizado, ficcionalizado, por meio dos modos de escritura.

A mídia, de uma maneira geral, tende a convidar para programas, entrevistas e debates os candidatos que gozam de certa visibilidade social. É comum que ela privilegie os candidatos dos partidos maiores, que fazem a campanha com mais recursos. Isso é muito claro quando observamos que foram convidados para as entrevistas na revista *Veja* os candidatos: Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. A *CartaCapital* chamou a candidata Dilma, Marina Silva, e, embora considerado um “candidato nanico” (CHARAUDEAU, 2008, p. 288), também convidaram Plínio Salgado.

José Serra não foi convidado pela *CartaCapital*, mas, conforme mencionamos, Dilma foi. Por que teria a revista *CartaCapital* agido de tal forma? Nossa análise inicial reafirma que a revista é marcada por uma linha editorial assumidamente alinhada à esquerda política. Desde 2002, adota uma posição ostensivamente favorável ao governo Lula e ao Partido dos Trabalhadores. A revista segue uma linha semelhante àquela dos grandes veículos jornalísticos americanos. Em seus editoriais, ela declara abertamente as suas escolhas políticas, que são reafirmadas nos demais gêneros da revista, como as reportagens e as entrevistas. Na sequência, para ilustrar as afirmações anteriores, transcrevemos um excerto do editorial da revista nas eleições de 2006:

Há quatro anos, *CartaCapital* fez sua opção, declarou explicitamente preferência pela candidatura Lula no confronto com José Serra. Agora volta a escolher o presidente no embate contra Geraldo Alckmin. Em 2002, não faltou quem condenasse nosso comportamento, por considerá-lo impróprio de um jornalismo isento e pluralista. Estas definições às vésperas de uma eleição são comuns, no entanto, nas melhores mídias do mundo (*Cartacapital* 6/9/2006).

A revista *Veja*, comumente criticada por especialistas em mídia e pela esquerda, não poupou esforços para revelar o seu apoio à candidatura de José Serra, com suas sucessivas matérias dotadas de críticas ora veladas ora mais abertas ao esquerdismo.

Os textos introdutórios das entrevistas, juntamente com o título e o subtítulo, é a incitação, através do modo enunciativo descritivo, que visa, numa primeira instância, a fazer o leitor acreditar na importância do entrevistado. Para ilustrar, transcrevemos um trecho do perfil de José Serra apresentado pela revista:

Nenhum outro político brasileiro tem no seu currículo uma vida pública como a de José Serra, 68 anos, candidato do PSDB à sucessão de Lula. Jovem presidia a União Nacional dos Estudantes (UNE) quando veio o golpe de 64, que o levou ao exílio, expatriação que duraria até 1978. De volta ao Brasil com diploma de economia no bolso, foi secretário do Planejamento, deputado constituinte, senador, ministro do Planejamento e da Saúde, prefeito e governador. [...] (Veja, 23/06/10)

A *Veja* chama a atenção, em seu discurso, para os aspectos positivos da vida pública do candidato, valorizando o perfil de um político que é engajado desde a juventude e que possui ampla carreira política. Sutilmente, conduz a atenção do enunciatário para o caminho percorrido pelo candidato em oposição ao de Dilma. Verificamos, à época das eleições, a candidata foi bastante criticada por sua pequena trajetória política, uma vez que ela não tem experiência parlamentar e também nunca exerceu um cargo de eleição popular.

Charaudeau (2008) chama a atenção para a visada dupla da interação midiática, já que ora temos a informação para responder à exigência democrática e ora temos o objetivo do mercado comercial: que este discurso alcance e capte um maior número possível de leitores.

Merece destaque também no título da entrevista de Dilma o emprego das aspas.

Veja: Entrevista Dilma Rousseff
Acabou o “Risco Brasil”

A candidata do PT diz que se foi o tempo de apreensão dos mercados com eleições presidenciais no Brasil e garante que se vencer o pleito vai manter a inflação sob controle (Veja, 16/06/10, p.19)

O termo com aspas é um realce da fala da entrevistada e a marcação da heterogeneidade, pois indica que o elemento demarcado não pertence ao enunciador do jornal, repórter-narrador, em relação à Dilma, autora do enunciado, assinalando, assim, o seu distanciamento perante o que é dito. De acordo com Mainguenu (1997, p.90), “as aspas estão relacionadas ao conjunto do movimento da enunciação e, além disso, à formação discursiva na qual se insere”. Através das aspas, a *Veja*, já no início da entrevista de Dilma, busca passar uma mensagem de isenção, de imparcialidade.

Quando lançamos um olhar na história econômica e política do Brasil, verificamos que o termo “Risco Brasil” remete ao termo “Risco Lula”, adotado em 2002 por economistas e comentaristas políticos, indicando que, se na época o candidato Lula fosse eleito, a economia do país poderia falir.

Ao descrever o que disse Dilma, a revista integra parcialmente o dito de origem, em terceira pessoa, no dizer do jornalista que faz o relato. De uma maneira geral, nas entrevistas impressas, é mais difícil analisar o grau de engajamento, uma vez que são textos que sofreram uma retextualização de acordo com o interesse do enunciador.

Assim, nos ocuparemos da descrição do nosso objeto de pesquisa, levando em conta que

todo discurso depende, para a construção do seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ele surge. A situação de comunicação constitui assim o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação (CHARAUDEAU, 2010, p. 67).

6.1 REVISTA *VEJA*

“Veja é grande, arrogante, diz o que pensa” (Eurípedes Alcântara)

A revista *Veja* é a publicação semanal, publicada pela Editora Abril, com o maior número de leitores no Brasil. Possui uma tiragem superior a um milhão de exemplares, é a quarta revista de informação mais vendida no mundo, atrás das norte-americanas *Time*, *News Week*, *US News & World Report*. A revista *Veja* atrai um público que se identifica com a realidade apresentada pela revista. A revista abrange desde o mundo da política, economia, artes e cultura em geral.

Victor Civita e Mino Carta criaram a revista *Veja e Leia*⁸, hoje denominada somente *Veja*, uma publicação brasileira da Editora Abril S. A., composta nos moldes de *Life*. A revista apresenta seções fixas sobre cinema, literatura, música. Seus textos são elaborados em sua maior parte por jornalistas, porém, nem todas as seções são assinadas.

Veja traz entrevistas com personalidades de realce em todas as áreas do conhecimento, sempre ouvindo a autoridade mais importante em cada assunto. O texto é

⁸ De acordo com “A história secreta de *Veja*”. (SOUZA, 1988), esta expressão complementar ao nome (Leia) vinha acima do título, em letras bastante pequenas como forma encontrada pela editora para contornar o registro internacional da revista americana *Look*.

editado em três páginas com cor diferenciada dos demais textos que compõem a revista, as chamadas “páginas amarelas”, sempre no início de cada edição.

Lançada no Brasil em 09 de setembro de 1968, poucos meses antes do AI-5, que endureceu as restrições civis no país, como a liberdade de expressão, as publicações de *Veja* chegaram a ser mutiladas e apreendidas. O contexto político em que a *Veja* nasceu foi fundamental para sua história, que, desde sua criação, envolve denúncias e críticas.

Para Henrique (2002, p. 146), a revista “sob o comando inovador de Mino Carta, consolidou-se como um símbolo de resistência, embora nunca tenha flertado mais a fundo com a esquerda brasileira”. Sua primeira edição teve tiragem de aproximadamente 700 mil exemplares. Sua primeira capa trazia, sobre um fundo vermelho, os símbolos do comunismo, a foice e o martelo, e a chamada “O Grande Duelo no Mundo Comunista”. Com relação a essa capa, Victor Civita, em entrevista⁹ comemorativa aos 20 anos da revista, disse que “não gostou, porque poderia parecer que estávamos fazendo propaganda dos comunistas”.

Figura 4 – Capa da primeira edição da revista *Veja* – 11/09/1968



Fonte: Acervo - site da Revista Veja

⁹ “Os 20 anos de *Veja*”. *OESP*. 10/9/88.

Com sete anos de idade, a *Veja* se tornou o destaque do mercado brasileiro e no começo da década de 1980, a revista já alcançava 500 mil edições de tiragem em algumas edições. As pautas que mais fortaleceram a revista foram a cobertura das eleições, planos econômicos e a campanha das Diretas, em 1984.

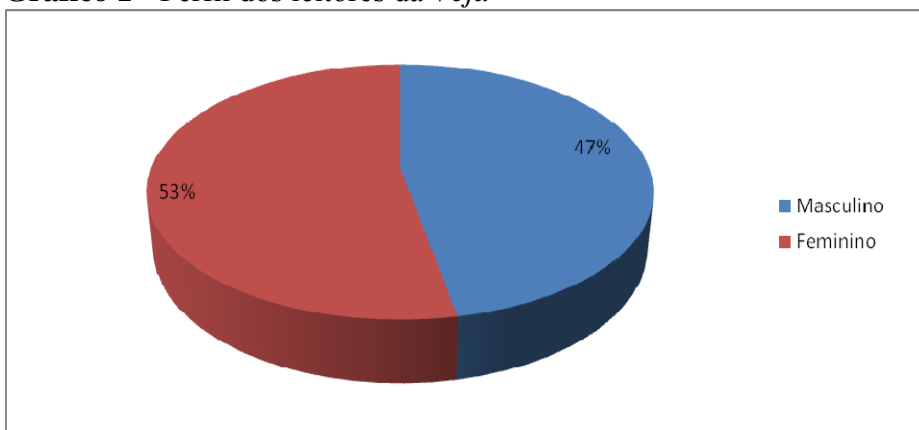
Martins e De Luca (2008, p. 219), ao tratar do objetivo da criação da revista, retomam o editorial assinado por Victor Civita, ao afirmar que

o Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher os rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E esse é o objetivo de *Veja*.

Em 1975, por pressão dos militares, motivada por reportagens da revista, a editora demitiu Mino Carta, um dos fundadores e diretor na época.

O público alvo da revista são as classes B (50%) e C (26%) da população brasileira (EDITORA ABRIL, 2013). *Veja* conta com aproximadamente 900 mil assinantes. Cada exemplar da revista é lido por seis pessoas, em média, sendo que pouco mais da metade é do sexo feminino.

Gráfico 1 - Perfil dos leitores da *Veja*



Fonte: Instituto IPSOS/Marplan, 2012.

Segurado (2007, p. 230), pesquisadora em comunicação e política, afirma

As publicações do Grupo Abril são ardorosas defensoras e propagadoras do Consenso de Washington e do neoliberalismo e adversárias ferrenhas da política externa do governo Lula. No campo político, embora se declare imparcial na cobertura (um vício da imprensa brasileira), alinha-se claramente ao bloco PSDB/PFL.

6.2 REVISTA CARTACAPITAL

Publicada pela primeira vez em agosto de 1994, sob a direção do jornalista Mino Carta, cuja biografia confunde-se com a história da imprensa brasileira dos últimos quarenta anos, a revista *CartaCapital*¹⁰ difere de outras publicações semanais. Mensal na sua criação, depois quinzenal e semanal a partir de 2001.

Figura 5 - Capa da primeira edição da revista *CartaCapital* - 08/1994



Fonte: *CartaCapital*. Redação da revista.

Ela é uma revista semanal noticiosa, com proposta editorial ancorada naquilo que a revista considera ser os três fundamentos básicos do bom jornalismo: fidelidade à verdade factual, o espírito crítico e a fiscalização do poder onde quer que ele se manifeste. *CartaCapital* se auto define, desde a sua origem, como uma das principais referências de formadores de opinião e leitura obrigatória da elite econômica e intelectual do país.

Considerada como a mais independente e objetiva entre as revistas semanais brasileiras de informação por uns e como a mais parcial e chapa-branca dentre as revistas brasileiras por outros, *CartaCapital* é uma revista de opinião, com notícias criticamente comentadas sobre política, economia, cultura, literatura, saúde, ciência e esporte, com um texto jornalístico cujo grau de informatividade, em certa medida, difere de outros da mídia

¹⁰ A revista *CartaCapital* disponibiliza pouco material sobre a sua história. Só conseguimos obter a capa da primeira edição da revista através de e-mail enviado à redação.

imprensa, como a *Veja*, por exemplo, pois nele prevalece o caráter crítico-analítico dos fatos sobre o caráter informativo.

Para Santos (2009, p. 51), *CartaCapital* apresenta “[...] um tom bastante personalista, característica que deixa explícita ao leitor. Diferentemente das demais semanais, *CartaCapital* defende que os meios de comunicação como um todo assumam publicamente suas afinidades político-partidárias”. Para exemplificar a afirmação anterior nos períodos eleitorais de 2002 e 2006 a revista tornou explícito, em seus editoriais, o posicionamento favorável ao candidato à presidente Luis Inácio Lula da Silva. A revista também costuma criticar a imprensa nacional, principalmente a Rede Globo e a Editora Abril, proprietárias das suas concorrentes a revista *Veja* e *Época*.

Um dos diferenciais da revista é a utilização de vocabulário menos coloquial que pressupõe um público leitor com conhecimento de mundo sobre história e economia em geral. As entrevistas são veiculadas na seção *Seu País* e na seção *Ideias* e possuem em geral duas ou três páginas incluindo texto verbal e não verbal.

As entrevistas de *CartaCapital* iniciam-se sempre em letra capitular com uma introdução sobre o entrevistado(a) e uma citação em discurso direto. Isto é, uma retextualização de um recorte significativo da fala do entrevistado, fruto de uma interação oral que se realizou previamente. Também aparece sempre em negrito e entre aspas (na primeira ou segunda página) uma afirmação do entrevistado acerca do assunto em questão. Tomamos como exemplo uma citação direta em destaque da primeira página da entrevista de Marina Silva, a presidenciável do PV:

Infelizmente, o petróleo será uma fonte de energia necessária por muito tempo. Boa parte dos recursos do pré-sal deve ser usada em pesquisas que nos levem à superação dessa energia. (*CartaCapital*, 17/02/10, p. 22)

Para a nossa discussão, com relação ao perfil comercial da revista, vamos considerar a tabela que segue:

Tabela 1 - As maiores semanais

Circulação média por edição		
Título	Editora	Jan a Jun/2009
<i>Veja</i>	Abril	1.097.481
Época	Globo	417.789
Isto é	Três	338.549
Caras	Caras	312.056
Ana Maria	Abril	218.537
Viva Mais	Abril	213.618
Contigo	Abril	147.476
Tititi	Abril	139.394
Recreio	Abril	124.076
Malu	Alto Astral	120.762
Total		3.129.738

Fonte: ANER, 2010.

Como demonstram os dados da tabela apresentada, *CartaCapital* não aparece entre as mais vendidas, sua tiragem corresponde a aproximadamente 40 mil exemplares. Ainda assim Mino Carta (2008, p. 13) assevera: “[...] Leitores ou não, queremos brasileiros cada vez mais conscientes em lugar de um público imbecializado, a travegar entre chavões e mentiras”.

Manuela Carta, *publisher* de *CartaCapital*, por ocasião do lançamento do novo projeto gráfico da revista, em maio de 2013, em entrevista concedida a Meio & Mensagem (MANZANO, 2013), reafirma a postura da revista quanto ao número e perfil dos seus leitores:

M&M: A *CartaCapital* acredita que, na disputa pelo público das semanais, há espaço para mais crescimento ou sua tendência é consolidar-se como uma revista que dialoga com um público mais segmentado e diferente das outras revistas?

Manuela: Nunca quisemos ser uma revista para um milhão de leitores, somos diferenciados das demais revistas semanais de informação, tanto em público quanto em conteúdo, somos segmentados e assim permaneceremos. Somos a revista que tem o público mais qualificado, segundo Estudos Marplan/EGM entre as semanais de informação, e mais qualificado também que a revista Exame, que é quinzenal. A pesquisa que fizemos nos mostrou que temos uma demanda reprimida, um público leitor que, quando conhece e experimenta a revista, gosta, portanto temos aí um espaço para ocupar.

Em depoimento à Revista Imprensa, que trouxe um perfil de Mino Carta, o jornalista Tão Gomes Pinto faz revelações significativas para o delineamento da personalidade de Mino:

Ele foi obrigado a fazer a *CartaCapital* porque não tinha dono de revista que pudesse conviver com ele. Precisa ter jogo de cintura. O Mino tem vocação extraordinária para descobrir o que o leitor precisa e deve ler. Ele é um editor que prioriza a revista não pelo que o leitor quer ler, mas sim pelo que ele deve ler. (NALDONI, 2013).

Em entrevista concedida ao Diário Regional (OLIVEIRA, 2013), em 27 de abril de 2013, ao ser questionado sobre o posicionamento da revista, Mino Carta faz as seguintes considerações:

DR – Como o senhor se defende daqueles que acusam a *Carta Capital* de ser pró-petista?

Carta - Eu aconselho que perguntem se ela é petista ao ministro (das Comunicações) Paulo Bernardo ou ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ou então ao ex-ministro e atual governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. A Carta Capital pratica o jornalismo honesto e diz o que pensa. É só isso. O fato de ter escolhido a candidatura Lula, em 2006, ou a candidatura Dilma, em 2010, não significa que nós sejamos petistas. Nós praticamos de alguma maneira uma análise política que nos leva a escolher o candidato que, na nossa visão, é o melhor.

CartaCapital, enquanto instituição jornalística, tem sua imagem associada à imagem do seu fundador e diretor de redação, o jornalista Mino Carta. Mas quem é Mino Carta? Que papel ele desempenha na revista *CartaCapital*?

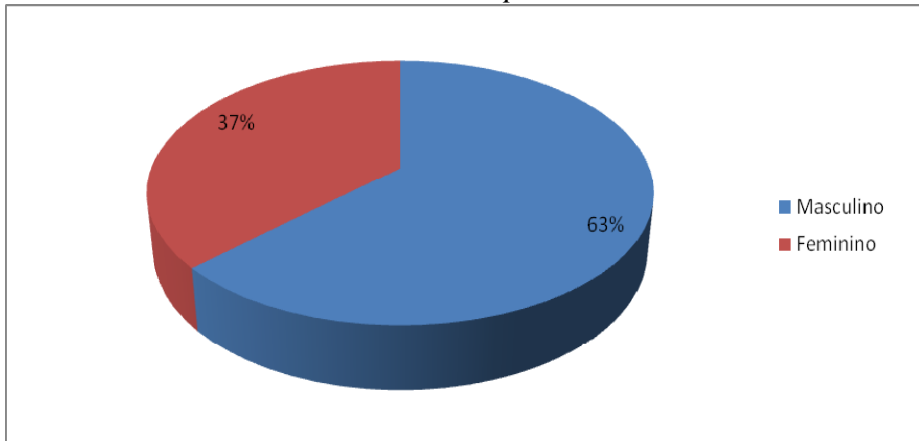
Demetrio "Mino" Giuliano Gianni Carta, mais conhecido como Mino Carta, dirigiu as equipes de criação de publicações que fizeram história na imprensa brasileira, como Quatro Rodas, o Jornal da Tarde, *Veja*, *IstoÉ*, e *CartaCapital*, da qual é proprietário e também diretor de redação. Mino Carta está associado a um estilo jornalístico combativo.

Postura crítica, comentários ácidos e ironia são características comumente atribuídas por quem conhece o jornalista. Questionado se o jornalismo de *CartaCapital* é exemplo a ser seguido pela imprensa brasileira, Mino Carta (2005) assevera:

Eu acho que nós praticamos um jornalismo excepcional. Se você comparar a *CartaCapital* com o resto da imprensa brasileira, dá pena. Isso eu sei porque tenho colegas estrangeiros que confirmam claramente. O jornalismo brasileiro é muito ruim. Você não acompanha o mundo pela imprensa brasileira, você não sabe o que acontece. E não é ruim somente por obra de um projeto ardiloso, feito para nivelar por baixo, desprezar o leitor, o ouvinte ou o telespectador. Não é só por isso. É porque os jornalistas não acreditam naquilo que fazem. E eles fazem coisa ruim, um mau jornalismo.

Hoje, *CartaCapital* conta com uma tiragem de 65 mil exemplares semanais (MIDIAKIT, 2012), auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) do mercado brasileiro. As pesquisas ainda apontam que 90% dos leitores da revista são das classes A e B.

Gráfico 2 - Perfil dos leitores *CartaCapital*.



Fonte: MidiaKit CartaCapital

Para concluir a discussão sobre as revistas *Veja* e *CartaCapital*, salientamos que as mídias, ao produzirem seu discurso, têm em mente qual o tipo de leitor (público-alvo) irão conseguir atingir de forma que seus posicionamentos sejam bem aceitos.

6.3 MÍDIA E ELEIÇÕES 2010

Os modos de organização dos homens e de seus discursos são indissociáveis das instituições que os fazem emergir e que os mantêm”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.108).

Quando nos detemos nos movimentos da mídia nas eleições de 2010 para Presidente da República, encontramos uma imprensa que caracterizamos como partidária, panfletária, parcial, imediatista, oportunista ou defensora dos interesses dos que estão nos bastidores das redações. E, sendo a linguagem o lugar de conflitos e confrontos, a mídia desvela essa luta de classes de um regime democrático em seus diversos suportes. Durante as eleições, a mídia teve papel decisivo¹¹, considerando desde os blogs alternativos até veículos como o *Estadão*, que explicitou a sua opinião em favor de um presidenciável.

¹¹ Cf. entrevista do cientista político **Bruno Lima Rocha** em entrevista à **IHU On-Line**, por telefone “O bombardeio midiático foi determinante para o segundo turno”. Para ele, o caso sobre a quebra de sigilo fiscal e bancário envolvendo José Serra e sua filha foi uma notícia requeitada, além disso, existiu um acordo conceitual entre os quatro grandes grupos de mídia durante as eleições. “A revista *Veja* lançava, a **Folha de**

Desde que Lula foi eleito Presidente da República pela primeira vez em 2002, deixamos de verificar marcas evidentes de esquerda ou de direita como havia há décadas atrás. Anos da “língua de madeira”, conforme Pêcheux (2004) e Courtine (2006), remetem a um sistema fechado, duro como madeira, regidos por condições de produção estáveis. Charaudeau e Maingueneau (2004, p.305) designam *a língua de madeira* como

uma linguagem estereotipada, própria da propaganda política, uma madeira rígida de se exprimir que usa clichês, fórmulas e slogans, e reflete uma posição dogmática, sem relação com a realidade vivida. Ela caracteriza os discursos burocráticos e administrativos, midiáticos ou dos dirigentes políticos, em particular, dos regimes comunistas.

Atualmente, com o rompimento de modos tradicionais de expressão política, temos mais uma aproximação com a “língua de vento” (publicidade) de discursividades pautadas na “fluidez” da língua rápida, efêmera, característica principalmente dos meios de comunicação contemporâneos e que influenciam também o discurso político. Courtine (2006, p.84) ao discutir as transformações na análise do discurso político afirma

parece que uma outra política do discurso está sendo desenvolvida: aquela de formas curtas, de fórmulas, de diálogos. Um discurso político mais fluido, mais imediato que requisitaria o instante mais do que se inscrever na memória, preferindo mais o ataque verbal do que a estratégia discursiva. Um discurso dialógico provocou os jogos de linguagem: o discurso político passa por uma profunda transformação na enunciação, tornando-se um discurso curto, descontínuo e ininterrupto, ao mesmo tempo que o sujeito falante re-emerge enquanto a máquina política é apagada. Esse é um dos vários efeitos sobre enunciados políticos, geralmente descritos como condição pós-moderna, caracterizada pelo aparecimento do individualismo e a desafeição pelos sistemas ideológicos. (COURTINE, 2006, p.84)

A espetacularização na política não é de hoje mas nas eleições de 2010 ela chegou ao esplendor. Candidatos à presidência como Marina Silva (PV), José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) estamparam as capas das revistas como de astros, conforme exemplos abaixo:

São Paulo aprofundava e a **Rede Globo** replicava”, ressalta. Bruno também fala sobre a decisão do jornal O Estado de São Paulo em declarar apoio ao candidato tucano, o fator “lulismo” na campanha petista, entre outros assuntos. (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2010)

Figura 6 - Presidenciáveis nas capas das revistas



Apresentamos a capa da revista *Época*, da Editora Globo, que retrata a atuação da candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff (PT), durante o período da ditadura militar (1964-1985), dando destaque especial à sua participação em movimentos de luta armada, o que causou polêmica por destacar a imagem negativa da petista. Sua história foi associada a “terrorismo”. Nessa questão, verificamos o cruzamento de discursos já conhecidos, o interdiscurso, como a associação do PT a coisas perigosas como revoluções e combate.

A revista *Veja*, comumente criticada por especialistas em mídia e pela esquerda, não poupou esforços para revelar o seu apoio à candidatura de José Serra, com suas sucessivas matérias dotadas de críticas ora veladas, ora mais abertas ao esquerdismo. Por sua vez, a revista *CartaCapital* declarou seu voto abertamente. Em editorial intitulado “Por que apoiamos Dilma?”, o jornalista Mino Carta (2010) – autor do texto - se posiciona favorável à candidatura presidencial de Dilma Rousseff e lista os motivos pelos quais ela tem o seu apoio.

Um discreto olhar para as capas das revistas semanais, em tempos de eleição, nos permite verificar a tendenciosa participação da mídia no período eleitoral. Courtine (2006) realizou um estudo sobre as metamorfoses do discurso político e observou as

discursividades produzidas pela imprensa americana. Embora o seu foco não seja o discurso político brasileiro, verificamos que essas derivas se estenderam com matizes diferentes para outros territórios, inclusive para o Brasil. Para Courtine (2006, p. 141), a concorrência entre as mídias “privilegiaram os efeitos de anúncios espetaculares”.

6.4 ELEIÇÕES 2010: CENÁRIO ELEITORAL

Conforme já assinalou Charaudeau (2010), tempo e acontecimento não podem coincidir na mídia. É necessário que haja o tempo de fabricação e o tempo de distribuição do produto e, ainda, o tempo de leitura. Para o autor, a realização desse processo implica em uma defasagem entre acontecimento e tomada de conhecimento do acontecimento, entre a produção da informação e sua leitura. Nas palavras do autor:

A escrita desempenha o papel de prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera. Essas características próprias ao dispositivo da imprensa permitem compreender porque essa mídia, universo por excelência do legível, é particularmente eficaz; por um lado, nas análises e comentários, nos editoriais, nas tribunas e reflexões, nas crônicas, em tudo o que aprofunda a informação, que a coloca em perspectiva e que indaga sobre as prováveis consequências dos acontecimentos; por outro lado, nas narrativas, nas notícias locais (os fait divers) e na montagem de dossiês; e ainda, nas informações dos classificados, das variedades, local por excelência de um percurso sinótico; enfim, nas manchetes, que, funcionando como anúncios sugestivos semelhantes aos slogans publicitários, são destinadas a desencadear uma atividade de decifração, isto é, de inteligibilidade. (CHARAUDEAU, 2010, p. 113)

Desde a conquista da sua independência política, em 1822, o Brasil construiu uma rica história política, alternando momentos de instabilidade democrática com momentos de maior estabilidade e respeito aos direitos humanos fundamentais. Rubim (2005, p.13) conceitua eleição como um

rito periódico e complexo, instituído de modo significativo a partir da modernidade, através do qual a sociedade democrática, no caso de eleições competitivas legitima seu sistema político; escolhe governantes – do poder executivo e legislativo e, por vezes, do judiciário – seus programas de governo; dá acesso ao poder e recursos iniciais de governar, ainda que a governabilidade para todo o mandato tenha que ser disputada de modo cotidiano; continuamente redistribui o poder político e renova o pacto político entre representados e representantes, oxigena o sistema político, amplia o campo da política para além dos políticos profissionais através da solicitação, própria das eleições, de participação do cidadão como votante – cidadão que delega poder- ou militante, que atua nas campanhas, instituindo um campo concentrado e veloz para decisões relevantes. (RUBIM, 2005, p.13)

Quando à década de 2000, observamos que ela ficou marcada como a década em que a esquerda política brasileira teve um representante, presidente do país, eleito por meio de um legítimo processo democrático, o presidente eleito nas eleições 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, também reeleito em 2006.

6.4.1 A Cena de Enunciação

Para a Análise do Discurso, a noção de cena de enunciação é normalmente associada à noção de situação de comunicação. Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 195) esclarecem que “ao falar de cena de enunciação, acentua-se o fato de que a enunciação acontece em um espaço *instituído*, definido pelo gênero de discurso, mas também sobre a dimensão *construtiva* do discurso, que se “coloca em cena”, instaura seu próprio espaço de enunciação”.

Desse modo, algumas especificidades das eleições de 2010 devem ser expostas. A última eleição para presidente no Brasil criou um relacionamento tenso e multifacetado entre política e mídia. O ano de 2010 foi marcante em relação ao processo eleitoral, pois tivemos a primeira eleição da nova era democrática sem a participação de Luís Inácio Lula da Silva desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 que legitimou a democracia no Brasil.

Em 2010, o cenário eleitoral para presidente da República do Brasil apresentava nove candidatos, cada um pertencente a um partido diferente: José Serra, do PSDB; Dilma Rousseff, do PT e Marina Silva, do PV. Há os chamados “candidatos nanicos” (CHARAUDEAU, 2008, p. 288): Eymael, do PSDC; Zé Maria, do PSTU e Rui Pimenta, do PCO, Levy Fidelix, do PRTB, Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL e Ivan Pinheiro, do PCB, os quais fizeram apenas uma figuração na eleição nacional.

Consideramos ainda que a eleição de 2010 foi o sexto pleito direito para presidente da república e apenas em três eleições verificamos a presença de nomes de mulheres nas listas de candidatos. No entanto, na ocasião, elas não conseguiram passar da primeira etapa. Nas eleições de 1994 e 2002, as mulheres não foram representadas. Em 1998, tivemos Thereza Tigreiros Ruiz, do PTN, em uma lista de 12 homens. O salto ocorreu em 2006: dos 8 candidatos do primeiro turno 2 eram do sexo feminino. Foi o ano de Heloísa Helena, a senadora alagoana que rompeu com seu partido, o PT, após o chamado escândalo do mensalão, ajudou a fundar o PSOL e lançou-se candidata a presidente. Heloísa Helena, do

PSOL, e Ana Maria Rangel, do PRP, lançaram candidaturas e, embora não tenham ido para o 2º turno, obtiveram respectivamente, 6,85% e 0,13% dos votos válidos.

As eleições de 2010 romperam esse padrão, pois tivemos duas mulheres na disputa pelo poder: Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV). Elas foram notícia diariamente em tempo de campanha eleitoral. A mídia discutiu suas posições nas pesquisas, mostrou os comícios, revelou as suas falas sobre episódios recentes.

Especificamente a respeito da mulher em espaços de poder, Barreira (2008, p. 143) afirma que “ao longo o tempo, as restrições feitas às mulheres tornaram-se inócuas pela presença cada vez mais significativa de representantes do sexo feminino em cargos políticos”.

Ainda a respeito da incursão da mulher no campo da política, concordamos com Franca e Guimarães (2012, p. 321) ao considerar que

[...] a avaliação do desempenho das mulheres na política é atravessada por uma incômoda contradição. A representação dominante da mulher na sociedade continua sendo associada ao lar, à família, a tarefas de reproduzir, criar, educar[...] Assim, também na política as mulheres são cobradas e julgadas por tais características.

Sobre a forma como as mulheres são representadas na política, as autoras salientam que elas têm a sua vida pessoal exposta e escrutinada. Como exemplo, cita Marta Suplicy e Rita Camata. A primeira costuma ser alvo de caricaturas e clichês, a segunda, por sua vez, tem a beleza elevada e é eleita como “miss” do congresso.

Ainda que a presença feminina no meio político tenha tido um aumento, nos últimos anos, essa presença ainda é bem reduzida quando comparada à representação masculina no cenário político. Não podemos ignorar a existência de estereótipos de gênero que remetem a compreensões do papel da mulher nas sociedades e de sua competência para atuar no cenário político. Para Amossy (1991), o conceito de estereótipo estaria de alguma forma presente nas tensões constitutivas da democratização. Para Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 216), o locutor não pode se comunicar com seus alocutários e agir sobre eles sem se apoiar em estereótipos, representações coletivas e crenças partilhadas.

E, nessa via, vamos expor alguns dados biográficos dos presidencialistas entrevistados pelas revistas *Veja* e *CartaCapital*. Quem são esses candidatos? De onde vêm e por que vêm? Vamos sublinhar algumas particularidades dos candidatos relevantes para a pesquisa em questão.

6.4.2 Os Presidenciáveis

A campanha eleitoral para a escolha do Presidente do Brasil aconteceu de maneira acirrada. Quatro candidatos encontraram destaque na mídia, sendo que apenas três concorreram com reais chances de serem eleitos: Marina Silva, do Partido Verde (PV); José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). A disputa final foi entre petistas e “tucanos”, representados pelos candidatos José Serra (PSDB-SP) e Dilma Rousseff (PT-SP).

6.4.2.1 Dilma Rousseff

Dilma passou rapidamente de quase desconhecida para a maioria da população à condição de candidata mais votada para presidente da República. A campanha da petista se apropriou de imagens femininas fazendo associações da candidata ao título de “mãe do PAC” e de “a mulher do Lula”. Nos debates, Dilma sempre reforçou o discurso de que poderia ser “a primeira mulher presidente do Brasil”.

Ao fazer referência à população brasileira, ela não usava o costumeiro “brasileiros”, mas sempre “brasileiros e brasileiras”, reiterando o discurso da igualdade de gêneros. Mostrou-se como mãe e avó, o que ajudou a atenuar uma possível aparência de mulher “dura” e “fria” que a mídia em suas diversas instâncias procurava imprimir. Contudo, apesar da apropriação de tais imagens, comprometeu-se pouco em atender aos interesses femininos, não mostrando propostas muito claras. Fica, então, difícil mensurar o quanto o fato de ser mulher moldaria sua gestão.

Dilma participou de uma intensa militância política no período da ditadura militar, ocupando posições de contestação no âmbito da luta política inscrita na cidade e inserida nos movimentos de resistência à ditadura. A economista foi resgatada da história militante no período da ditadura militar como aquela que se destacou nas administrações políticas, no Governo do Rio Grande do Sul e também nos anos em que acompanhou o presidente Lula na Casa Civil da presidência quando foi ministra de Minas e Energia (2002). Três anos depois, passa a ocupar o Ministério da Casa Civil (2005-2010) com a saída de José Dirceu, por conta do Caso Mensalão do PT.

Ela ficou conhecida pelo temperamento forte e até chegou a dizer que era a única dura no meio de homens “fofos”, ao referir-se aos colegas de governo. A partir de 2007, seu nome surge como candidata à sucessão do presidente Lula e, em abril de 2009,

submete-se à tratamento contra um câncer linfático e consegue se recuperar. Dilma assegura, em seus discursos, que o Brasil está preparado para ter uma mulher presidente.

6.4.2.2 Marina Silva

Bastante conhecida na mídia internacional pelo seu trabalho como ambientalista, Marina Silva (PV) ocupou um papel importante de denúncia e de defesa no cenário dos movimentos de seringueiros explorados em suas condições de trabalho na floresta. A candidata, que pertencia a um pequeno partido emergente, em meio à disputa entre os dois maiores partidos nacionais, também foi um diferencial no processo eleitoral em questão.

O PV defende o desenvolvimento sustentável, a legalização e a descriminalização do aborto, das drogas e o casamento homossexual. Para tais assuntos, defendeu o plebiscito, o que foi considerado por muitos uma maneira de se isentar do real debate de tais questões. O PV é um partido com pouco representatividade nacional ao contrário do PT (Dilma Rousseff) e do PSDB (José Serra).

Em 2009, Marina Silva deixa o Partido dos Trabalhadores (PT) e filia-se ao Partido Verde (PV). A candidata, ao anunciar, em junho de 2010, sua pré-candidatura, afirmou seu desejo de ser a primeira mulher negra e de origem pobre a governar o Brasil. Apesar dessa fala, a campanha de Marina Silva não se mostrou fortemente marcada no discurso do gênero.

Embora tenha sido vereadora (1988), deputada federal (1990), senadora (1994 e 2002) e ministra do meio ambiente a partir de janeiro de 2003, no primeiro mandato de Lula, Marina Silva não fazia parte do imaginário de expressiva parte dos eleitores brasileiros.

Sua campanha eleitoral contou com poucos recursos financeiros, mas com o apoio voluntário de seus simpatizantes. A candidata obteve pouco espaço na campanha, no rádio e na TV e, por isso, chegou a tentar sucesso na campanha via Internet, assim como Barack Obama na campanha a presidente em 2008 (EUA), mas infelizmente devido a diferenças contextuais, culturais não obteve o mesmo resultado que o presidente americano. Para ilustrar tal afirmação basta considerar que, no Brasil, na ocasião, estima-se que apenas

37,8% da população tinha acesso à internet¹² enquanto, nos EUA, esse número chegava a 77,3%.

A candidata usou das possibilidades de comunicação midiática oferecidas pelo ciberespaço, usufruiu das mídias e redes sociais explorando novas ferramentas na construção da campanha eleitoral, assinalou, dessa forma, mudanças na política contemporânea, inaugurando novas dinâmicas no cenário eleitoral.

Sem dúvida, a internet foi uma ferramenta imprescindível para os quase 20 milhões de votos destinados a Marina Silva no primeiro turno das eleições e fez com que alguns holofotes da mídia fossem para ela destinados. Dentre eles, o da revista *Veja*, que até então estavam voltados para o candidato Jose Serra. Na reportagem “Por que Marina veio para ficar”, de 13/10/2010, a revista destacou a representatividade de Marina Silva no processo eleitoral vigente, ainda que, segundo a revista, essa representatividade continuaria apenas se ela se conciliasse a alguma força política tradicional. Os fragmentos que seguem justificam as afirmações anteriores:

Veja: O PV tende a apoiar Serra [...] (Veja, 13/10/2010).

Veja: O dilema que assombra Marina Silva, sobre como e com quem aliar-se é o mesmo vivido por lideranças internacionais verdes que, a certa altura, também ganharam relevo político. (Veja, 13/10/2010).

Para surpresa de alguns de seus eleitores, Marina Silva e PV optaram por posição neutra “independente” na disputa do segundo turno, não apostou nem em Dilma Rousseff (PT), nem no tucano José Serra.

6.4.2.3 José Serra

O candidato buscava se legitimar por meio de sua história. Ao final de quase todos os debates, pedia o voto aos brasileiros, afirmando oferecer em troca “sua vida, sua biografia”. Em seus programas eleitorais, Serra utilizava-se muito da narrativização, contando sua história e seus feitos ao longo da vida pública, principalmente como Ministro da Saúde.

Serra ingressou no curso de engenharia civil na USP (Universidade de São Paulo) em 1960. Foi quando se interessou pela militância estudantil e ajudou a fundar a AP (Ação Popular), entidade católica que o ajudou a chegar à presidência da UNE. Em 1962, foi

¹² Ambos os dados estão disponíveis no site <<http://www.internetworldstats.com/>>. Acesso em: 27/10/2010.

eleito presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) e, no mesmo ano, foi um dos fundadores da AP (Ação Popular), organização de esquerda ligada à Igreja Católica. O golpe militar de 1964 o obrigou a se exilar, primeiro na França e depois no Chile, onde cursou mestrado em economia.

Regressou para o Brasil em 1977, dois anos antes da promulgação da Lei de Anistia, e teve uma candidatura a deputado pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) impugnada pelo regime no ano seguinte. Também ministrou aulas na Unicamp (Universidade de Campinas)

Em 1978, José Serra retornou ao Brasil. Tornou-se professor da Unicamp, pesquisador do Cebrap e editorialista da Folha de S. Paulo. Ajudou a fundar o PMDB, a partir do antigo MDB, sendo relator do primeiro programa do partido. No governo Franco Montoro (1983-1987), foi Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Elegeu-se deputado federal em 1986 e reelegeu-se em 1990. Serra começa a ascensão nacional em 1994, ano em que se elege senador, cargo do qual se licenciou para assumir o Ministério do Planejamento. Em 1996, foi derrotado na eleição para prefeito de São Paulo, disputa que também havia perdido em 1991.

A partir de abril de 1998, assumiu o Ministério da Saúde de onde só saiu em 2002 para tentar suceder FHC. Foi quando sofreu nova derrota nas urnas. Vence, finalmente, a disputa pela prefeitura paulistana em 2004. Em 2006, José Serra deixa o cargo para concorrer ao governo do Estado, pleito que também venceu. Em abril de 2010, nova renúncia, dessa vez para se candidatar à Presidência pelo PSDB.

6.4.2.4 Plínio de Arruda Sampaio

Plínio de Arruda Sampaio era o mais idoso entre os nove candidatos a presidente. Filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi promotor público aposentado e mestre em desenvolvimento econômico internacional pela Universidade de Cornell (EUA). Até hoje é considerado um dos mais respeitados intelectuais de esquerda católica e também um dos mais árdios defensores da Teologia da Libertação entre o laicato. Era a favor de um aprofundamento da reforma agrária no Brasil, ocupou o cargo de presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

Na década de 1960, em seu primeiro mandato como deputado, relatou o programa de reforma agrária do governo do presidente João Goulart. Após o golpe militar que instituiu a ditadura, em 1964, teve seus direitos políticos cassados e foi para o exílio. O cargo

de promotor, que exercia desde 1954, também foi cassado, só voltando a ser reconhecido em 1984, quando Plínio foi então anistiado e aposentado.

Na trajetória política do candidato, destaca-se o fato de ter sido um dos fundadores do PT, partido pelo qual foi deputado constituinte na elaboração da Constituição de 1988.

Em 1990, candidatou-se a governador do Estado de São Paulo, sendo derrotado pelo Secretário de Segurança Pública, Luiz Antônio Fleury Filho, candidato do PMDB. Em 1992, Plínio apoiou o movimento pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor, que se via envolvido em várias denúncias de corrupção. Collor foi afastado temporariamente e, no final de 1992, renunciou ao cargo. Plínio permaneceu na oposição e se tornou crítico do plano econômico, o Plano Real, implementado no final do governo assumido por Itamar Franco.

Plínio deixou o partido em 2005 para ingressar no PSOL. Na campanha eleitoral de 2010, o estilo irreverente e humor ácido do socialista muitas vezes roubaram a cena. O ex-petista ficou conhecido por “apimentar” os debates televisivos no quais reiterava o discurso socialista, que aparecia em quase todas as suas falas, nas quais frisava a necessidade de romper definitivamente com os “banqueiros”.

Considerado dono de uma das propostas mais radicais de governo, defendia a desapropriação imediata, para reforma agrária, de toda propriedade rural acima de mil hectares e a estatização da educação e da saúde em todo o país. A proposta radical do candidato conferiu a ele um número vertiginoso de acessos ao seu *twitter*, dando-lhe boas-vindas.

O candidato sempre fazia muitas críticas ao seu pouco tempo no horário eleitoral e às questões que lhe faziam nos debates; contudo, quando tinha tempo, muitas vezes passava a maior parte do tempo destinado a ele reiterando tais críticas ao sistema, à mídia e aos candidatos do que efetivamente apresentando suas propostas.

7 DAS ENTREVISTAS IMPRESSAS EM *VEJA* E *CARTACAPITAL*

7.1 DA AUTORIA EM ENTREVISTAS IMPRESSAS

A seguir, apresentamos, em linhas gerais, apontamentos a respeito do conceito de autoria nas entrevistas analisadas, levando em conta que o que marca o gênero entrevista jornalística, em termos de autoria, é que ela é coletiva. O percurso da constituição desse gênero¹³ passa pelas seguintes etapas: definição de pauta, contato com o entrevistado, realização da entrevista face a face, transcrição (retextualização) do material gravado, edição e edição gráfica. Assim, temos um processo complexo que envolve jornalista, entrevistado e editores, dentre outros. Sobre a autoria, Rodrigues (2001, p.135) afirma o seguinte: “[...] todo gênero tem sua própria concepção de autoria”. Essa autoria não está relacionada à pessoa física (empírica), mas a uma posição de autoria inscrita no próprio gênero. Podemos dizer que definir autoria nas entrevistas é uma tarefa complexa.

Na revista *Veja*, as entrevistas analisadas foram assinadas por Eurípedes Alcântara e Ronaldo Soares, Eurípedes Alcântara e Otávio Cabral e Eurípedes Alcântara e Fábio Portella. Eurípedes Alcântara é diretor de redação da revista onde trabalha desde 1981. Por sua vez, na mídia *CartaCapital*, os responsáveis pela entrevista são: Cynara Menezes, Sergio Lírio, a entrevista feita com Dilma foi realizada por eles.

Apresentamos alguns elementos que participam da estrutura da entrevista das mídias analisadas. Na revista *CartaCapital*, temos o uso de caixa alta e de abreviaturas para indicar o turno e as vozes do entrevistador (**CC**, para *CartaCapital*) e o turno de vozes do entrevistado: DR, PAS, MS. Ao analisarmos as marcas de autoria, a exemplo da assinatura, somos levados a refletir um pouco mais sobre essa noção

A autoria é uma questão extensamente debatida, devido a sua complexidade, e também bastante polêmica. Foucault (2002, p.61), ao falar sobre a assinatura legitimadora da “função-autor”, diz que a autoria “[...] foi um processo que veio se desenvolvendo desde a época medieval, como um dos dispositivos que visaram a controlar a circulação dos textos ou dar-lhes autoria por meio de uma assinatura legitimadora”.

A discussão sobre a noção de autor é desenvolvida em três obras de Michel Foucault: *A arqueologia do saber* (2004), *O que é um autor?* (2002) e *A ordem do discurso*

¹³ Não aprofundaremos a discussão sobre o processo de produção que parte da entrevista face a face para chegar no gênero entrevista impressa pois o nosso foco é o texto retextualizado.

(1996) . No campo dos procedimentos que visam a controlar o funcionamento do discurso, a função autor para Foucault (2002, p. 56-57) apresenta quatro traços característicos:

- a) ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos;
- b) não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização;
- c) não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas;
- d) não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em, simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar.

A partir da definição de Foucault, consideramos que um texto não precisa estar vinculado a um nome, mas pode ser relacionado a várias pessoas que compartilhem de uma visão semelhante e que possam, desse modo, assumir a posição -autor.

As entrevistas da revista *CartaCapital* são publicadas na seção intitulada *Seu País Entrevista*. Verificamos ainda que o nome dos entrevistadores aparece na parte superior da página, até com certo destaque, mas o corpo textual omite as vozes dos jornalistas, pois quem entrevista os presidentiáveis é a *CartaCapital* (CC). A primeira pergunta é sempre precedida pelo nome completo da revista e do entrevistado(a) e as demais apenas pelas iniciais. Citamos alguns exemplos para ratificar a nossa afirmação:

CartaCapital: Como a senhora viu o estabelecimento pelo governo da meta de redução das emissões dos gases de efeito estufa em 39% até 2002? É positiva ou sua própria proposta de estabelecer um teto para as emissões de carbono seria melhor? (*CartaCapital*, 17/02/2010)

MS: A idéia do teto nos colocaria como um alvo a ser atingido, mas ter uma meta já é um avanço.[...] (*CartaCapital*, 17/02/2010)

CC: Um estudo recente diz que 50% das emissões de gases do Brasil são causadas pela pecuária. Como reduzir o problema se a carne é um dos nossos maiores produtos de exportação?

MS: Já existem tecnologias desenvolvidas pela Embrapa que permitem diminuir inclusive as flatulências do gado. [...] (*CartaCapital*, 17/02/2010)

De quem vem a ser a autoria nas entrevistas impressas de *CartaCapital*? Para a resolução dessa questão, mobilizamos ainda mais uma vez o conceito de autoria a partir do pensamento foucaultiano.

Mas não chega, evidentemente, repetir a afirmação oca de que o autor desapareceu. Do mesmo modo, não basta repetir indefinidamente que Deus e o homem morreram de uma morte conjunta. Trata-se, sim, de localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa descoberto. (FOUCAULT, 2002, p.41).

Assim, não podemos afirmar que há um apagamento a qualquer referência que aponte para os sujeitos-jornalistas, mas sim que suas vozes são abafadas em detrimento da voz da revista.

Na apresentação das entrevistas, a revista *Veja* também usa fotos para indicar pessoas ou temas referidos na entrevista, uso de parênteses para sinalizar elementos extralinguísticos e dêiticos não presentes no corpo textual da matéria e uso da cor amarela para marcar o fundo de todas as páginas que veiculam a entrevista. Isso fez com que os assinantes ou leitores habituais da revista reconheçam a sessão pela cor, as famosas “páginas amarelas”.

As perguntas aparecem em negrito e não há indicação do entrevistado ou do entrevistador. Em algumas entrevista, o nome da revista é inserido no texto introdutório da entrevista. Como verificamos nos fragmentos que seguem:

[...] Dilma falou à VEJA sobre drogas, PMDB, juro, inflação, crescimento e sua vida na prisão por crimes políticos no regime militar. (*Veja*, 16/06/ 2010)

Aos 52 anos, a senadora Marina Silva [...] casada e mãe de quatro filhos, ela falou a VEJA sobre seu apreço pela educação formal, a decadência da classe política e divergências com o governo Lula. (*Veja*, 30/06/2010)

Nas perguntas feitas pela revista *Veja*, na entrevista com Dilma Rousseff, apesar da suposta imparcialidade, constatamos que a instituição se posiciona ao utilizar a primeira pessoa do plural do discurso, que pode incluir tanto o entrevistador quanto o corpo editorial da revista. A questão pede o aval da candidata em relação ao presidente Fernando Henrique Cardoso, como sendo o responsável pela política econômica e pela estabilidade financeira do Brasil.

Estamos de acordo que os alicerces dessa robustez foram lançados durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso? (*Veja*, 16/06/2010). (**Grifo nosso**).

Em suma, em ambas as revistas, verificamos indícios de autoria na materialidade linguístico-textual: por meio da referência à revista, inserida no texto introdutório da entrevista (como na *Veja*); inserida no início da pergunta (no caso de *CartaCapital*) e através da assinatura do jornalista, inscrita na entrevista. Temos, então, a voz do jornalista que realizou a entrevista face a face e a voz da instituição (de onde fala). A presença da instituição, no caso *Veja* e *CartaCapital*, é marcada textualmente, ao introduzir o nome da revista na posição de entrevistador. Podemos afirmar, considerando também o processo de produção, que na entrevista impressa, gênero híbrido, a autoria é da instituição midiática, uma vez que a sua mediação na retextualização é decisiva¹⁴. Recuperamos assim o pensamento de Foucault (2002, p. 46): a função-autor se constitui como uma "característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade".

7.2 SOBRE A APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS

Após discussão sobre a autoria nas entrevistas impressas, passaremos, a análise do nosso *corpus*, formado por seis entrevistas das revistas *Veja* e *CartaCapital*. A saber:

Entrevistas da revista *CartaCapital*:

- Com Marina Silva, "A ética sustentável" (17 fev.2010)
- Com Plínio de Arruda Sampaio "O PSOL descarta o udenismo" (21 abr.2010)
- Com Dilma Rousseff, "O que pensa Dilma" (6 jun.2010)

Entrevistas da revista *Veja*: *Veja* realizou um ciclo de entrevistas com os candidatos à Presidência:

- Com José Serra, "Ouvir, argumentar, decidir" (17 abr.2010)
- Com Dilma Rousseff, "Acabou o 'Risco Brasil'" (16 jun.2010)
- Com Marina Silva, "Para crescer sem Poluir" (30 jun. 2010)

Ao fechar o ciclo a revista *Veja*, na seção "Carta ao leitor" (30/06/2010), conclui:

¹⁴ É decisiva principalmente pela linha editorial, pelas ações do editor na redação final do texto.

foram horas e horas de conversa, cuja destilação permite montar um primeiro rascunho das ideias centrais de cada um, de suas visões de mundo e saber o que eles pensam sobre o papel do governo, o grau de intervenção estatal na economia e quanto valorizam as conquistas da democracia brasileira” [...] não apenas as idéias estarão sob intenso escrutínio. Serão avaliados traços das personalidades, reações ao inesperado, carisma, espontaneidade e capacidade de transformar em realidade o Brasil ideal que cada um deles se comprometeu a construir nas Páginas Amarelas de Veja.

7.2.1 Os Títulos das Entrevistas

Passemos a analisar com mais cuidado os títulos empregados nas entrevistas das revistas:

Revista *CartaCapital*: “Ouvir, argumentar, decidir” (Serra)

Revista *Veja*: “Acabou o Risco Brasil” (Dilma)

Os verbos, na entrevista do candidato José Serra, sugere a imagem de um político com muita capacidade para governar, criando assim um *ethos* de político centrado, que sabe o que faz e apto para decidir em nome da nação. Verificamos também que apesar das orações estarem justapostas, houve o estabelecimento de uma gradação que inspira um tom de causa e consequência, ou seja, busca-se a implicação de um evento em outro, sinalizando que o interlocutor talvez possa constatar o fato de José Serra ser mais “confiável” porque suas decisões estão fundamentadas no “argumento” e na “escuta”.

Por outro lado, o título “Acabou o Risco Brasil” é resultado do interdiscurso da oposição e de certa forma também da mídia que, na ocasião, fazia questão de salientar a pouca experiência política da candidata. Retoma também o termo empregado na eleição de 1989¹⁵, aquela em que Collor venceu, liderada por meses por Lula e Brizola, e na qual se chegou a discutir o fenômeno “Brizula”, ou risco¹⁶ “Brizula”, dando-se por definitivo que um dos dois venceria.

¹⁵ No cenário eleitoral de 1989, havia uma polarização muito clara. No campo da direita: Fernando Collor (PRN), Paulo Maluf (PDS), Guilherme Afif (PL), Aureliano Chaves (PFL) e Ronaldo Caiado (PSD). No campo da esquerda: Lula (PT, com PCdoB e PSB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB) e Roberto Freire (PCB). (FERNANDES, 2010).

¹⁶ Nas eleições de 2002, uma propaganda da atriz Regina Duarte, que gerou grande repercussão, também chamava a atenção para o risco de eleger Lula presidente. “Tô com medo. Faz tempo que eu não tinha esse sentimento. Porque eu sinto que o Brasil nessa eleição corre o **risco** de perder toda a estabilidade que já havia conquistado. [...] nós temos dois candidatos à Presidência. Um eu conheço, é o Serra, o homem dos genéricos, do combate à AIDS. O outro eu achava que conhecia. Mas hoje eu não conheço mais. Tudo o que ele dizia mudou muito. Isso dá medo na gente”. (Horário Eleitoral gratuito - campanha José Serra) **Grifo nosso**. (SAVARESE, 2010)

7.2.2 Sobre o Parágrafo Inicial de Apresentação

É de praxe, antes do jogo de perguntas e respostas, que o entrevistado seja apresentado ao leitor, definindo assim o seu perfil político e nível de influência na área.

7.2.3 Apresentação de José Serra pela Revista *Veja*

É com o enunciado posto a seguir que *Veja* abre a entrevista de José Serra em 23 de junho de 2010.

Nenhum outro político brasileiro tem no currículo uma vida pública como a de José Serra, 68 anos, candidato do PSDB à sucessão de Lula. Jovem, presidia a União Nacional dos Estudantes (UNE) quando veio o golpe de 64, que o levou ao **exílio, expatriação** que duraria até 1978. De volta ao Brasil com diploma de economia no bolso, foi secretário do planejamento, deputado constituinte, senador, ministro do Planejamento e da saúde, prefeito e governador.[...]. (*Veja*, 17/04/2010) (**grifos nosso**)

O enunciado de apresentação do candidato marca uma formação discursiva ideológica da instituição que procura direcionar e, conseqüentemente, influenciar o leitor da revista, elogiando o candidato tucano, apresentado como o melhor e mais qualificado dentre os demais candidatos. Considerando que “... mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto”. (MAINGUENEAU, 2001, p.95), o enunciador mobiliza informações da carreira política do candidato, reforçando a imagem favorável de altamente qualificado.

A apresentação valoriza a biografia do candidato, enfatizando a sua longa trajetória política. Em quase 50 anos de carreira, José Serra esteve presente nos momentos principais da história brasileira como no golpe militar ocorrido em 1964 e que estabeleceu, no Brasil, uma ditadura militar até 1985. Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como, por exemplo, o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Logo depois do golpe de 1º de abril, Serra se refugiou na embaixada da Colômbia e seguiu para a França. Na ocasião, militares combateram sem piedade qualquer ameaça comunista ou de manifestantes contra o governo, marcando a história¹⁷ do Brasil com atos autoritários. Assim,

¹⁷ Ao tratar do papel que a grande mídia desempenhou na preparação e sustentação do golpe militar argumenta “não são poucos os atores envolvidos no golpe de 1964 – ou seus herdeiros – que continuam vivos e ativos. A

o fato de Serra ter sido deslocado do território original, na época da ditadura, o qualifica como um forte candidato, porque o exílio lhe garantiu preparo e experiência para ocupar cargos públicos.

Ainda na apresentação, a revista reproduz uma fala de Serra em tom de desprestígio e reprovação com relação à Dilma Rousseff:

Veja: Hoje me choca ver gente que sofreu sob a ditadura no Brasil cortejando **ditadores** que querem a **bomba atômica**, que encarceram, torturam e matam adversários políticos, fraudam eleições, perseguem a imprensa livre, manipulam e intervêm no Legislativo e no Judiciário. Isso é incompatível com a crença na democracia e o respeito aos direitos humanos. (*Veja*, 16/06/2010) (**grifos nossos**)

Na citação anterior, verificamos a intertextualidade do discurso de Serra com uma referência indireta ao apoio do PT (Lula e Dilma) ao presidente do Irã em 2009. Na ocasião, a visita ao Brasil do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, selou o reconhecimento internacional da legitimidade do programa nuclear iraniano, criticado pelos EUA e por Israel por supostamente desenvolver armas atômicas através de um programa alegadamente pacífico.

A seguir, passaremos à análise da apresentação da candidata **Dilma Rousseff**, feita pela revista *Veja*:

7.2.4 Apresentação de Dilma Rousseff por *Veja* e *CartaCapital*

Na apresentação da entrevista da **Veja**, intitulada “Acabou o ‘Risco Brasil’”, há uma sugestão de que o cargo tivesse sido imposto à candidata por Lula, conforme verificamos nos seguintes fragmentos: “estranhou o papel...” “...as primeiras semanas de pré-campanha lhe pareceram umas férias sem muita graça”.

Título: Acabou o “Risco Brasil”

No começo, Dilma Rousseff **estranhou o papel de candidata à Presidência da República**. Em comparação com o cotidiano acelerado de ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula, **as primeiras semanas de pré-campanha lhe pareceram umas férias sem muita graça**. Na semana que precedeu sua indicação oficial pelo PT, ela tinha voltado ao ritmo de multitarefas e a mente estava ocupada com os mais diversos assuntos. "Estamos retomando o poder territorial dos bandidos no Rio de Janeiro. Droga se combate com inteligência, força e

dando opções de trabalho e lazer aos jovens", diz ela, animada com os resultados da parceria do governo federal com o governador Sérgio Cabral. Dilma criticou José Serra, o candidato do PSDB, por ter fustigado o governo da Bolívia e sua leniência no combate ao tráfico de drogas. "Lá também vamos precisar de parceria para destruir os centros de refino de coca, e brigar com o governo boliviano não é um bom caminho." Dilma falou a VEJA sobre drogas, PMDB, juros, inflação, crescimento e sua vida na prisão por crimes políticos no regime militar. (*Veja*, 16/06/2010) (grifos nossos).

Nos fragmentos em análise, a voz midiática *Veja* coloca a candidata como submissa às decisões do então presidente Lula. Ao enunciar os trechos, nesse momento, cria uma imagem de ofuscamento da pré-candidata, o que nos remete à proposição de Pêcheux (1995, p. 161):

uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria 'próprio', vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 1995, p. 161)

Ainda, nesse texto introdutório, de apresentação de Dilma Rousseff, a exemplo da entrevista com José Serra, a revista reproduz sua fala, bem mais amena, sobre o seu adversário:

Veja: [...] Dilma criticou José Serra, o candidato do PSDB, por ter fustigado o governo da Bolívia e sua leniência no combate ao tráfico de drogas. "**Lá também vamos precisar de parceria para destruir os centros de refino de coca, e brigar com o governo boliviano não é um bom caminho**". (*Veja*, 16/06/2010) (grifo nosso)

Nos enunciados de *CartaCapital*, a ex-ministra é representada sob a perspectiva de comprometimento, segurança e força, a começar pela descrição do cenário da entrevista: "Dilma Rousseff posta-se bem à frente da própria imagem".

Título: Dilma Solta o Verbo

Um enorme painel da candidata ao lado de seu mentor, o presidente Lula, punhos cerrados no ar, emoldura o cenário da entrevista. Dilma Rousseff posta-se bem à frente da própria imagem. Desconfortável no início com perguntas pessoais, ela se solta aos poucos, enquanto defende as realizações do atual governo e explica o que pretende fazer se eleita. Basicamente, aprofundar o processo de inclusão social que, afirma, não se esgota em um ou dois mandatos. Talvez por isso, ao se referir a uma eventual gestão sua, prefira a palavra "período". No centro desse "período", promete, estará o compromisso de levar o País ao clube das nações desenvolvidas, com a erradicação da miséria, o foco na educação e na cultura. "Minha meta é levar nossa população à classe média, no mínimo." Dilma não é Lula. É uma discípula, uma aluna. Mas uma aluna aplicada, vê-se. Como nunca disputou eleição, a ex-ministra da Casa Civil replica o "mestre" ao usar o recurso de contar historinhas nas respostas por vezes pouco concisas. Também se percebe na candidata o cuidado de evitar certas polêmicas durante a campanha, o que não inclui fugir às perguntas sobre seu

envolvimento na luta armada durante a ditadura. "Tenho muito orgulho de ter resistido do primeiro ao último dia". Alvo de seguidas denúncias, nunca comprovadas, desde que Lula anunciou ser ela a sua candidata ao governo, afirma não acreditar que a imprensa brasileira seguirá o exemplo da venezuelana e se tornar cada vez mais hostil diante da possibilidade crescente de permanência do PT no poder. Por ser contraproducente. "De que adianta? Mais do que somos criticados, e daí?" Na entrevista, a pré-candidata disse ser contra a descriminalização das drogas, defendeu a reconstrução do Estado e repeliu os estereótipos. "Nunca me senti uma pessoa infeliz. Não sou carente, sou alegre". (*CartaCapital*, 06/06/2010).

Na construção do texto, o enunciador mobiliza mecanismos que buscam elevar a candidata, emprega palavras e expressões de cunho positivo e entusiasta, elevando Dilma, como podemos verificar nos fragmentos que seguem: “alvo de denúncias, nunca comprovadas”, “Dilma não é Lula. É uma discípula, uma aluna. Mas uma aluna aplicada, vê-se”. Essas escolhas no funcionamento discursivo contribuem para a construção do *ethos* pró-Lula e conseqüentemente pró-Dilma uma vez que ela é a escolhida para dar continuidade¹⁸ ao governo petista no Brasil.

Ao dizer que Dilma replica o “mestre”, ao colocar aspas em “mestre”, reforça a imagem de Dilma como seguidora dos passos de Lula. Nas aspas colocadas em “nunca me senti uma pessoa infeliz. Não sou carente, sou alegre”, o enunciador marca um distanciamento entre a voz da revista e a voz da própria Dilma na tentativa de romper estereótipos. Com relação à interpretação do uso das aspas, estamos de acordo com Maingueneau (2001, p. 163), quando este afirma que “o leitor deve construir uma determinada representação do universo ideológico do enunciador para conseguir ter sucesso na interpretação pretendida”.

7.2.5 Apresentação de Marina Silva por *Veja* e *CartaCapital*

Na apresentação de Marina Silva pela *Veja* e pela *CartaCapital*, ambas, em seus títulos, focalizam a relação economia e sustentabilidade:

Revista *Veja*: “Para crescer sem poluir”
 Revista *CartaCapital*: “A ética sustentável”

No Brasil, os problemas ambientais começaram a ser debatidos com mais força no final da década de 1970, durante o governo militar. Desde então, surgiram secretarias

¹⁸ Nas palavras da própria Dilma: "O meu projeto é dar continuidade ao governo do presidente Lula. Mas não é repetir. É avançar e aprofundar". (DELGADO, 2013)

do meio ambiente em todo o país, além de revistas, jornais, rádios, tvs, sites e blogs que passaram a tratar o assunto. O discurso sobre o meio ambiente ganhou destaque nos meios de comunicação e passou a ser amplamente debatido a partir de 1992 com a chamada Eco-92. A partir disso, surgiu uma série de ideias e valores sob a égide da sustentabilidade. Nessa linha estão Marina Silva e o PV, com um histórico de luta em defesa ao meio ambiente.

O título da entrevista “Para crescer sem poluir” ressalta o fato de que, nas perspectivas da candidata, é possível estabelecer no país um crescimento econômico no qual o consumo seja responsável e mantenha o equilíbrio ambiental.

Na apresentação da candidata, temos um texto que se constitui em uma narração de aspectos sobre a candidata, primeiramente sobre sua história de vida e depois sobre seu percurso político:

Aos 52 anos, a senadora Marina Silva, do Acre, sabe que está diante da mais árdua disputa eleitoral desde que ingressou na vida política, em 1988, como vereadora em Rio Branco. Com algo entre 9% e 12% das intenções de voto e em terceiro lugar, ela ainda assim acredita que, pela primeira vez no Brasil, há espaço para uma candidatura verde crescer. “É um avanço. Pouco tempo atrás, não poderia nem sonhar em pleitear a Presidência com uma bandeira ambiental” diz Marina, que se filiou ao Partido Verde em 2009 depois de romper com o PT, a que pertenceu por trinta anos. Dona de uma biografia singular- foi alfabetizada pelo Mobral aos 16 anos – casada e mãe de quatro filhos, ela falou a *Veja* sobre seu apreço pela educação formal, a decadência da classe política e divergências com o governo Lula. (*Veja*, 30/06/2010)

A construção do parágrafo de apresentação exprime a intenção do periódico em ressaltar a probabilidade de derrota de Marina. Esse sentido pode ser extraído através de uma interpretação dos seguintes trechos: “[...] a senadora [...] sabe que está diante da mais árdua disputa eleitoral desde que ingressou na política [...] ela ainda assim, acredita que, pela primeira vez no Brasil, há espaço para uma candidatura verde crescer”.

Verificamos ainda, na primeira página da entrevista, que uma declaração de Marina recebe destaque gráfico: “Entrei nessa disputa para reafirmar a ideia de que a questão ambiental é o grande debate do século XXI” Esse destaque reafirma a base política de Marina ancorada essencialmente no discurso ecológico.

O título da revista *CartaCapital*, “A ética sustentável”, chama a atenção para a proposta da candidata e do PV para um Brasil justo e sustentável, bem como para a construção da governabilidade com base em princípios e valores éticos. O subtítulo destaca a força da candidata na disputa pela presidência: “A presidenciável do PV rejeita a pecha de candidata de uma nota só e defende novo modelo de desenvolvimento”.

A apresentação da candidata feita pela *CartaCapital* é bastante positiva, pois destaca as qualidades políticas da candidata, cria a imagem de uma mulher ética e determinada nas questões ambientais:

A senadora Marina Silva que deixou o PT para se lançar à Presidência pelo PV, não teme ser vista como uma candidata com ideias apenas para o meio ambiente. “O desenvolvimento sustentável pressupõe ter propostas com critérios de sustentabilidade para todos os setores”. Nesta entrevista inédita concedida a *CartaCapital* em dezembro passado, a presidenciável afirma: mesmo com as dúvidas expostas pelos céticos, é um “dever ético” da humanidade se precaver contra o aquecimento global”. (*CartaCapital*, 17 fev. 2010)

7.3 SOBRE AS PERGUNTAS DE VEJA E CARTACAPITAL

7.3.1 Entrevista de Dilma Rousseff Para a Revista *Veja*:

Veja: De tanto cumprir cadeia política durante a ditadura Vargas, o grande escritor Graciliano Ramos, um tipo depressivo, saiu-se com essa: "É-me indiferente estar preso ou solto". A senhora chegou a ter um sentimento parecido?

Não. Nos cárceres da ditadura militar, sempre ansiei pela liberdade. Mas entendo bem a que o Graciliano se refere. Existe a figura do preso velho, conhecedor dos caminhos dentro da cadeia. Isso dá uma certa sensação de controle que, ao final da minha pena de três anos, tornava a prisão menos insuportável. Eu tinha um esconderijo de livros e, com a ajuda do dentista da penitenciária, trocava bilhetes com meu marido, preso na ala masculina. Contávamos com algumas boas almas entre os carcereiros, e o capelão militar deu-me uma *Bíblia*, que, para passar pela fresta da porta da cela, teve sua capa arrancada. Um sargento detonou, sem querer, uma bomba de gás lacrimogêneo perto das celas e abriram um inquérito para apurar responsabilidades. Nós, as presas, sabíamos quem era o culpado, mas decidimos não identificá-lo. Com isso caímos nas graças dos sargentos. Enfim, o preso velho começa a acomodar seus ossos naquele ambiente. (*Veja*, 16/06/2010)

Veja: em situações extremas as pessoas costumam ter reações inesperadas. Quem era forte revela-se um fraco. O frágil se transforma em valente. A senhora se viu na cadeia, sob tortura, tendo reações surpreendentes?

É um pouco mais complexo do que você imagina. Depende muito do seu momento. A mesma pessoa pode estar forte um dia e em outro desabar – ou estar entregue e, de repente, encontrar forças descomuns que não sabia possuir. É o momento que manda, e você não manda no seu momento. (*Veja*, 16/06/2010)

Veja: a sua opção pela luta armada na juventude vai ser um assunto da campanha eleitoral. As pessoas querem saber se a senhora deu tiros, explodiu bombas ou sequestrou? (*Veja*, 16/06/2010)

Estou pronta para esse debate. Pertenci a organizações políticas que praticaram esses atos. Mas eu jamais me envolvi pessoalmente em alguma ação violenta. Minha função era de retaguarda. Os processos militares que resultaram em minha condenação mostram isso com clareza. Nunca fui processada por ações armadas. Tenho muito orgulho de ter combatido a ditadura do primeiro ao último dia. A ditadura foi muito ruim. Cassaram os partidos políticos, fecharam órgãos de imprensa, criaram mecanismos de censura, torturaram... Mas o pior de tudo é que tiraram a esperança da minha geração. Quem tinha 15 ou 16 anos de idade

quando foi dado o golpe de 64 não enxergava o fim do túnel. De um jovem cheio de energia e sem esperança podem-se esperar reações radicais.

Veja: é fácil falar vendo o filme de trás para a frente, mas hoje parece indiscutível que o pessoal da luta armada não queria a volta da democracia, mas apenas trocar uma ditadura de direita por outra de esquerda. A senhora tinha consciência disso? (Veja, 16/06/2010)

Olha aqui, no meio da luta essas coisas nunca ficavam claras. O objetivo prioritário era nos livrar da ditadura, e lutamos embalados por um sentimento de justiça, de querer melhorar a vida dos brasileiros. Foi um período histórico marcante em todo o mundo. Os jovens franceses estavam nas barricadas de maio de 68. Jovens americanos morriam baleados pela polícia nos câmpus universitários em protesto contra a Guerra do Vietnã, a mais impopular das guerras dos Estados Unidos, um conflito que aos nossos olhos tinha uma potência tecnomilitar agressora sendo derrotada por um país pequenino, mas valente. Nossa simpatia com o lado mais fraco era óbvia. Depois daquela fase eu continuei lutando pela democracia no antigo MDB e no PDT. Nesse processo, eu mudei com o Brasil, mas jamais mudei de lado.

As perguntas do enunciador de *Veja* ressaltam o passado de militância política da candidata nos grupos de esquerda, na tentativa de rotular a candidata como terrorista. Na construção das perguntas de *Veja*, observamos um direcionamento contrário às ações da candidata, no período da ditadura, focalizando o acontecimento de maneira negativa.

Em “A sua opção pela luta armada...”, o entrevistador traz à tona um tema polêmico. Uma curiosidade do público, segundo ele, que quer saber o que a candidata fez no período de regime militar, conduzindo o questionamento e enumerando as possíveis ações cometidas pela candidata nesse período: “deu tiros, explodiu bombas ou sequestrou”.

Parte da imprensa, na tentativa de garantir a vitória de seu candidato, também dá ampla divulgação à representação das mulheres associadas a estereótipos, no cenário político. Para Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 216), “o locutor não pode se comunicar com seus alocutários e agir sobre eles sem se apoiar em estereótipos, representações coletivas e crenças partilhadas”. A capacidade da mulher na política e no exercício do poder é colocada em xeque. Para França e Corrêa (2012, p. 321):

Os homens políticos são analisados e apreciados, de forma dominante, a partir de seu desempenho, ações e proposições no campo da política. As mulheres políticas são também, e principalmente, julgadas a partir da sua aparência, personalidade, biografia pessoal. Ultrapassar os umbrais domésticos e se aventurar na esfera pública implica um preço a ser pago; às mulheres que se expõem na cena política, além da conhecida jornada dupla de trabalho, se soma o pesado atributo, que é dar conta publicamente da própria intimidade.

7.3.2 Entrevista de Dilma Rousseff para a revista *CartaCapital*

CC: Neste ano, o Brasil pode escolher a primeira mulher presidente. Faz diferença?

Faz toda a diferença, porque tem uma história de poucos direitos para as mulheres. Até o direito de voto para as mulheres é muito recente no Brasil, menos de cem anos. E ainda têm grandes desigualdades, que vão desde – apesar de as mulheres terem maior nível de escolaridade – ganhar dois terços do salário dos homens até o fato de existir violência familiar contra a mulher. Outro dia aproximou-se de mim um casal jovem, o rapaz carregava um menino de uns 3 anos, e a mulher, uma moça loira, vinha com uma menina, de vestido comprido, bonitinha, cabelo encaracolado. Chamava Vitória. E a mãe falou assim: “Eu trouxe a Vitória para que você diga a ela que as mulheres podem, que mulher pode”. Eu olhei pra Vitória e perguntei: ‘mulher pode o quê?’ E ela: “ser presidente”. Eu disse: ‘Vitória, mulher pode ser presidente. Porque isso faz parte do sonho que toda criança tem: quero ser pirata, toureiro. Mas também pode querer ser presidente e mulher nunca quis. Uma menina que quer é sinal dos tempos. E ela se chama Vitória, achei simbólico’.

CC: Mas existe um modo feminino de governar?

Tem um modo feminino inegável na vida privada. Nós cuidamos, providenciamos e incentivamos. É interessante levar isso para a vida pública. Vou contar outra historinha. Foi uma senhora, de seus 50 anos, a um sindicato, muito incomodada com a oposição homem e mulher. E ela sintetizou o problema da seguinte forma: “Somos 52% da população, mas os outros 48% são nossos filhos. De maneira que, se formos presidentes, fica tudo em casa. Ou seja, damos conta de cuidar das mulheres e dos homens, até porque a nossa relação com os homens não é de oposição. O olhar feminino não é excludente”.

CC: Já foi, nos primórdios do feminismo.

Talvez no começo, porque, sempre que se afirma alguma coisa, torna a diferença muito forte. A mulher, para ter consciência de que era discriminada, teve de fazer esse movimento. Mas não acredito que, hoje, esse seja um processo que crie diferenciação, desigualdade. Nenhuma política feminina é uma política anti-homem.

CC: Curiosamente, a senhora tem avançado menos no eleitorado feminino. Por que acha que isso acontece?

Acho que tem razão o (cientista político) Marcos Coimbra. Ele fez uma avaliação correta: há o fato de a mulher não ter tanto acesso à informação quanto o homem. Muitas ainda não me conhecem. Quando se separa o universo das mulheres que me conhecem e as que conhecem o outro candidato, eu tenho mais aprovação do que ele.

[...]

CC: A senhora não parece ter sido muito vaidosa no passado e agora ganhou um upgrade no visual. Está gostando?

Ah, a gente sempre curte, sempre é bom. Mas é um cabelo mais simples, né? (Alisa o cabelo, mais curto, mais claro e sem um fio fora de lugar.) E mais fácil de arrumar do que o seu. Mas eu gosto, não acho ruim, não.

CC: Acha que vão surgir muitos pretendentes... presidente e de visual novo?

É o tipo da coisa que não dá tempo nem de a gente pensar, nessa função. Agora, não sou contra, não, viu? As pessoas namorarem, coisas assim. Acho bom.

CC: Se a senhora fosse se comparar a uma mulher governante, estaria mais para Michelle Bachelet ou para Margaret Thatcher?

Ah, Bachelet, sem dúvida, óbvio. Não tenho a posição conservadora da Thatcher.

CC: Mas a pintam como dama-de-ferro, não?

É um estereótipo. Toda mulher é dama-de-ferro? Nunca vi um senhor-de-ferro, você já viu algum?

A primeira pergunta da entrevista destaca a possível vitória de Dilma, ainda que procure um distanciamento da proposição “[...] **pode** escolher a primeira mulher presidente[...]. Na sequência, as perguntas feitas pelo enunciador de *CartaCapital* evocam o tema mulheres presidentes de uma maneira leve, tecendo comentários sutis acerca do novo visual da candidata, o destaque à aparência e o reforço à beleza como um modo de distinção feminina.

Verificamos referências à vida privada da candidata ao mencionar aspectos da vida entendidos, comumente, como do âmbito pessoal, com insinuações sobre a possibilidade de mudança de *status* após a “bem provável” eleição.

Nas perguntas em questão, o enunciador traz à tona referências à personalidade de Dilma como “dura”, “sargentona”, dotada de temperamento forte e ainda tida como uma negociadora intransigente e técnica, associando então a ministra ao estereótipo de “Dama de Ferro”. Lembrando que, para Amossy e Pierrot (2003), a noção de estereótipo está relacionada ao conceito de pré-construído, pois ambos, estereótipo e pré-construído, dizem respeito a conceitos que estão cristalizados, gravados, fixados no imaginário social.

CC: A senhora parece aquele tipo de mulher que as durezas da vida fizeram revestir-se de uma armadura. É difícil ter de se livrar dela agora, em campanha, ficar como se diz, mais soft?

Isso é um baita estereótipo. Quem não criou, depois de 60 anos de vida, vários mecanismos de defesa? Me mostre um bicho sem nenhuma carapaça que sobreviveu. Somos todos fundamentalmente muito parecidos. Nos defendemos, nos desmontamos, nos abrimos para as pessoas. Depende da circunstância. Não posso ficar chorando o dia inteiro sendo ministra-chefe da Casa Civil, me comovendo às lágrimas. Agora se eu vir um filme comovente. Choro. Como ministra,, não podia ficar na emoção sistemática, porque ou eu segurava o touro a unha ou o touro picava a mula. O pessoal vende umas histórias esquisitíssimas. Talvez a suposição seja que sou um E.T. A verdade é que tive uma vida muito boa, tirando a prisão na época da ditadura. Casei, tive filho, vivi bem com meu marido, sou amiga do meu ex-marido, ele é que nem meu parente. Nunca me senti uma pessoa infeliz, não sou carente, sou alegre. Gosto de viver.

E já vislumbrando a candidata como presidente, o enunciador faz emergir a imagem de mulheres marcantes na história da política como Michelle Bachelet e Margaret Thatcher. As pistas relativas às marcas de gênero existentes nas perguntas selecionadas reforçam o *ethos* petista da revista *CartaCapital*. Contudo, apesar desse posicionamento, a entrevista da *CartaCapital* tocou em pontos chave, questionando a candidata incisivamente.

CC: Como a senhora recebe essa acusação, que deve se intensificar durante a campanha, de ter sido “terrorista”?

Tenho dúvidas de que vai se intensificar uma coisa dessas, porque é contraproducente. A discussão sobre a resistência à ditadura é contraproducente para quem não resistiu. Sinto muito orgulho de ter resistido do primeiro ao último dia, de ter ajudado o País a transitar para a democracia e de não ter mudado de lado.[...] O que queríamos caracterizar naquele momento era a existência de uma violência de Estado que levou pessoas, nos mais variados locais, a tomar posições firmes diante da ditadura. Eu tomei. (*CartaCapital*, 06/06/2010).

A revista *CartaCapital* também aborda a participação da candidata na luta armada durante a ditadura, contudo a maneira como a pergunta é elaborada coloca Dilma em posição de vítima. Há uma ênfase negativa sobre a conduta da candidata. O trecho “como a senhora recebe essa acusação” confirma a afirmação anterior.

CC: A senhora acha que, se o PT vencer as eleições, a mídia tende a se tornar hostil, como ocorre na Venezuela?

A Venezuela não é sequer parecida conosco. Lá é uma economia de dois setores, portanto, uma sociedade que tende a refletir dois setores. De um lado, tem o petróleo e, do outro, o resto. É só ver a participação que tem a renda do petróleo na Venezuela, ver a história da Venezuela. E dinheiro que eles não sabem o que fazer com ele, ainda é assim.

CC: Mas a imprensa brasileira, como a de lá, não tende a se tornar hostil a uma permanência a longo prazo do PT no poder?

De que adianta? Qual a eficácia? Mais do que somos criticados, e daí? Qual a nossa aprovação? 78%?

7.3.3 Análise da Pergunta de *Veja* feita à Candidata Dilma Rousseff

Veja: A sua opção pela luta armada na juventude vai ser um assunto da campanha eleitoral. As pessoas querem saber se a senhora deu tiros, explodiu bombas ou sequestrou.

Na pergunta analisada, o enunciador busca na história de Dilma qualidades viris da personagem, caracterizando a mulher política sob o estereótipo da masculinização, representando Dilma como a “durona”, “linha dura”, sempre com “dedos em riste”. Traz à tona a imagem de Dilma construída pela mídia, isto é, sujeito-político que é mulher com potencialidades masculinas.

7.3.4 Entrevista de José Serra Para a Revista *Veja*

Veja: Depois que os repórteres da sucursal da *Veja* em Brasília desvendaram uma tentativa de alopradados do PT de, uma vez mais, montar uma central de bisbilhotagem de adversários, as operações foram desautorizadas pela cúpula da campanha. O senhor responsabiliza a candidata Dilma Rousseff diretamente pelas malfeitorias ali planejadas? (grifo nosso).

O enunciado de *Veja*, na pergunta feita ao candidato José Serra, ressaltando os termos “alopradados, bisbilhotagem e malfeitorias” inscreve-se no interior de uma formação discursiva (FD) antipetista. Retoma aqui o “escândalo dos alopRADADOS”, aquele em que petistas foram presos em São Paulo, às vésperas das eleições de 2006, quando se preparavam para comprar um dossiê contra o então candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra. Era uma tentativa de implicar Serra no crime de desvio de recursos públicos. De acordo com Stangler (2011) “o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tentando diminuir a importância do episódio, afirmou que aquilo era obra de um bando de alopRADADOS”, expressão pela qual o caso é lembrado até hoje”.

7.3.5 Entrevista de Marina Silva Para a Revista *Veja*

Logo na primeira pergunta *Veja* explicitamente manifesta um juízo de valor sobre Marina Silva, ao destacá-la no papel de mero figurante no âmbito das campanhas à Presidência do Brasil.

Veja: Como escapar do papel de mera figurante nesta eleição presidencial?

Será uma campanha dura, evidentemente, mas diria que esses 12% são uma plataforma de lançamento bem razoável para alguém que entrou no jogo há tão pouco tempo e em franca desvantagem. [...] (*Veja*, 30/06/2010).

Esse enunciado revela o julgamento depreciativo da revista em torno da candidatura de Marina. Salientamos que a entrevista foi publicada ainda no período pré-eleitoral, portanto, as campanhas ainda não tinham começado de fato. Na ocasião, havia apenas 20 dias da apresentação de Marina Silva como candidata oficial do PV. Contudo, *Veja* antecipa sua derrota ancorada em dados de pesquisas iniciais, que apontavam um terceiro lugar para a candidata, o que, de fato, ocorreu.

Na questão que segue a *Veja* antecipa e reforça seu posicionamento com relação à candidata:

Veja: E havendo segundo turno, quem a senhora apoiaria?

Algumas pessoas dizem que saí do PT por causa da Dilma. Como se ela estivesse no papel da personagem cruel e a Marina, no da coitadinha. Eu, sinceramente, não fulanizo essas coisas. Como já falei, tratava-se de uma discordância séria com o governo Lula. Respeito Dilma, assim como Serra. Dito isso, só discuto segundo turno quando ele for uma realidade. Estamos bem no início do primeiro e já percebo uma tendência de um grupo de pessoas de querer tornar a eleição um plebiscito entre PT e PSDB ou ainda de fazer voto útil em uma eleição feita para ser disputada em dois turnos. No primeiro turno, as pessoas deveriam votar em quem mais acreditam. No segundo, aí, sim, usariam seu voto para tentar evitar o que considerassem ser pior para o Brasil.

A revista *Veja* constrói a representação de que a expressividade de Marina Silva nas eleições 2010 irá continuar somente se ela se ela e o PV se fizerem coalizão com outros partidos. A *Veja* não acredita na força política da candidata adquirida por suas propostas sustentáveis e vê como certa a derrota da candidata. A construção verbal “apoiaria” sustenta a nossa afirmação anterior.

7.3.6 Entrevista de Marina Silva Para a Revista *CartaCapital*

CC: como pré-candidata, a senhora tem alguma proposta para a utilização dos recursos do pré-sal?

MS: A visão que precisamos ter do petróleo é de que é uma fonte de energia, infelizmente, necessária por muito tempo até que seja substituída [...]

CC: Como vai rebater a crítica de que é uma candidata monocórdica, que só tem propostas para o meio ambiente?

MS: Quando as pessoas falam isso é porque ainda não estão familiarizadas com as conquistas do socioambientalismo dos últimos 30 anos. O desenvolvimento sustentável pressupõe ter propostas com critérios de sustentabilidade para todos os setores da economia, educação, ciência e tecnologia, agricultura. [...]

O entrevistador explora, através da pergunta, o fato de Marina Silva ter construído, ao longo de seus anos de militância, um sólido conhecimento sobre o meio ambiente, uma vez que atuou como Ministra do Meio Ambiente e é reconhecida internacionalmente por sua luta pelo desenvolvimento sustentável.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as eleições, enquanto “um momento e um procedimento – ritualizado, periódico e legitimado – de escolha e investidura de dirigentes (representativos) para exercício de poder (eres) na sociedade” (RUBIM, 2005, p.91) e levando em conta que desde a “era Collor” o caráter de espetáculo na política está cada vez mais acentuado em nosso país, pois os meios de comunicação apresentaram uma cobertura diferenciada que foi evoluindo a cada pleito, a nossa tese representa apenas uma pesquisa sobre o embate na imprensa escrita nas eleições de 2010.

Em nosso percurso analítico, centramos a nossa análise nos principais candidatos à presidência da República (Dilma Rousseff e José Serra), analisamos as entrevistas de Marina Silva e comentamos apenas alguns trechos da entrevista de Plínio Salgado, entrevistado apenas pela revista *CartaCapital*, apesar de não ter sido possível fazer um estudo comparativo.

Analisamos e refletimos sobre a importância atribuída às Formações Discursivas (FD) no funcionamento das entrevistas políticas, mobilizando, principalmente, os requisitos conceituais da Análise do Discurso francesa. Considerando que

o discurso, enquanto prática discursiva, trabalha para que o efeito de sentido discursivamente construído produza a ilusão de sentido único; por outro lado a AD trabalha sobre a materialidade discursiva, procurando desconstruí-la para determinar os funcionamentos discursivos que promovem a instauração dessa ilusão, da mesma forma que procura analisar os processos de significação dos quais participa o efeito de sentido construído pelo discurso como sentido único. (INDURSKY, 1997, p.21).

Empreendemos uma análise do papel da mídia na produção e circulação de sentidos, no eixo da política como espetáculo, por meio das entrevistas das revistas impressas *Veja* e *CartaCapital* de presidenciáveis nas eleições de 2010. Essas revistas desempenham um papel importante na formação da opinião pública e apresentaram posicionamentos políticos distintos durante a cobertura da campanha presidencial.

Focalizamos, em nossa pesquisa, as entrevistas, porque, conforme Charaudeau (2008, p.291), “nas entrevistas, nos vemos às voltas com encenações diversas, seja porque os jornalistas ‘paparicam’ os convidados fazendo perguntas preparadas e convenientes, seja porque procuram obter revelações, perseguindo o que se encontraria escondido sob o que é dito: o segredo”. Na cobertura jornalística das eleições presidenciais de

2010, o gênero entrevista impressa foi importante para a escolha dos candidatos, pois contribuiu para que os brasileiros informados pudessem estar mais habilitados para escolher melhor em quem poderiam votar.

Conforme abordamos no referencial teórico, as entrevistas são gêneros textuais oriundos de textos orais e circulam na mídia de forma escrita. Sendo assim, temos poucas informações sobre o que é realmente mobilizado no momento de sua produção oral, tais como pausas, hesitações, tom de voz e ainda informações visuais como gesticulação e postura. Além desses aspectos, consideramos o fato de a entrevista constituir um discurso de interação assimétrica.

Assim, após discutirmos a relação entre fala e escrita, no terceiro capítulo, e entendendo a entrevista como um gênero textual que se situa no contínuo oralidade/escrita, analisamos alguns marcadores discursivos nos fragmentos das entrevistas selecionadas. Destacamos a importância dos MDs para o “imbricamento” entre a modalidade oral e a escrita, a multifuncionalidade do MD “mas” no jogo pergunta e resposta; a atuação dos MDs nossa, olha, bom, agora” nas diferentes orientações argumentativas, nas respostas dos presidencialistas, tanto em *Veja* como em *CartaCapital*, e sua contribuição para a interação entrevistador/entrevistado.

Levando em conta que MDs são elementos muito estudados em contextos de interação oral, mas não tão discutidos em contextos de escrita, a nossa pesquisa pode reforçar a pertinência de estudos do comportamento dos marcadores discursivos, especialmente a trajetória entre a emergência na fala e a migração para a escrita, sobretudo nos gêneros jornalísticos.

Ao discutirmos o conceito de autoria nas entrevistas impressas, a partir do pensamento de Foucault, concluímos que a autoria é da instituição midiática pela sua atuação decisiva na retextualização através das ações do editor, da redação final e, é claro, da linha editorial.

Ao fazermos os recortes para análise, procuramos apresentar evidências enunciativas que respondessem às nossas perguntas iniciais, segundo as quais as instituições midiáticas *CartaCapital* e *Veja* enunciam do lugar discursivo com uma parcialidade, explícita por parte das instituições, que direciona uma tomada de posição frente às candidaturas à presidência da República. Concordamos com Fausto Neto (2004, p.121) ao afirmar que “em situações de complementaridades ou não, política e mídias se dão as mãos para apontar os caminhos que a ‘outra ponta’, os eleitores, devem fazer para tornar a política numa realidade, por sinal, já definida por aqueles campos”.

Ao longo das análises, identificamos também que as revistas se diferenciam pelo público-alvo, linha editorial e pelo histórico de seus proprietários, cujos aspectos ideológicos são bem distintos.

Os resultados da pesquisa indicam que, nas eleições de 2010, o candidato à presidência José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é o representante que *Veja* defende, embora a revista proclame o discurso da imparcialidade, ela, assim como todo o grupo Abril, alinha-se ao PSDB. O título da entrevista do candidato tucano “Ouvir, argumentar, decidir” é desdobrado na apresentação do candidato feita pela revista e lhe confere credibilidade. Além do título e da apresentação do candidato, a análise do direcionamento das perguntas e a pertinência das respostas são indicadores de uma formação discursiva antipetista.

Quanto à revista *CartaCapital*, identificamos que a sua linha editorial é destinada ao público interessado em uma abordagem mais profunda sobre temas como economia, cultura e política e tende a ser condutora, avaliadora e disseminadora de opinião pública. A revista parece assumir uma posição política claramente simpatizante ao governo federal petista, desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda que Mino Carta prefira assegurar que a *CartaCapital* não é petista e que a escolha de Lula em 2006 e a candidatura de Dilma em 2010 são apenas resultados de análise política.

Podemos concluir ainda, diante da análise empreendida, que a *CartaCapital*, enquanto instituição jornalística, tem o seu *ethos* associado à imagem do seu fundador e diretor de redação, o jornalista Mino Carta, principal representante e porta-voz da revista. Muitas de suas características como sujeito e como profissional são manifestadas no jornalismo produzido pela revista.

Assim, é possível asseverar que, como o jornalista, a revista assume publicamente suas afinidades político-partidárias através: a) da escolha dos candidatos a serem entrevistados, b) das perguntas realizadas durante a entrevista c) dos editoriais da revista. Entendemos que, no embate da cobertura jornalística da disputa à presidência do Brasil em 2010, a produção discursiva da revista *CartaCapital* inscreve-se em uma formação discursiva petista.

Por fim, ressaltamos que, na elaboração da nossa tese, mobilizamos diferentes linhas teóricas como a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, estudos da comunicação e da Linguística Textual. Compreendemos que as contribuições de mais de uma teoria foram necessárias para o fazer científico, considerando os nossos objetivos e a complexidade de se trabalhar com o discurso político. As categorias discursivas da Análise do

Discurso contribuíram para a compreensão de que a organização textual (analisada com a contribuição da LT) não é aleatória, uma vez que conforme Gregolin (2003) há uma inserção em formações discursivas, controle por princípios relacionados ao poder, inscrição em um arquivo histórico. Assim, por não serem contraditórias, permitiram uma aproximação no estudo do texto e discurso. Assim, procuramos apresentar uma, de outras possíveis, análises do embate na mídia impressa nas eleições 2010.

REFERÊNCIAS

ACHACHE, Gilles. El marketing político. In: FERRY et al. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Gedisa, 1995. p. 112-123.

ALBUQUERQUE, Afonso de. *A batalha pela presidência: o horário gratuito de propaganda eleitoral na campanha de 1989*. 1996. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ALI, M. Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Les idées reçue sémiologie du stéréotypes*. Paris: Nathan, 1991.

_____; PIERROT, Anne Herschberg. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: EUDEBA – Universidad de Buenos Aires, 2003.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. *Contribuição à gramática do português falado*. 1990. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1990.

ANER – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS. Mercado Brasileiro de Revistas. Disponível em:<
<http://www.anave.org.br/forum2009/anave2009pdf/mariacelia.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. M^a Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-287.

BARONAS, Roberto Leiser. *Formação Discursiva e Discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura pra discussão*. 2011. Disponível em:<
<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLeiserBaronas.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2013.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Imagens ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais*. Campinas: Pontes, 2008.

BEINHAUER, Werner. *El español coloquial*. Madrid: Gredos, 1964.

BELO, Eduardo. *Livro Reportagem*. São Paulo: Contexto, 2006.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BERNSTEIN, Basil. *Class, Codes and Control*. London: Routledge & Kegan, 1971.

BOTELHO, Joacy Machado; ALMEIDA, Edgar. Um Estudo Sobre a Pulverização da Verba Publicitária. In: ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD, 2, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2006. 1 CD-ROM.

BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. *Analisando o discurso*. Disponível em: <
http://www.museulinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=1 >. Acesso em: 9 maio 2011.

_____. *Introdução à análise do discurso*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

BUBER. Martin. *Do diálogo ao dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CARTA, Mino. *Astros, deuses e eleição*. A previsão astrológica dizia que o momento mais auspicioso para Serra se daria em Agosto. Que dirá do que vem aí... CartaCapital. São Paulo: Confiança, n. 611, p.20, set. 2010.

_____. Por que apoiamos Dilma? *CartaCapital*. 2010. Disponível em:<
<http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-apoiamos-dilma>>. Acesso em: 30 set. 2010

CASTILHO, Ataliba. T. *A Língua falada no ensino de Português*. São Paulo: Contexto.1998.

_____. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira. *Português Culto falado no Brasil*. Campinas:Ed. UNICAMP, 1989

CHAFE, Wallace. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N.; HILDYARD, A. (Ed.) *Literacy, language and learning*. The nature and consequences of reading and writing. Cambridge University Press, 1985.

CHAGAS, Helena. Decifra-me ou te devoro: a entrevista política. In: *Jornalismo político: teoria, história e técnicas*. SEABRA, Roberto; SOUZA, Vivaldo de. (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. de Ângela S.M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Discurso político*. Trad. de Fabiana Komesu e Dilson F. da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

COIMBRA, Marcos. A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006? In: LIMA, Venício (Org.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

COURTINE, Jean Jacques. Discurso, história e arqueologia. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N.R. (Org.). *A (des) ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Trad. de Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Corps et Discours: Elements d'histoire des pratiques langagieres et expressives*. 1989. Thèse d'Etat. Université de Paris X-Nanterre, Paris. 1989.

_____. Définition d'orientation théoriques et méthodologiques en analyse du Discours. In: *Philosophiques*, n. 2, Paris, 1982. v. 4.

DELGADO, Malu. Dilma promete dar continuidade ao governo Lula, 'mas sem repetir'. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,dilma-promete-dar-continuidade-ao-governo-lula-mas-sem-repetir,592835,0.htm>> Acesso em: 5 dez. 2013.

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

_____; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa: D. Quixote, 1978.

EDITORA ABRIL. PubliAbril - Perfil dos leitores. Dados disponíveis em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

FAUSTO NETO, Antônio. Discurso político e mídia. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004. p. 105-126.

_____. A construção do presidente – estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994. In: A cobertura jornalística da política. *Revista Pauta Geral*, Salvador, n.3, p.23-57, 1995.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: introdução*. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2005.

_____. FÁVERO, Lopes Leonor; ANDRADE, Maria Lúcia Cunha Vitória. AQUINO, Zilda G. O. *Oralidade e escrita perspectivas par ao ensino de língua materna*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, Philippe. Será que foi mesmo a edição do debate que derrubou Lula? 2010. Disponível em:< <http://phfernandes.wordpress.com/2010/05/09/eleicoes-1989-sera-que-foi-mesmo-a-edicao-do-debate-que-derrubou-lula/> >. Acesso em: 11 nov. 2013.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro Os desafios de fazer avançar a análise do discurso no Brasil com singularidade e liberdade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. v. 4, n. 2, p.241-249, jul./dez. 2008.

FIORIN, José. Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. 6. ed. São Paulo: Publifolha, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais. 5. ed. Lisboa: Passagens/Vega, 2002.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANÇA, Vera e CORRÊA, Laura Guimarães. Transição de imagens no processo de construção de uma mulher presidenciável. In: *Transformações de midiatização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências*. NETO. Antonio Fausto, Jean MOUCHON, Eliseo VERÓN (Org.). São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2012.

FRASER, Bruce. An Approach to Discourse Markers. In: *Journal of Pragmatics*, n.14, p. 383-395, 1990.

_____. *Discourse Markers: Description and Theory (Pragmatics and Beyond, New series, 57)*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1998. p. 301-326.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Metodologia de pesquisa em português Falado. In: RODRIGUES, A. C. de S.; ALVES, I. M.; GOLDSTEIN, N. S. (Org.). *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 109-119.

_____. O turno Conversacional. In: Preti, Dino (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Projeto Paralelos: VI).

GARCIA, Luiz. *O Globo: manual de redação e estilo*. 25. ed. São Paulo: Globo, 1998.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. Análise do discurso e mídia: a reprodução de identidades. In: *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v.4, n. 1, p.11-25, nov. 2007a.

_____. Formação Discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: Mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2007b.

_____. A mídia e a espetacularização da cultura. In: _____ (Org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003. p.9-17.

GUEDES CAPUTO, Stela. *Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências*. Petrópolis: Vozes, 2006.

HALLIDAY, Michael Alexander K. *Spoken and Written Language*. Victoria: Deakin University, 1985.

HALPERÍN, Jorge. *La entrevista periodística: intimidades de la conservación pública*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

HENRIQUE, Cláudio. Revistas semanais – a notícia em sete dias. IN: CALDAS, Álvaro (Org.) *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. p. 133-161.

HERBELE, Viviane M. Estratégias Discursivas de informalidade e envolvimento em gêneros escritos. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, v. 9, n.8, p.121-144, 1999.

HILGERT, José Gaston. A oralidade em textos escritos: reflexões à luz de uma teoria de texto. *Calidoscópico*, São Leopoldo - RS, v. 9, n.3, p. 171-179, set.dez.2011.

INDURSKY, Freda. Da ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.) *Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 173-188.

_____. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Hucitec, 1997.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. A Mídia como fator decisivo nas eleições 2010. Entrevista especial com Bruno Rocha Lima. 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/37005-a-midia-como-fator-decisivo-nas-eleicoes-2010-entrevista-especial-com-bruno-lima-rocha>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

INSTITUTO IPSOS/MARPLAN. Site Ipsos Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.ipsos.com.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2013

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

KELLER, Eric. *Gambits: conversational strategy signals*. *Journal of pragmatics*, v.3, p. 219-238, ago.1979.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Introduction. In: _____, C. (Org.) *La question*. Lyon: PUL (Presses Universitaires de Lyon), 1991. p. 53-57.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

LABOV, William. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKOFF, Robin Tolmach. Some of my Favorite Writers are Literate: The Mingling of Oral and Literate Strategies in Written Language. Exploring Orality and Literacy. In: TANNEN, D. *Advances in Discourse Processes*. Norwood: Ablex, 1982. p. 239-260.

LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LIMA, Venício A. de (Org.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. *A grande mídia e o golpe de 64*. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-grande-midia-e-o-golpe-de-64/4/14698>>. Acesso em 8 dez. 2013.

MCCARTHY, Michael. Spoken discourse markers in written text. In SINCLAIR, John M.; HOEY, Michael; FOX, Gwyneth. (Ed.). *Techniques of Description*. Spoken and written discourse. London: Routledge, 1993. p. 170-182,

MADIDIÉ, Denise. *Expérimentations em analyse du discours*. Liège: Mardaga, 1994.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p.11-29.

_____. Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.

MANZANO, Rodrigo. *CartaCapital muda projeto gráfico*. Disponível em <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2013/04/29/CartaCapital-muda-projeto-grafico.html>>. Acesso em 21 nov.2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização*. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas posições e funções. In CASTILHO, A T. (Org.) *Português falado culto no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. *Perspectivas dos estudos em interação social na Linguística brasileira dos anos 90*. Recife, 1998.

_____. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, Ingedore G.V. (Org). *Gramática do português falado 6: desenvolvimentos*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1996. p. 95-129.

_____. Notas sobre a interjeição. *Revista Investigações: Linguística e Teoria literária*, Recife, v. 3, p. 221- 236, dez.1993.

_____. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

_____; DIONISIO Ângela, A. P. (Org.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. v. 1.

MARTINS, Ana Luiza; De LUCA, Tânia Regina. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

MIDIAKIT CARTACAPITAL. Disponível em:<<http://pt.slideshare.net/cartacapital/mdia-kit-carta-capital-2011-economist>>. Acesso em 11 nov.2012.

MORIN, Edgar. Entrevista nas Ciências Sociais: no rádio e televisão. In: MOLES, Abraham. *Linguagem da cultura de massas: televisão e canção*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 125-135.

NALDONI, Thais. *Controverso e respeitado, Mino Carta continua se reinventando no mercado jornalístico*. Disponível em:<http://portalimprensa.com.br/revista_imprensa/conteudo-extra/46542> . Acesso em: 29 nov. 2013

OLIVEIRA, Fernando de. *Mino Carta, o Brasil e a imprensa*. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/todas-as-noticias/mino-carta-o-brasil-e-a-imprensa>>. Acesso em: 21 nov.2013.

ORLANDI, Eni Pucinelli. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7. Ed. São Paulo: Pontes, 2007.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *A análise do discurso: algumas observações*. *Revista DELTA*, vol. 2, n.1, p. 105-126, 1986.

_____. *Segmentar ou recortar*. *Linguística: Questões e controvérsias*. Uberaba, FIUBE, 1984.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

OCHS, Elionor. Planned and Unplanned Discourse. In: GIVÓN, Talmy. *Discourse and Syntax*. New York: Academic Press, 1979. pp. 51-80.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. *Verbo, corpo e voz: reflexões sobre o discurso político contemporâneo brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho*, Araraquara. 2007.

_____. *Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade*. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. p. 49-64.

PRETI, D. Oralidade e narração literária. *Revista da Anpoll*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. São Paulo: Humanitas, nº4, p. 81-96. jan./jun. 1998.

RAMONET, Ignácio. O poder midiático. In: MORAES, Denis(org.). *Por uma outra comunicação*. Mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Imprensa contra a corrente*. *Caderno Idéias*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, mar.1996.

RISSO, Mercedes Sanfelice. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, Clélia Cândida A. S.; KOCH, Ingedore V. (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 427-496.

_____. Traços definidores dos Marcadores discursivos. In: KOCH, Ingedore V. (Org.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 403-425.

_____. Agora... o que eu acho é o seguinte”: um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: São Paulo: UNICAMP/FAPESP, 1993. vol. III.

_____; OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline; URBANO, Hudinilson. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: KOCH, Ingedore V.; JUBRAN, Clélia Cândida A. S. (Org.) *Gramática do Português Falado I*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - LAEL, Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo. 2001.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Espetáculo, política e mídia. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Albino2002.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011

_____. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. *Comunicação e Política*, v. 3, n. 22, p. 11-44, 2005.

_____. *Comunicação & política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____; COLLING Leandro. Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo. In: CORREIA, João Carlos (Org.). *Comunicação e política*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, v. 1, p.11-44, 2005.

_____; AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e Política no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 43, p.189-216, 1998.

SANTOS, Janaíne. *Construção de opinião no texto informativo: adjetivos, advérbios e figuras de linguagem como estratégias discursivas em Veja, Épica, IstoÉ e Carta Capital*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

SAVARESE, Maurício. *Veja dez momentos inesquecíveis da propaganda eleitoral no Brasil*. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/08/16/veja-dez-momentos-inesqueciveis-da-propaganda-eleitoral-no-brasil.jhtm>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SEGURADO, Rosemary. *A mídia e a crise política brasileira*. 2007. Disponível em: <[http://www.aecpa.es/uploads/files/congresos/congreso_07/area04/GT14/segurado-Rosemary\(UniversidadeCatolicadeSaoPaulo\)](http://www.aecpa.es/uploads/files/congresos/congreso_07/area04/GT14/segurado-Rosemary(UniversidadeCatolicadeSaoPaulo))>. Acesso em: 02 dez. 2013.

SOUZA, Ulisses Alves. A história secreta de Veja. *Revista Imprensa*, São Paulo, p. 75-105, 13 set. 1988.

STANGLER, Jair. *Relembre 'o escândalo dos alopados'*. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,relembre-o-escandalo-dos-alopados,737712,0.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 497-527.

_____.; FAVERO, Leonor. Lopes. Perguntas e Respostas na Conversação. In: Ataliba T. Castilho. (Org.). *Gramática do Português Falado - As abordagens*. 3 ed. Campinas/SP: UNICAMP, 2002, v. III, p. 75-97

_____. Variedades de planejamento no texto falado e no texto escrito. In: PRETI, Dino (Org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1998. v. 3. p. 131-152. (Projetos Paralelos – NURC/SP)

_____. Marcadores conversacionais. In: PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. 3. ed. São Paulo/SP: Humanitas, 1997. v. 1, p. 81-101.

_____.; FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C.V. O; AQUINO, Zilda G. O. Perguntas e respostas na conversação. As abordagens. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Unicamp/FAPESP. 1993. v. 3. p. 75-97.

_____. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D.(Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993. p. 56- 74.

VILAS BOAS, Sérgio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos modernos*. Discurso e representação política. Campinas: Unicamp, 1997.

WERNECK, Humberto et al. *A revista no Brasil*. São Paulo: Ed. Abril, 2000.

ENTREVISTAS

Revista Veja

José Serra - Ouvir, argumentar, decidir. *Revista Veja*, São Paulo, ano 43, n. 25, p. 19-23, 23 jun.2010.

Dilma Rousseff - Acabou o “risco Brasil”. *Revista Veja*, São Paulo, ano 43, n. 24, p. 19-23, 16 jun.2010.

Marina Silva - Para Crescer sem poluir. *Revista Veja*, São Paulo, ano 43, n. 26, p. 19-23, 30 jun. 2010.

Revista Carta Capital

Dilma Rousseff - Dilma solta o verbo. *CartaCapital*. São Paulo, ano 15, n. 599, 06 jun. 2010.

Marina Silva - *A ética sustentável*. *CartaCapital*. São Paulo: Confiança Ano 15, n. 583, 17 p. 22-23. fev.2010

Plínio de Arruda Sampaio - O PSOL descarta o udenismo. *CartaCapital*. São Paulo, ano 15, n. 592, p. 32-33, 21 abr.2010.

ANEXOS

ANEXO A

José Serra – Ouvir, argumentar, decidir. *Revista Veja*, São Paulo, ano 43, n. 25, p. 19-23, 23 jun.2010.

Entrevista JOSÉ SERRA

EURIPEDES ALCANTARA E FÁBIO PORTELA

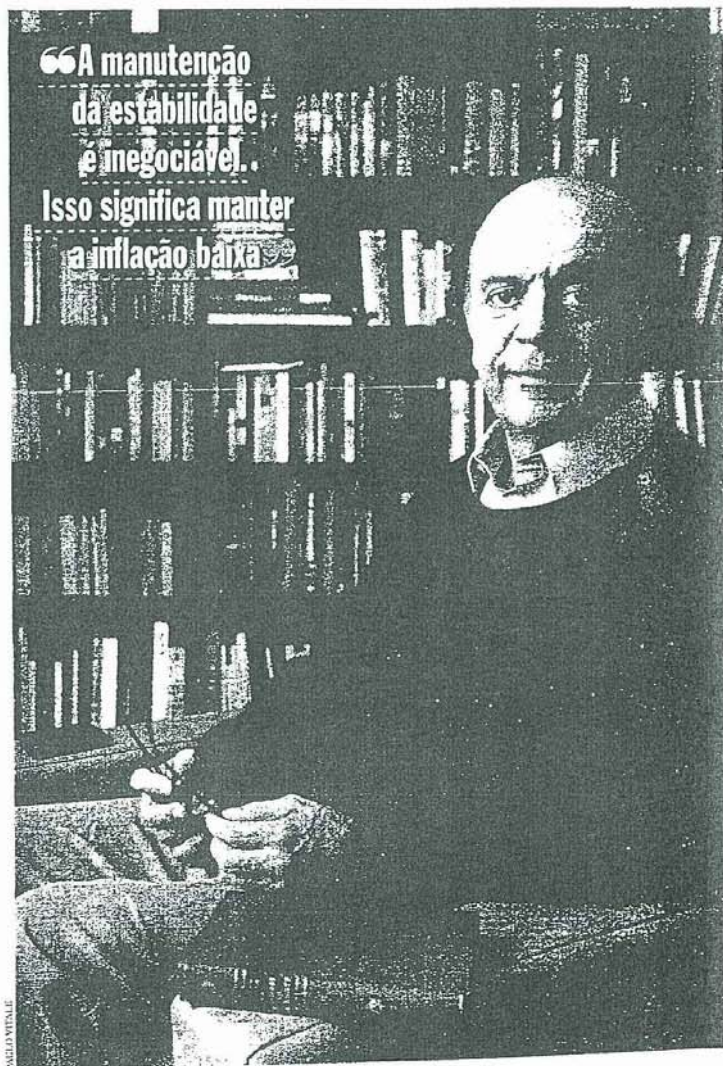
“Ouvir, argumentar, decidir”

O candidato do PSDB à Presidência da República diz que o loteamento de cargos no governo do PT turbinou a corrupção e dá sua receita de governabilidade sem clientelismo

Nenhum outro político brasileiro tem no currículo uma vida pública como a de José Serra, 68 anos, candidato do PSDB à sucessão de Lula. Jovem, presidia a União Nacional dos Estudantes (UNE) quando veio o golpe de 64, que o levou ao exílio, expatriação que duraria até 1978. De volta ao Brasil com diploma de economia no bolso, foi secretário do Planejamento, deputado constituinte, senador, ministro do Planejamento e da Saúde, prefeito e governador. Sobre Dilma Rousseff, ele diz: “Hoje me choca ver gente que sofreu sob a ditadura no Brasil cortejando ditadores que querem a bomba atômica, que encarceram, torturam e matam adversários políticos, fraudam eleições, perseguem a imprensa livre, manipulam e intervêm no Legislativo e no Judiciário. Isso é incompatível com a crença na democracia e o respeito aos direitos humanos”.

O senhor já enfrentou todo tipo de adversário em eleições, mas, desta vez, a se fiar nas palavras do presidente Lula, vai concorrer com um “vazio na cédula”, preenchido com o nome de Dilma Rousseff. Afinal, quem é seu adversário nesta eleição? Só tenho a certeza de que não vai ser Lula, cujo mandato termina no próximo dia 31 de dezembro. Adversários são todos os demais candidatos à Presidência da República. Por trás dos nomes na tela da urna eletrônica há a história, as propostas e a credibilidade de cada um. Minha obrigação é me apresentar aos brasileiros sem subestimar nem superestimar os demais. Deixemos que os eleitores julguem. É muito bom que os candidatos sejam diferentes entre si e também em relação aos presidentes que já deram sua contribuição ao Brasil. A beleza da vida está justamente em cada um ter seus próprios atributos.

Depois que os repórteres da sucursal de VEJA em Brasília desvendaram uma tentativa de aloprados do PT de, uma vez



Entrevista JOSÉ SERRA

mais, montar uma central de bisbilhotagem de adversários, as operações foram desautorizadas pela cúpula da campanha. O senhor responsabiliza a candidata Dilma Rousseff diretamente pelas mafeitorias ali planejadas? Só cabe lamentar e repudiar as tentativas de difusão de mentiras, de espionagem, às vezes usando dinheiro público, às vezes usando dinheiro de origem desconhecida, como em 2006. São ofensas graves e crimes que ferem até mesmo direitos básicos assegurados pela Constituição brasileira. Isso não é honesto com o eleitor. É coisa de gente que rejeita a democracia. A candidata disse que não aprova esse tipo de atitude, mas não a repudiou, não pediu desculpas públicas nem afastou exemplarmente os responsáveis. Essa reação tímida e a tentativa de culpar as vítimas fazem dela, a meu ver, responsável pelos episódios.

Por que para a democracia brasileira é positivo experimentar uma alternância de poder depois de oito anos de governo Lula? Querer se pendurar no passado é um erro, não de campanha, mas em relação ao país. Eleição diz respeito ao futuro. Por isso, a questão que se coloca agora aos eleitores é escolher o melhor candidato, aquele que tem mais condições de presidir o Brasil até 2014. Eu ofereço aos brasileiros a minha história de vida e as minhas realizações como político e administrador público. Ofereço as minhas ideias e propostas. Espero que os demais candidatos façam o mesmo, para que os brasileiros possam comparar.

Como o senhor conseguiu governar a cidade e o estado de São Paulo sem nunca ter tido uma única derrota importante nas casas legislativas e sem que se tenha ouvido falar que lançou mão de "mensalões" ou outras formas de coerção sobre vereadores e deputados estaduais? Em primeiro lugar, é preciso ter princípios firmes, não substituir a ética permanente pela conveniência de momento. É vital ter e manifestar respeito à oposição, ao Judiciário, à imprensa e aos órgãos controladores. Exerci mandatos de

“Não centralizo. Fixo metas, objetivos, acompanhamento, cobro, mas nunca imponho nada exótico ou irrealista. Trabalho com pessoas preparadas, prudentes, com reconhecido espírito público. No governo federal, será desse mesmo jeito”

deputado e senador durante onze anos. Todos os que conviveram comigo no Congresso sabem que minhas moedas de troca são o trabalho, a defesa de ideias e propostas, o empenho em persuadir os colegas de todos os partidos e regiões. O segredo está em três palavras: ouvir, argumentar, decidir. Há o mito de que emendas de deputado são sempre ruins. Não são. Na maioria das vezes, elas visam a resolver ou aliviar problemas reais que afligem as pessoas de sua região. Portanto, atender os deputados segundo critérios técnicos é atender seus eleitores. Outra coisa fundamentalmente diferente é distribuir verbas ou cargos em troca de votos. Isso eu nunca fiz e nunca farei.

O PT fez? Fez. Cito como exemplo as agências que criei quando fui ministro da Saúde, a Anvisa e a ANS. Sabendo como eu atuo, nenhum parlamentar, nem mesmo os do meu partido, sequer me procurou em busca de alguma indicação. Eles sabiam que não teriam êxito. E qual é a situação agora? O atual governo loteou totalmente as agências entre partidos, fazendo-as entre grupos de parlamentares e facções de um mesmo partido. A mesma partilha se abateu sobre os Correios e sobre a maioria — se não todos — dos órgãos públicos. O loteamento foi liberado e

se generalizou. Essa prática é uma praga que destrói a capacidade de gestão governamental e turbinou como nunca a corrupção. Mais ainda, a justificativa oferecida foi a de que se tratava de “um mal necessário” para garantir a governabilidade. Se eleito, vou acabar com isso à base de um tratamento de choque.

Por que criar um Ministério da Segurança Pública e como ele atuaria exatamente no combate ao crime, que, no atual regime federativo, é uma atribuição estadual?

A segurança é um problema em todos os estados. Portanto, é um problema nacional. O governo federal e o presidente, que é o chefe do governo, não podem mais fingir que o problema da segurança está equacionado. Não está. Segurança é um dos três grandes problemas do Brasil. Temos de enfrentá-lo. O Brasil não pode continuar a ter 50.000 homicídios por ano. É um número escandaloso. Apenas o crescimento econômico não arrefoce os criminosos. O Nordeste é um exemplo disso. A região experimentou um crescimento expressivo, mas a população sofre com a explosão da criminalidade. Só a Presidência da República reúne as condições para coordenar uma ação nacional da magnitude que o problema exige. Precisamos criar um SUS da segurança. O Ministério da Segurança será o símbolo e a ferramenta dessa prioridade. Com ele, estou dizendo o seguinte: brasileiros, vamos encarar o desafio para valer, vamos resolver essa situação. Esse será meu compromisso como presidente.

Falando em federação, como concertar com os governadores uma reforma tributária em que ninguém se sinta lesado ou pagando a conta? É menos complicado do que parece, e nem é necessário mexer na Constituição. Para começar, é preciso aprovar uma lei que preveja que os impostos sejam explicitados nos preços das mercadorias. Isso aumentará a consciência das pessoas a respeito da carga tributária. Em São Paulo, fizemos uma lei para criar a Nota Fiscal Paulista, um instrumento de grande sucesso através do qual 30% do imposto estadual sobre o varejo é devolvido aos

contribuintes, com crédito direto na conta bancária. Vamos criar a Nota Fiscal Brasileira, para devolver parte dos tributos federais. A reforma que farei vai aliviar a carga tributária incidente sobre os indivíduos, desonerar os investimentos, simplificar a formidavelmente complexa estrutura de tributos atuais. Além disso, restabeleceremos a neutralidade em relação à distribuição de recursos. É uma proposta coerente.

Segundo o folclore, o senhor seria seu próprio ministro da Fazenda, seu ministro do Planejamento, seu presidente do Banco Central e seu ministro da Saúde... Nossa! É folclore mesmo.

Quem trabalha ou trabalhou comigo sabe que não centralizo a administração, que dou grande autonomia às diferentes áreas. Fixo metas, objetivos, acompanhamento, cobro, mas nunca imponho nada exótico ou irrealista. E mais: tenho grande capacidade de ouvir.

Como seria a política econômica em um eventual governo Serra? Qual é o perfil ideal para o cargo de ministro da Fazenda?

A manutenção da estabilidade é inegociável. Isso significa manter a inflação baixa. Com a combinação dos regimes fiscal, monetário e cambial, caminharíamos sem rupturas para um ambiente macroeconômico cujo resultado inevitável seria a trajetória descendente dos juros. Uma taxa de juros menor é, aliás, condição para atrair mais investimentos privados destinados à infraestrutura, sem ter de dar os subsídios que hoje distorcem o processo. Quanto mais alta a taxa real de juros, maior é a taxa interna de retorno exigida pelos investidores privados em infraestrutura. Para compensar o juro alto, o governo é obrigado a dar subsídios.

E o perfil do seu ministro da Fazenda?

É preciso ganhar a eleição primeiro. Mas sempre cuidei de reunir à minha volta, na administração e no Congresso, pessoas preparadas, prudentes, com reconhecido espírito público. Escolho gente experiente, com senso prático e desapegada de doutrinas — ou que, pelo menos, prefere acertar abandonando suas convicções acadêmicas a errar por fidelidade a elas.

“Na educação, logo no início do governo, trabalharia para atingir a meta de abrir 1 milhão de novas vagas em escolas técnicas de nível médio em todo o país, com cursos de duração variada e vinculados à vocação econômica de cada região”

No governo federal, será desse mesmo jeito. Precisaré ter comigo auxiliares que entendam que a política econômica é um processo político também.

Na política, para fazer com que as coisas aconteçam, você tem de se equilibrar sobre o fio da navalha. É uma eterna balança entre paralisar-se por se aferrar a certas concepções ou abandoná-las de vez e se perder no caminho. Isso fica claro na negociação política. É menos evidente mas tão válido quanto na condução da política econômica.

Dê o exemplo de um economista que preencha os requisitos acima, a quem o senhor admire e com quem ainda não trabalhou. Olhe lá! Não estou fazendo nenhuma nomeação antecipada. Mas teria muitos exemplos. Um deles? O Arminio Fraga, como perfil. Sabe economia, é pragmático, não doutrinário. Soube navegar em mar revoltoso e deu enorme contribuição à estabilidade econômica do país ao instituir o regime de metas de inflação.

Por que no Brasil, apesar do enorme destaque atual no cenário da economia mundial, a discussão de política econômica é sempre revestida de ansiedade, como se vivêssemos em um estado permanente de emergência? O instante neo da economia brasileira é realmente

bastante satisfatório. Não diria o mesmo sobre o filme. Ou seja, se não forem corrigidas a tempo, as distorções atuais podem se desenvolver de maneira desfavorável. Essa é uma questão complexa que, infelizmente, talvez não possa ser tratada da maneira que merece em um clima de campanha, muito menos no escopo de uma entrevista. Mas, a título de fazer refletir, sugiro que se comece por responder a certas questões. A saber, por que razão o Brasil tem a maior taxa real de juros do mundo, a maior carga tributária do mundo em desenvolvimento e é lanterninha nas taxas de investimento governamental do planeta? Por que o suado dinheiro dos contribuintes brasileiros não está sendo bem aplicado em investimentos na infraestrutura econômica e social que garantam o crescimento sustentado da economia? É evidente que há um problema com esse modelo. É essa a discussão que precisa ser feita no Brasil.

O que o senhor faria para consertar esse modelo? Tenho experiência para equacionar as principais questões, a partir do primeiro dia de trabalho, caso eleito. Não existe uma bala mágica, um golpe que bem aplicado resolva todos os problemas. Isso exige um leque de ações coordenadas e bem planejadas, muitas das quais citei aqui e tenho exposto em fóruns e seminários. Minhas passagens pelo Executivo federal, estadual e municipal me permitem afirmar que, para começar, na saúde, mesmo sem gastar muito mais do que é gasto hoje, seria possível fazer uma revolução com resultados positivos a curto prazo. Na educação, logo no início do governo, trabalharia para atingir a meta de abrir 1 milhão de novas vagas em escolas técnicas de nível médio em todo o país, com cursos de duração variada e vinculados à vocação econômica de cada região e localidade. O Brasil tem pressa e precisa aproveitar o ciclo da economia mundial altamente favorável aos países emergentes. Temos de aproveitar o empuxo desse ciclo e emergir dele com uma economia moderna, exportadora de produtos de alto valor agregado, produzidos aqui por uma mão de obra sadia, preparada e consciente de que para ela o futuro chegou.

ANEXO B

Dilma Rousseff - Acabou o "risco Brasil". *Revista Veja*, São Paulo, ano 43, n. 24, p. 19-23, 16 jun.2010.

Entrevista DILMA ROUSSEFF

EURÍPEDES ALCÂNTARA E OTÁVIO CABRAL

Acabou o "Risco Brasil"

A candidata do PT diz que se foi o tempo de apreensão dos mercados com eleições presidenciais no Brasil e garante que se vencer o pleito vai manter a inflação sob controle

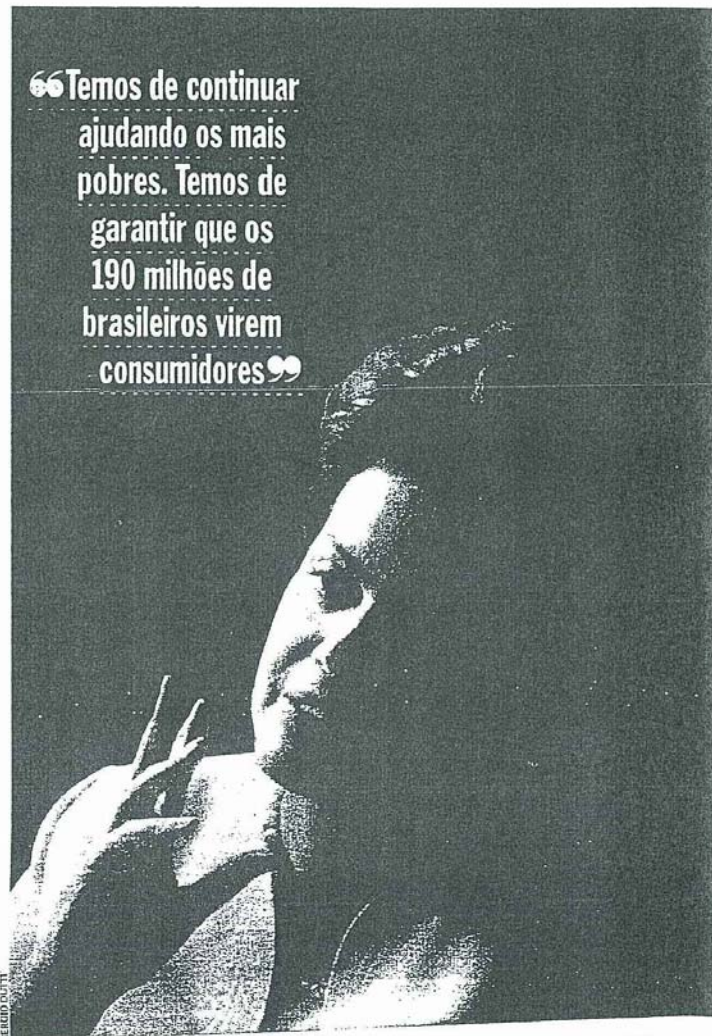
No começo, Dilma Rousseff estranhou o papel de candidata à Presidência da República. Em comparação com o cotidiano acelerado de ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula, as primeiras semanas de pré-campanha lhe pareceram umas férias sem muita graça. Na semana que precedeu sua indicação oficial pelo PT, ela tinha voltado ao ritmo de multitarefas e a mente estava ocupada com os mais diversos assuntos. "Estamos retomando o poder territorial dos bandidos no Rio de Janeiro. Droga se combate com inteligência, força e dando opções de trabalho e lazer aos jovens", diz ela, animada com os resultados da parceria do governo federal com o governador Sérgio Cabral. Dilma criticou José Serra, o candidato do PSDB, por ter fustigado o governo da Bolívia e sua leniência no combate ao tráfico de drogas. "Lá também vamos precisar de parceria para destruir os centros de refino de coca, e brigar com o governo boliviano não é um bom caminho." Dilma falou a VEJA sobre drogas, PMDB, juros, inflação, crescimento e sua vida na prisão por crimes políticos no regime militar.

A senhora tem uma vantagem clara sobre o candidato Lula na eleição de 2002.

Ninguém fala agora de um "Risco Dilma".

Por quê? Primeiro, porque não existe Risco Brasil. Nós nos destacamos no cenário mundial como uma nação que tem um rumo, e esse rumo é o correto, com crescimento econômico, estabilidade, instituições sólidas e democracia. O mundo vê isso e sente que não será uma eleição presidencial que vai colocar essas conquistas a perder. Não tem "Risco Dilma" e não tem "Risco Guerra" (referência ao senador Sérgio Guerra, presidente do PSDB, que em entrevista a VEJA em janeiro disse que se seu partido vencer as eleições vai "mexer na taxa de juros, no câmbio e nas metas de inflação"). Ele falou tudo

“Temos de continuar ajudando os mais pobres. Temos de garantir que os 190 milhões de brasileiros virem consumidores”



veja 16 DE JUNHO, 2010 | 19

Entrevista DILMA ROUSSEFF

aquilo e o mercado nem se tocou. Não aconteceu nadinha de nada.

Estamos de acordo que os alicerces dessa robustez foram lançados durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso? Discordo. Hoje nós temos estabilidade macroeconômica. Nós recebemos um governo sem estabilidade, com apenas 36 bilhões de dólares de reservas. O endividamento do Brasil crescendo, a inflação ameaçando sair de controle, uma fragilidade externa monumental que a gente não podia nem mexer, o dólar a 4 reais. Qual é o alicerce?

A autonomia operacional do Banco Central, as metas de inflação, o câmbio flutuante, a responsabilidade fiscal... Não tem risco hoje porque nós do governo Lula construímos um país robusto. O que vocês chamavam de "Risco Lula" em 2002 se devia menos ao candidato do que às condições do país naquele momento. Nós recebemos do governo anterior um Brasil frágil. Tínhamos reservas de pouco mais de 36 bilhões de dólares. Hoje temos 250 bilhões de dólares em reservas. O presidente disse que a crise financeira mundial de 2008 era uma marola. Se você comparar com o tsunami que houve nos Estados Unidos e com as ondas que ainda atingem a Europa, nós não tivemos mesmo mais que uma marola. Tanto que a discussão agora é outra. É discutir os 9% de crescimento.

É ritmo de crescimento para chinês nenhum botar defeito. Mas é sustentável? O prudente para o Brasil nas condições atuais é ter um crescimento de até 6% ao ano. Portanto, esses 9% tendem a baixar. O ritmo de crescimento tende a desacelerar-se progressivamente rumo ao patamar de 6%.

Esse valor de 6% de crescimento seria o tão falado quanto imponderável PIB potencial, acima do qual a inflação dispararia? Não me sinto confortável com essa noção de PIB potencial, mas está mais do que provado que não podemos abrir mão do controle da

“Acho ótima essa herança. O governo do Lula pertence uma parte a mim. Eu não sou uma pessoa que olha para o governo com distanciamento. Lutei para ele ser esse sucesso todo. O meu projeto é o do Lula. E o dele é o meu”

inflação se quisermos crescimento com distribuição de renda. Temos de ter uma meta inflacionária e persegui-la. Com inflação, a renda das pessoas, em especial a das mais pobres, escoa. Controlar a inflação é distribuir renda.

Qual seria a política de juros de um eventual governo Dilma? A taxa de juros real, descontada a inflação, baixou muito no governo Lula. Na verdade, ela nunca foi tão baixa quanto agora. Já foi de 20%, 15% e agora está em 5% a 6%. É um tremendo avanço. Mas dá para melhorar. A maneira de fazer isso é a redução disciplinada e sistemática da relação da dívida líquida sobre o PIB. Nós saímos de 60,6% em 2002 para 40,7% em 2010. A meta é chegar a 2014 com esse valor em 28%. A consequência inexorável disso é a queda dramática da taxa de juros.

A senhora pretende manter o Bolsa Família nos moldes atuais? Temos de continuar ajudando os mais pobres. Temos de garantir que os 190 milhões de brasileiros virem consumidores. Isso não é possível sem programas sociais. Agora, vocês me digam: tem maior porta de saída do que o crescimento do emprego nos níveis atuais? Tem porta

de saída melhor do que o investimento em ensino profissionalizante? Essas são as melhores portas de saída. O Brasil tem escassez de mão de obra em muitos setores. Cortador de cana no Nordeste está virando soldador, operário qualificado.

Por isso mesmo, será que não é hora, para o bem dos próprios beneficiados, de deixar que caminhem com as próprias pernas, que se independam do governo? Ainda tem muita gente no Brasil com renda de um quarto do salário mínimo. São quase 19 milhões de pessoas nessa situação. Por isso não podemos cortar os programas de distribuição de renda.

Sob muitos pontos de vista, para um político é melhor suceder na Presidência a um antecessor fracassado do que a outro, como é o caso de Lula, que, além de bem-sucedido, é popular e carismático. Isso pesaria muito sobre seus ombros em caso de vitória nas eleições deste ano? Acho ótima essa herança. O governo do presidente Lula pertence uma parte a mim. Eu não sou uma pessoa que está olhando para o governo com distanciamento. Eu não tenho distanciamento nenhum do governo do presidente Lula. Eu lutei para esse governo ser esse sucesso todo. Honra minha biografia ter participado desse governo e o Lula ter me honrado com a escolha como candidata. Tenho certeza de que o presidente Lula participará do sucesso do meu governo porque ele construiu as bases para eu concorrer. Ele deu condições para que eu faça uma coisa que é difícil: superar a nós mesmos. O governo Dilma pode superar o governo Lula porque nós construímos um alicerce para isso acontecer. O meu projeto é o dele. E o dele é o meu.

Seu aliado, o PMDB, sempre impediu que a reforma política andasse. Por que com a senhora seria diferente? Já foi diferente com o Lula, embora muita gente insista em negar essa realidade. O que caracteriza o governo Lula foi ter construído uma aliança em torno da governabilidade e de projetos. Os ministros do PMDB demonstraram a

mesma dedicação aos projetos que os ministros do nosso partido.

Falando em aliados, como a senhora lidaria com Hugo Chávez, o venezuelano que ignora os princípios democráticos básicos? Não é preciso concordar com as práticas dele, mas não podemos interferir diretamente no que ele está fazendo. O Brasil é um modelo de país que respeita a liberdade de imprensa, que respeita empresas, que respeita contratos, que defende e aprimora a democracia. Tenho certeza de que nosso modelo acabará influenciando positivamente nossos vizinhos e aliados. O Brasil pode dar o exemplo pelo diálogo e pelo respeito. O que não pode fazer é impor.

Como a senhora avalia o episódio recente do pedido de demissão do jornalista que, a serviço de seu partido, contratou arapongas para espionar adversários e até aliados? É muito difícil essa conversa. É um assunto que girou em torno de documentos que ninguém viu nem sequer sabe se existem e de uma coisa que nunca chegou a se concretizar. Por isso prefiro concentrar minha resposta sobre a linha de conduta geral da campanha. Na minha campanha, não vou admitir nenhuma prática que não respeite o adversário, que não tenha princípios éticos claros e que não honre o fato de termos o governo com a maior aprovação da história recente deste país. A minha decisão é manter uma campanha de alto nível.

De tanto cumprir cadeia política durante a ditadura Vargas, o grande escritor Graciliano Ramos, um tipo depressivo, saiu-se com essa: "É-me indiferente estar preso ou solto". A senhora chegou a ter um sentimento parecido? Não. Nos cárceres da ditadura militar, sempre ansiei pela liberdade. Mas entendo bem a que o Graciliano se refere. Existe a figura do preso velho, conhecedor dos caminhos dentro da cadeia. Isso dá uma certa sensação de controle que, ao final da minha pena de três anos, tomava a prisão menos insuportável. Eu tinha um esconderijo de livros e, com a ajuda do

“Nunca fui processada por ações armadas. Tenho muito orgulho de ter combatido a ditadura do primeiro ao último dia. Quem tinha 15 ou 16 anos de idade quando foi dado o golpe de 64 não enxergava o fim do túnel”

dentista da penitenciária, trocava bilhetes com meu marido, preso na ala masculina. Contávamos com algumas boas almas entre os carcereiros, e o capelão militar deu-me uma *Bíblia*, que, para passar pela fresta da porta da cela, teve sua capa arrancada. Um sargento detonou, sem querer, uma bomba de gás lacrimogêneo perto das celas e abriram um inquérito para apurar responsabilidades. Nós, as presas, sabíamos quem era o culpado, mas decidimos não identificá-lo. Com isso caímos nas graças dos sargentos. Enfim, o preso velho começa a acomodar seus ossos naquele ambiente.

Em situações extremas as pessoas costumam ter reações inesperadas. Quem era forte revela-se um fraco. O frágil se transforma em valente. A senhora se viu na cadeia, sob tortura, tendo reações surpreendentes? É um pouco mais complexo do que você imagina. Depende muito do seu momento. A mesma pessoa pode estar forte um dia e em outro desabar — ou estar entregue e, de repente, encontrar forças desconhecidas que não sabia possuir. É o momento que manda, e você não manda no seu momento.

A sua opção pela luta armada na juventude vai ser um assunto da campanha eleitoral. As pessoas querem saber se a senhora deu tiros, explodiu bombas ou sequestrou. Estou pronta para esse debate. Pertenci a organizações políticas que praticaram esses atos. Mas eu jamais me envolvi pessoalmente em alguma ação violenta. Minha função era de retaguarda. Os processos militares que resultaram em minha condenação mostram isso com clareza. Nunca fui processada por ações armadas. Tenho muito orgulho de ter combatido a ditadura do primeiro ao último dia. A ditadura foi muito ruim. Cassaram os partidos políticos, fecharam órgãos de imprensa, criaram mecanismos de censura, torturaram... Mas o pior de tudo é que tiraram a esperança da minha geração. Quem tinha 15 ou 16 anos de idade quando foi dado o golpe de 64 não enxergava o fim do túnel. De um jovem cheio de energia e sem esperança podem-se esperar reações radicais.

É fácil falar vendo o filme de trás para a frente, mas hoje parece indiscutível que o pessoal da luta armada não queria a volta da democracia, mas apenas trocar uma ditadura de direita por outra de esquerda. A senhora tinha consciência disso? Olha aqui, no meio da luta essas coisas nunca ficavam claras. O objetivo prioritário era nos livrar da ditadura, e lutamos embalados por um sentimento de justiça, de querer melhorar a vida dos brasileiros. Foi um período histórico marcante em todo o mundo. Os jovens franceses estavam nas barricadas de maio de 68. Jovens americanos morriam baleados pela polícia nos câmpus universitários em protesto contra a Guerra do Vietnã, a mais impopular das guerras dos Estados Unidos, um conflito que aos nossos olhos tinha uma potência tecnomilitar agressora sendo derrotada por um país pequenino, mas valente. Nossa simpatia com o lado mais fraco era óbvia. Depois daquela fase eu continuei lutando pela democracia no antigo MDB e no PDT. Nesse processo, eu mudei com o Brasil, mas jamais mudei de lado.

ANEXO C

Marina Silva - Para crescer sem poluir. *Revista Veja*, São Paulo, ano 43, n. 26, p. 19-23, 30 jun. 2010.

Entrevista MARINA SILVA

EURÍPEDES ALCÂNTARA E RONALDO SOARES

Para crescer sem poluir

A candidata do PV à Presidência da República defende incentivos financeiros em troca de um bom comportamento ambiental e diz que se sente discriminada por ser evangélica

Aos 52 anos, a senadora Marina Silva, do Acre, sabe que está diante da mais árdua disputa eleitoral desde que ingressou na política, em 1988, como vereadora em Rio Branco. Com algo entre 9% e 12% das intenções de voto e em terceiro lugar, ela ainda assim acredita que, pela primeira vez no Brasil, há espaço para uma candidatura verde crescer. “É um avanço. Pouco tempo atrás, não poderia nem sonhar em pleitear a Presidência com uma bandeira ambiental”, diz Marina, que se filiou ao Partido Verde em 2009 depois de romper com o PT, a que pertenceu por trinta anos. Dona de uma biografia singular — foi alfabetizada pelo Mobral aos 16 anos —, casada e mãe de quatro filhos, ela falou a VEJA sobre seu apreço pela educação formal, a decadência da classe política e divergências com o governo Lula.

Como escapar do papel de mera figurante nesta eleição presidencial?
Será uma campanha dura, evidentemente, mas diria que esses 12% são uma plataforma de lançamento bem razoável para alguém que entrou no jogo há tão pouco tempo e em franca desvantagem. Olhe a situação dos meus concorrentes. O presidente Lula passou pelo menos os últimos dois anos fazendo campanha aberta para a ministra Dilma Rousseff, o que tem um peso decisivo. Quanto ao governador José Serra, não seria exagero dizer que ele está em campanha para presidente desde que perdeu as eleições de 2002. Acredito piamente que Serra seja candidato desde seus 5 anos de idade. Sei que estou entrando em campo não só bem atrás dos dois, mas também com uma bandeira, digamos, menos vistosa, a do meio ambiente. Até recentemente, ela era hostilizada e encarada como coisa exótica no Brasil. Tal percepção está mudando — o que torna pela primeira

“Entrei nessa disputa para reafirmar a ideia de que a questão ambiental é o grande debate do século XXI”



Entrevista MARINA SILVA

vez viável no país uma candidatura que defenda que esse é o grande debate do século XXI.

Como exatamente o futuro presidente da República pode ajudar à economia brasileira a seguir crescendo em ritmo tão acelerado — poluindo menos? Esse debate que opõe desenvolvimento econômico à preservação do meio ambiente já está ultrapassado em países bem mais avançados que o Brasil, como os escandinavos. Ao contrário de nós, eles assimilaram a noção básica de que temos um planeta só, então é preciso repensar nossas escolhas para que ele dure. Nesse sentido, toda a experiência mostra que, sim, é possível continuar a crescer sem que o preço ambiental seja tão alto. De saída, o Brasil conta com a vantagem de ter quase metade de sua matriz energética limpa. Mas é necessário investir ainda, maciçamente e de forma disciplinada, em outras fontes de energia, como a eólica, a solar, a de hidrogênio, e nos biocombustíveis. Tudo isso contribuirá para uma economia de baixo carbono, sem sacrificar empregos.

São fontes de energia ainda muito caras. O que pode ser feito para que a economia de baixo carbono se torne realmente viável neste momento em que o Brasil cresce a um ritmo de 9%? Está claro que os vários setores da economia precisam receber incentivos para ter bom comportamento ambiental, a exemplo do que já ocorre em outros países. Uma ideia é aliviar a carga tributária daquelas companhias que derem alguma contrapartida em prol da preservação do meio ambiente. Um segundo caminho seria condicionar os repasses do BNDES a um contrato no qual as empresas se comprometeriam a ser sustentáveis, com base num conjunto bem objetivo de parâmetros, claro. Esses são apenas alguns mecanismos. Num cenário mais macro, diria que o grande objetivo é perseguir o aumento da produtividade com o uso das novas tecnologias — a única maneira de produzir sistemat-

“Qualquer governo tem de saber lidar com as instituições que o fiscalizam. É algo que o PT não assimilou: se órgãos como o Ministério Público eram bons para vigiar outros governos, por que não seriam para fazê-lo com este?”

camente mais, dispondo de menos recursos naturais. Não estou inventando a roda. Guio-me pelo que fazem hoje o governo alemão, o norueguês e mesmo o americano, por iniciativa do presidente Barack Obama, que dá bom exemplo nessa área.

Por que a senhora diz isso? Obama está conseguindo liderar uma agenda favorável à questão ambiental, ainda que com imensa resistência à sua volta. Algumas de suas atitudes, como o empenho em encontrar formas de exploração do petróleo mais seguras ao ambiente, têm sido importantes sinalizadores de uma nova mentalidade. Mas não quero — nem me vejo em condições de fazê-lo — me comparar a Obama. Tirando a cor da pele em comum, temos trajetórias absolutamente diferentes — a começar pelo fato de que ele foi para a Universidade Harvard e eu, para o Mobral, aos 16 anos de idade.

A senhora diria que a educação formal e seus diplomas foram decisivos? Apesar de ter recebido em casa estímulos de meus avós e de um tio xamã muito sábio, teria sem dúvida uma visão bem mais estreita do mundo se não

tivesse ido à escola, depois à universidade. Foi um divisor de águas, mesmo levando em consideração as condições precárias em que eu estudava. Costumo dizer que me alfabetizei apenas entre aspas. Durante toda a escola, também aprendi entre aspas. Só quando cheguei à faculdade de história é que a situação começou a melhorar. O estudo foi decisivo para me abrir oportunidades. Com o diploma, virei professora. Não dá para subestimar a importância de uma boa educação formal, ainda mais numa sociedade moderna baseada no conhecimento. Ninguém discorda disso, mas parece que para a maioria dos políticos essa é uma ficha que não caiu, de fato. Se a sala de aula não se tornar um lugar mais atraente, o Brasil viverá um apagão de mão de obra.

O que a senhora faria para alcançar a tão almejada e necessária qualidade do ensino? Já aprendi que nesse campo o melhor é tentar ater-se ao mais simples, que já é bem difícil de concretizar. Nesse caso, a meu ver, o passo número 1 é começar a implantar uma política capaz de prover incentivos à carreira de professor, do ponto de vista financeiro e das perspectivas profissionais. É também premente melhorar a formação dos docentes. Sei das fragilidades do magistério na própria pele, pois eu mesma poderia ter me tornado uma professora de história com melhor preparo para a função. Agora, o que não adianta é sair por aí construindo mais escolas e faculdades baseadas na velha lousa e giz, tão desinteressantes para crianças e jovens hoje bombardeados de estímulos e conectados em rede. O governo federal vem inaugurando várias escolas técnicas. Só tem um problema. Boa parte dos alunos não quer ir para essas escolas. É preciso atualizá-las. Do contrário, terão sido apenas uma boa ideia, mas um completo desperdício de dinheiro.

A senhora já disse mais de uma vez que não vai se colocar como opositora do presidente Lula durante a campanha,

mas faz críticas concretas a seu governo... Se não tivesse discordâncias, sobretudo em relação à condução da política ambiental, seria ministra até hoje. O momento em que entrei na sala do Lula e coloquei meu cargo à disposição foi sem dúvida um dos mais difíceis e doídos da minha vida. Mas o rompimento era necessário. Mantive minhas convicções. Na vida pública, há questões que, para mim, são intoleráveis. O fisiologismo é uma praga antiga que continuou a grassar neste governo. Até porque tive uma visão de dentro, lá em Brasília, posso afirmar que, para se tornar mais eficiente, o estado precisa certamente ser menor e bem mais profissionalizado do que o atual. Não se podem extrapolar os gastos públicos tentando fazer arranjos políticos para contemplar supostos aliados.

O Brasil precisa mais de uma reforma dos políticos do que de uma reforma política? Precisa dos dois, sem dúvida. A meu ver, a política brasileira atingiu níveis baixíssimos, e não só no discurso dos políticos. Há muito tempo não surge nada animador no campo da ética, que deveria ser um pré-requisito, mas é raridade em meio a tanta corrupção. Não faria mal ao país contar com um grupo de indivíduos mais virtuosos em Brasília. Também é necessário fortalecer as instituições que combatem a corrupção, deixando órgãos como o Ministério Público e o Tribunal de Contas, além do próprio Congresso, cumprir seu papel de fiscalizar, acompanhar, denunciar. Qualquer governo, por mais difícil que isso seja, tem de saber lidar com as instituições que fazem o seu controle. É algo que o PT não assimilou como deveria. Se essas mesmas instituições eram boas para fiscalizar outros governos, por que não seriam para fazê-lo com este?

Em havendo segundo turno, quem a senhora apoiaria? Algumas pessoas dizem que eu saí do PT por causa da Dilma, como se ela estivesse no papel da personagem cruel e a Marina, no

“Quando os outros políticos se dizem contrários ao aborto, comigo vira sabatina. Colocam-me rótulos de ultraconservadora, de fundamentalista, que não me cabem, pois não vivo à margem da modernidade”

da coitadinha. Eu, sinceramente, não fulanizo essas coisas. Como já falei, tratava-se de uma discordância séria com o governo Lula. Respeito Dilma, assim como Serra. Dito isso, só discuto segundo turno quando ele for uma realidade. Estamos bem no início do primeiro e já percebo uma tendência de um grupo de pessoas de querer tornar a eleição um plebiscito entre PT e PSDB ou ainda de fazer voto útil em uma eleição feita para ser disputada em dois turnos. No primeiro turno, as pessoas deveriam votar em quem mais acreditam. No segundo, aí, sim, usariam seu voto para tentar evitar o que considerassem ser pior para o Brasil.

Sendo tão crítica em relação à classe política, de quais quadros a senhora disporia, caso fosse eleita? Há bons nomes em todos os partidos, à esquerda e à direita, ainda que eles sejam uma minoria. Na economia, sei que buscaria alguém para dar continuidade à política macroeconômica que garantiu a estabilidade e tantos ganhos ao Brasil nos últimos dezesseis anos — um avanço inquestionável. O próprio Henrique Meirelles é um ótimo nome, mas não o único.

A senhora manteria o Bolsa Família? Manteria, mas com o ajuste essencial de passar a investir no atendimento personalizado dessas famílias de modo a traçar com elas um plano concreto de saída do programa. O estado daria uma orientação prática para a família se engajar em cursos profissionalizantes e, depois, em atividades econômicas capazes de garantir-lhe um caminho de progresso econômico, abrindo assim mão do benefício. Os números mostram que sai mais barato investir em gente para prestar essa consultoria aos mais pobres do que sustentá-los indefinidamente.

A senhora diz que sua campanha está voltada para conquistar o eleitorado mais jovem. Não haveria uma resistência nesse grupo por causa de suas posições em discussões polêmicas, tais como a liberação das drogas ou do aborto? Olhe como é a vida! Posso dizer que nunca fui discriminada por ser mulher ou negra, mas agora, pela primeira vez, estou sentindo um grande peso por ser evangélica. Quando os outros políticos se dizem contrários ao aborto, o assunto morre ali. Comigo vira sabatina. Colocam-me rótulos de ultraconservadora, de fundamentalista, que não me cabem, pois não vivo à margem da modernidade. Você não imagina o mal-estar que isso me traz. Mas não vou mexer uma vírgula em meu discurso. Sou a favor da democracia e reconheço o grau de complexidade dessas questões. Por isso, eu as submeterei a um plebiscito.

A senhora pode explicar a aparente contradição entre defender os direitos civis dos homossexuais e ser contra o casamento gay? Defendo que qualquer pessoa tenha seus direitos civis assegurados em igualdade de condições, sem discriminação. A outra coisa é sacramentar o casamento perante Deus, na igreja. Na minha fé, esse tipo de união deve ocorrer apenas entre um homem e uma mulher. Os homossexuais podem até não votar em mim por isso. É do bom jogo democrático.

ANEXO D

Dilma Rousseff - Dilma solta o verbo. *CartaCapital*. São Paulo, ano 15, n. 599, 06 jun. 2010.

DE JUNHO DE 2010 - 18H23

Carta Capital: Dilma solta o verbo

A pré-candidata do PT fala sobre continuidade, drogas, o papel do Estado, reforma agrária e, por que não?, seu novo visual

Por Cynara Menezes e Sérgio Lirio, em Carta Capital

Carta Capital de 6 de junho de 2010

Um enorme painel da candidata ao lado de seu mentor, o presidente Lula, punhos cerrados no ar, emoldura o cenário da entrevista. Dilma Rousseff posta-se bem à frente da própria imagem. Desconfortável no início com perguntas pessoais, ela se solta aos poucos, enquanto defende as realizações do atual governo e explica o que pretende fazer se eleita. Basicamente, aprofundar o processo de inclusão social que, afirma, não se esgota em um ou dois mandatos.

Talvez por isso, ao se referir a uma eventual gestão sua, prefira a palavra "período". No centro desse "período", promete, estará o compromisso de levar o País ao clube das nações desenvolvidas, com a erradicação da miséria, o foco na educação e na cultura. "Minha meta é levar nossa população à classe média, no mínimo."

Dilma não é Lula. É uma discípula, uma aluna. Mas uma aluna aplicada, vê-se. Como nunca disputou eleição, a ex-ministra da Casa Civil replica o "mestre" ao usar o recurso de contar historinhas nas respostas por vezes pouco concisas. Também se percebe na candidata o cuidado de evitar certas polémicas durante a campanha, o que não inclui fugir às perguntas sobre seu envolvimento na luta armada durante a ditadura. "Tenho muito orgulho de ter resistido do primeiro ao último dia."

Alvo de seguidas denúncias, nunca comprovadas, desde que Lula anunciou ser ela a sua candidata ao governo, afirma não acreditar que a imprensa brasileira seguirá o exemplo da venezuelana e se tornar cada vez mais hostil diante da possibilidade crescente de permanência do PT no poder. Por ser contraproducente. "De que adianta? Mais do que somos criticados, e daí?" Na entrevista, a pré-candidata disse ser contra a descriminalização das drogas, defendeu a reconstrução do Estado e repeliu os estereótipos. "Nunca me senti uma pessoa infeliz. Não sou carente, sou alegre."

CartaCapital: Neste ano, o Brasil pode escolher a primeira mulher presidente. Faz diferença?

Dilma Rousseff: Faz toda a diferença, porque tem uma história de poucos direitos para as mulheres. Até o direito de voto para as mulheres é muito recente no Brasil, menos de cem anos. E ainda têm grandes desigualdades, que vão desde - apesar de as mulheres terem maior nível de escolaridade - ganhar dois terços do salário dos homens até o fato de existir violência familiar contra a mulher. Outro dia aproximei-se de mim um casal jovem, o rapaz carregava um menino de uns 3 anos, e a mulher, uma moça loira, vinha com uma menina, de vestido com-prido, bonitinha, cabelo encaracolado. Chamava Vitória. E a mãe falou assim: "Eu trouxe a Vitória para que você diga a ela que as mulheres podem, que mulher pode". Eu olhei pra Vitória e perguntei: 'mulher pode o quê?' E ela: "ser presidente". Eu disse: "Vitória, mulher pode ser presidente. Porque isso faz parte do sonho que toda criança tem: quero ser pirata, toureiro. Mas também pode querer ser presidente e mulher nunca quis. Uma menina que quer é sinal dos tempos. E ela se chama Vitória, achei simbólico".

CC: Mas existe um modo feminino de governar?

DR: Tem um modo feminino inegável na vida privada. Nós cuidamos, providenciamos e incentivamos. É interessante levar isso para a vida pública. Vou contar outra historinha. Foi uma senhora, de seus 50 anos, a um sindicato, muito incomodada com a oposição homem e mulher. E ela sintetizou o problema da seguinte forma: "Somos 52% da população, mas os outros 48% são nossos filhos. De maneira que, se formos presidentes, fica tudo em casa. Ou seja, damos conta de cuidar das mulheres e dos homens, até porque a nossa relação com os homens não é de oposição. O olhar feminino não é excludente".

CC: Já foi, nos primórdios do feminismo.

DR: Talvez no começo, porque, sempre que se afirma alguma coisa, torna a diferença muito forte. A mulher, para ter consciência de que era discriminada, teve de fazer esse movimento. Mas não acredito que, hoje, esse seja um processo que crie diferenciação, desigualdade. Nenhuma política feminina é uma política anti-homem.

CC: Curiosamente, a senhora tem avançado menos no eleitorado feminino. Por que acha que isso acontece?

DR: Acho que tem razão o (cientista político) Marcos Coimbra. Ele fez uma avaliação correta: há o fato de a mulher não ter tanto acesso à informação quanto o homem. Muitas ainda não me conhecem. Quando se separa o universo das mulheres que me conhecem e as que conhecem o outro candidato, eu tenho mais aprovação do que ele.

CC: A senhora falou da menina que queria ser presidente, mas costuma dizer que este nunca foi um sonho seu. Agora que é candidata, acalenta algum projeto?

DR: Caminhar para que este seja um país desenvolvido. Foi o que o presidente Lula construiu e que a gente pode fazer.

CC: Se formos resumir, a marca do governo Lula é a inclusão. Qual seria a marca de um governo Dilma?

DR: Por que não pode ser a da inclusão também? Essa ânsia de novidade encobre uma questão seriíssima: esta ainda é um país emergente, com um grau grande de desigualdade, e que pode, a partir de agora, porque acumulamos um conjunto de conquistas, trilhar o caminho do desenvolvimento. E isso não pode ser só com uma taxa de crescimento do PIB determinada, uma política de estabilidade macroeconômica. A minha meta é erradicar a miséria, levar nossa população, os mais pobres, à classe média, no mínimo. Isso é um projeto de desenvolvimento, mas eu também tenho um projeto de Nação. Este país não transitará para uma economia desenvolvida se não tivermos educação de

qualidade, estando no centro da educação o professor, que tem de ter salário digno. Quem fala em educação de qualidade e não fala do professor está jogando pérolas aos porcos. Todo mundo diz que temos um bônus demográfico, que a nossa população em idade ativa é maior do que a população dependente, isto é, crianças, jovens e idosos. Outro dia fui brincar que o conceito de idoso estava mais flexível, porque tenho 62 anos e não sou idosa, e a imprensa toda deu que eu mexeria na idade da aposentadoria, que mudaria a previdência.

CC: E não será necessário, em algum momento?

DR: Não tem reforma da Previdência. Se você começar a fazer reforma da Previdência, acontece o seguinte: a primeira que fizemos deu uma corrida para a aposentadoria. Acaba criando um efeito contrário ao que se pretende. Mas, voltando, também vamos discutir a nossa cultura, a política cultural ocupará um espaço cada vez maior nesse processo. Não podemos permitir que não existam salas de cinema na periferia do Brasil, que o povo não tenha acesso a bibliotecas, à sua própria cultura.

CC: Em suma, vai ampliar o que foi feito durante o governo Lula?

DR: Não falo de só ampliar, não, falo de avançar. Se não avançar, não está continuando. O que o Lula construiu para o futuro? Um alicerce. Saímos de uma situação mais drástica, que foi a que nós recebemos do governo. Vamos lembrar bem: era uma situação de estagnação, desigualdade e desemprego. Podem falar o que quiser. Olhem estatísticas, meus filhos. E entramos numa era de prosperidade, que tem vários componentes: não é só inclusão, é mobilidade social, que significa que as pessoas podem subir na vida. É transformar as vantagens comparativas em competitivas, explorar as matrizes energéticas, o pré-sal, dar força à agricultura. Não somos aqueles países que têm petróleo e têm a maldição do petróleo, a pobreza no meio da abundância, o povo pobre e a riqueza do petróleo. Temos uma economia diversificada. Se a gente apostar na educação, vamos inovar também. Não se cria oportunidade no Brasil se não inovar. Se não formarmos engenheiros, físicos e matemáticos neste país, não vamos crescer adequadamente.

CC: A senhora promete erradicar a miséria em seu mandato. Mas o IPEA fala que erradicar a pobreza extrema só é possível em 2016.

DR: Miserável é quem tem renda de até um quarto do salário mínimo. Pobre é até meio salário mínimo. Em 2003, tínhamos um total de 77,8 milhões de pobres e passamos para 53 milhões no governo do presidente Lula. O contingente de miseráveis em 2003 era de 37,4 milhões e passou para 19,6 milhões. (Vira-se para o braço direito, Anderson Domeles: - Anderson, dá o meu papel. Já fiz essa conta. Prefiro o meu papel.) Então, a gente tem de buscar eliminar esses 19,6 milhões de miseráveis, mas acho que também temos de olhar os 24 milhões de pobres. Só não digo que será no meu período, nem estou dizendo que será em 2014. Mas, se você não colocar a meta clara e tornar isso um ponto político da pauta, passa batido. Erradicar a miséria está no centro da pauta do projeto de continuidade com avanço do governo Lula.

CC: Mas qual vai ser o caminho? A ampliação dos programas sociais ou o crescimento?

DR: As duas coisas. O aumento da renda em 70% se deve à formalização do trabalho. O fato de manter uma taxa de crescimento e torná-lo sistemático formaliza o trabalho. Mas quem ganha até um quarto de salário mínimo teve programas sociais de dois tipos: tem o de proteção da renda, que é o Bolsa Família, e tem programa social com uma certa perenidade. Exemplo, na área rural, onde se concentra um grande número de miseráveis, fizemos a política de agricultura familiar, multiplicamos por cinco o financiamento, criamos assistência técnica. E teve outro programa que beneficiou a pobreza rural no Brasil, o Luz Para Todos. Não se eleva socialmente ninguém se não olhar para as condições que se pode ter para fazer renda. E uma delas, imprescindível, é energia elétrica. A grande política do meu período é manter essa política rural e chegar a uma questão fundamental: as cidades. As cidades no Brasil são o local das desigualdades. Nas cidades se manifestou o que há de mais perverso no Brasil, a retirada do Estado - ai vale para município, estado e governo federal - das periferias. Uma grande conquista deste governo também foi indicar caminhos. Pega o que está sendo feito no Rio, em Manguinhos, no Alemão, Pavão-Pavãozinho. É a volta do Estado.

CC: Ainda é preciso fazer uma reforma agrária de grande monta?

DR: Tivemos um processo de reforma agrária muito significativo, foram 500 mil hectares. Não é trivial. Ainda tem gente para ser assentada, mas política de assentamento não é só comprar terra. A forma como se fazia assentamento antes era colocar o cara no meio do nada. A agricultura familiar no Brasil deu certo porque tem um suporte no programa de aquisição de alimentos. Tem seguro, garantia à safra, política de preço mínimo. Demos um tecido econômico social, de apoio, à pequena propriedade no Brasil, que responde por 40% da riqueza que se gera no campo.

CC: Mas se uma grande parte da miséria, como a senhora falou, está na zona rural, tem algum problema aí. Talvez tenha faltado reforma agrária.

DR: Vou repetir: não se resolve o problema do campo só dando terra. Tem de dar condições de produzir, sustentar a produção, apoio com assistência técnica, comprar a produção, garantir a comercialização, o acesso ao trator.

CC: A senhora acha que, se o PT vencer as eleições, a mídia tende a se tornar hostil, como ocorre na Venezuela?

DR: A Venezuela não é nem sequer parecida conosco. Lá é uma economia de dois setores, portanto, uma sociedade que tende a refletir dois setores. De um lado, tem o petróleo e, do outro, o resto. E só ver a participação que tem a renda do petróleo na Venezuela, ver a história da Venezuela. E dinheiro que eles não sabem o que fazer com ele, ainda é assim.

CC: Mas a imprensa brasileira, como a de lá, não tende a se tornar hostil a uma permanência a longo prazo do PT no poder?

DR: De que adianta? Qual a eficácia? Mais do que somos criticados, é daí? Qual a nossa aprovação? 76%...

CC: Como a senhora recebe essa acusação, que deve se intensificar durante a campanha, de ter sido "terrorista"?

DR: Tenho dúvidas de que vai se intensificar uma coisa dessas, porque é contraproducente. A discussão sobre a resistência à ditadura é contraproducente para quem não resistiu. Sinto muito orgulho de ter resistido do primeiro ao

último dia, de ter ajudado o País a transitar para a democracia e de não ter mudado de lado. E muito interessante a forma como eles entenderam a metáfora que o presidente fez com o (Nelson) Mandela. O que ele falou foi o seguinte: o Mandela, talvez o maior pacifista dos últimos tempos, foi uma pessoa que recorreu à luta armada no país dele, porque não tinha outra solução. Parodiando Tolstói, que disse que todas as famílias felizes são iguais e todas as famílias infelizes são infelizes cada uma à sua maneira, todas as ditaduras são iguais e todas as democracias são cada uma à sua maneira. As ditaduras têm uma mania muito peculiar que as caracteriza: excluir de forma violenta todos os que não pensam como eles. O que queríamos caracterizar naquele momento era a existência de uma violência de Estado que levou pessoas, nos mais variados locais, a tomar posições firmes diante da ditadura. Eu tomei.

CC: Por que a senhora apoiou a decisão do STF de não rever a Lei da Anistia?

DR: Eu sou a favor da legalidade. O Supremo decidiu e, até pelo que quero ser, não tenho a menor condição de ficar fazendo confronto com o Supremo.

CC: Discordar não é confrontar.

DR: Para o papel a que me proponho assumir, é sim.

CC: O que pedimos é uma opinião pessoal.

DR: Esta é a minha opinião pessoal. É ter consciência e maturidade para perceber que uma decisão do Supremo, num país como o Brasil, tem de ser respeitada. Como Presidente da República, que é o que quero ser, seria desrespeito. A partir do momento que se decidiu, está decidido. A não ser que se queira criar turbulência e instabilidade. Eu não quero.

CC: Como a senhora pretende lidar com o toma-lá-dá-cá no Congresso?

DR: Como lidei, uai! Eu lidei com esse toma-lá-dá-cá, ou não?

CC: Mas, e diante de um episódio como o do mensalão? Todo mundo fala que, não fosse por sua habilidade, o presidente Lula não teria se mantido no cargo quando se chegou a falar até em impeachment...

DR: A habilidade do presidente consistiu em ir para os movimentos sociais e deixar claro que impeachment não seria uma coisa adequada à democracia no Brasil. O presidente não fez nenhum toma-lá-dá-cá nessa questão.

CC: Mas é preciso negociar com o Congresso o tempo inteiro.

DR: Não concordo que a relação que tivemos ao longo desse tempo com o Congresso foi de toma-lá-dá-cá. Foi uma relação de negociar, porque tem oposição. O governo é a arte de negociar, não há nenhum mal em dialogar.

CC: Há uma crítica recorrente de que o Estado brasileiro tem cargos comissionados demais e isso serve para comprar apoio político.

DR: O Estado brasileiro ainda é um pouco desequilibrado. Herdamos um Estado que fazia corte linear, doa a quem doer. A manifestação maior desse modelo é o que encontrei nas Minas e Energia. Um engenheiro na ativa para 20 motoristas, em um ministério que cuidava de petróleo, de gás, biocombustível, energia elétrica... Não se pode ter uma visão simplificada do que se quer de um Estado. Eu quero um Estado meritocrático e profissional. Hoje, ele ainda está descompensado, começamos a remontar no governo Lula e vamos continuar. A questão das indicações políticas existe nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, em todas as democracias. Essa conversa de aparelhamento do PT... Vamos lembrar o que houve em outros governos. Como se fosse só o PT a fazer nomeação política.

CC: O PT faz porque todos fazem, é isso?

DR: Não vou fazer tabula rasa disso. Pode ter, sim, nomeação política, o que não pode é não ter critérios técnicos. Posso receber uma nomeação política de um partido da minha base, ele vai me dar um nome, e nós vamos olhar.

CC: Não é o contrário? Olha-se o que tem para encaixar o apadrinhado?

DR: Não, normalmente indicam nomes com a ficha toda da pessoa. Essa conversa do aparelhamento do Estado é preconceito. Tentam estigmatizar, é uma coisa muito velha, lacerdista, de república de sindicalistas.

CC: Para alguns desenvolvimentistas, o Brasil está num processo de desindustrialização, por causa do câmbio. A senhora concorda?

DR: Não há nada que a gente não possa compensar com duas coisas: política industrial e financiamento. Mas acho importante que a taxa de juro real do País caia e convirja para as internacionais. Caminhamos celeremente para isso na próxima década. Se o Brasil mantiver uma taxa de crescimento de 5,5% ao ano, vamos ter uma redução do endividamento e aumento do PIB. E aí não há a menor possibilidade de não ter redução da taxa de juro real. O que não dá é achar que se faz isso por decreto.

CC: O Banco Central no seu governo será uma Santa Sé, como comparou José Serra?

DR: Acho inapropriada a comparação, é o tipo da problemática que não constrói nada. Não tenho o que falar a respeito.

CC: A senhora tem falado do combate ao crack, mas as políticas antidrogas têm fracassado. Sob que ótica se daria esse combate?

DR: O primeiro mecanismo é a prevenção. Não se combate droga sem repressão, tem de levantar a rota e combatê-la, mas só isso não adianta, está para lá de provado. Tem de fazer a prevenção e o apoio, e o apoio é complicado porque tem de apostar que tira o cara do crack depois que ele entrou. Há várias discussões a respeito, há casos que a pessoa saiu, mas não é fácil, não é igual às outras drogas. É altamente viciante e mata em seis meses. Não é algo, inclusive, que tenha tradição mundial, há dificuldade de fazer.

CC: O que a senhora acha da descriminalização das drogas, de maneira geral?

DR: Hoje não concordo. Não vou dizer que, numa crise de droga da proporção do crack no Brasil, caiba esse tipo de discussão agora. Não temos estrutura para isso e não temos como discriminar o que pode e o que não pode.

CC: A senhora foi muitos anos do PDT. Seu grande ídolo político é Leonel Brizola? Existe alguma idéia brizolista que poderá ser aplicada em seu governo?

DR: Admirei muito o Brizola. Tinha características muito importantes, uma grande noção de soberania. O compromisso com a educação conflui com o que a gente tem. A escola em tempo integral não basta mais, é pouco, o País mudou, mas a gente tem de reconhecer que ele deu uma grande contribuição. O Brizola pensou na educação em 1962, e o Miguel Arraes na eletrificação rural, na mesma época. Enxergaram problemas que no Brasil não se enxergava. Quando se olha para trás, a política de Arraes e de Brizola nos estados deles foi excepcional.

CC: O Chico Buarque, outro dia, disse que votaria na senhora por causa do Lula, mas que não via grandes diferenças entre um governo seu e um de José Serra. O que a senhora diria para o Chico?

DR: Talvez ele não me conheça (risos). Aliás, por culpa minha, eu é que tinha de procurá-lo. Até devo a ele um telefonema, não pude ir à casa dele no dia em que dona Maria Amélia, sua mãe, morreu. O presidente Lula foi e não pude acompanhá-lo. Mas pretendo procurar o Chico e agradecer pela opção.

CC: A senhora não pareça ter sido muito vaidosa no passado e agora ganhou um upgrade no visual. Está gostando?

DR: Ah, a gente sempre curte, sempre é bom. Mas é um cabelo mais simples, né? (Alisa o cabelo, mais curto, mais claro e sem um fio fora de lugar.) E mais fácil de arrumar do que o seu. Mas eu gosto, não acho ruim, não.

CC: Acha que vão surgir muitos pretendentes... presidente e de visual novo?

DR: É o tipo da coisa que não dá tempo nem de a gente pensar, nessa função. Agora, não sou contra, não, viu? As pessoas namorarem, coisas assim. Acho bom.

CC: Se a senhora fosse se comparar a uma mulher governante, estaria mais para Michelle Bachelet ou para Margaret Thatcher?

DR: Ah, Bachelet, sem dúvida, óbvio. Não tenho a posição conservadora da Thatcher.

CC: Mas a pintam como dama-de-ferro, não?

DR: É um estereótipo. Toda mulher é dama-de-ferro? Nunca vi um senhor-de-ferro, você já viu algum?

CC: Qual é, hoje, o maior entrave para o Estado brasileiro conseguir ser eficaz nos investimentos?

DR: Ainda tem muita burocracia herdada do período em que a ordem era não gastar. Houve um processo muito difícil de gestão da coisa pública e se criou uma série de entraves ao investimento. É fundamental reconstruir o planejamento, a capacidade de fazer projeto. O Estado pode demandar projetos.

CC: A senhora acha que as entidades fiscalizadoras, como o Tribunal de Contas da União (TCU), agem com excesso de zelo?

DR: Tive uma experiência muito boa com o TCU, que, inclusive, reconhece que o PAC tinha menos problemas do que qualquer outro programa do governo, pelo nível de acompanhamento direto nosso. Não acho que a questão de fundo seja essa. O que há é uma discrepância entre a qualidade da estrutura que fiscaliza, que se manteve ao longo dos anos intacta, que teve profissionalismo, que tem engenheiro ganhando a partir de 12 mil, e a estrutura que executa, onde o inicial é 4 mil ou 5 mil reais. Essa discrepância vai ter de ser alterada, tem de fazer plano de cargos e salários. Não pode ficar perdendo seus melhores quadros, senão não se consegue elaborar, olhar o futuro. E ninguém resolve isso no horizonte de um governo. Vamos ter de resolver a meritocracia no Estado brasileiro no horizonte de uma década. Levaram 20 anos desmontando, não se constrói de um dia para o outro.

CC: Privatizar é um tema banido no PT ou ainda existe algo privatizável?

DR: Privatizar patrimônio público, banco, estatal do nível da Petrobras e da Eletrobrás, é absolutamente absurdo e a vida nos deu razão. A crise mundial recente nos deu muita razão. Sem essas empresas não teríamos nos saído tão bem. A Caixa Econômica mudou, o Banco do Brasil mudou. O BNDES era uma central para fazer projetos para privatizar empresas brasileiras. Hoje faz projetos para expandir empresas brasileiras, é diferente.

CC: A senhora parece aquele tipo de mulher que as durezas da vida fizeram revestir-se de uma armadura. É difícil ter de se livrar dela agora, em campanha, ficar, como se diz, mais soft?

DR: Isso é um baita estereótipo. Quem não criou, depois de 60 anos de vida, vários mecanismos de defesa? Me mostre um bicho sem nenhuma carapaça que sobreviveu. Somos todos fundamentalmente muito parecidos. Nos defendemos, nos desmontamos, nos abrimos para as pessoas. Depende da circunstância. Não posso ficar chorando o dia inteiro sendo ministra-chefe da Casa Civil, me comovendo às lágrimas. Agora, se eu vir um filme comovente, choro. Como ministra, não podia ficar na emoção sistemática, porque eu eu segurava o touro a unha ou o touro picava a mula. O pessoal vende umas histórias esquisitíssimas. Talvez a suposição seja que sou um E.T. A verdade é que tive uma vida muito boa, tirando a prisão na época da ditadura. Casei, tive filho, vivi bem com meu marido, sou amiga do meu ex-marido, ele é que nem meu parente. Nunca me senti uma pessoa infeliz, não sou carente, sou alegre. Gosto de viver.

ANEXO E

Marina Silva - A ética sustentável. *CartaCapital*. São Paulo, Ano 15, n. 583, 17 p. 22-23.

fev.2010.

Seu País Entrevista

A ética sustentável

MARINA SILVA | A presidenciável do PV rejeita a pecha de candidata de uma nota só e defende novo modelo de desenvolvimento

A CYNARA MENEZES

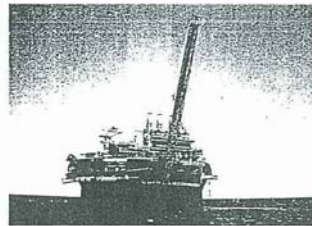
A SENADORA Marina Silva, que deixou o PT para se lançar à Presidência pelo PV, não teme ser vista como uma candidata com ideias apenas para o meio ambiente. "O desenvolvimento sustentável pressupõe ter propostas com critérios de sustentabilidade para todos os setores." Nesta entrevista inédita concedida a *CartaCapital* em dezembro passado, a presidenciável afirma: mesmo com as dúvidas expostas pelos céticos, é um "dever ético" da humanidade se precaver contra o aquecimento global.

CartaCapital: Como a senhora viu o estabelecimento pelo governo da meta de redução das emissões dos gases de efeito estufa em 39% até 2020? É positiva ou sua própria proposta de estabelecer um teto para as emissões de carbono seria melhor?

Marina Silva: A ideia do teto nos colocaria como um alvo a ser atingido, mas ter uma meta já é um avanço. Lutei muito por isso. O problema da meta brasileira é que é sobre emissões projetadas, não efetivas. Ou seja, o compromisso do Brasil é que vai tomar uma série de medidas para reduzir até 2020, é um alvo móvel. São Paulo comprometeu-se com uma redução de 20%, com base em 2005, sobre emissões efetivas. O Brasil poderia ter feito a mesma coisa.

CC: Um estudo recente diz que 50% das emissões de gases do Brasil são causadas pela pecuária. Como reduzir o problema se a carne é um dos nossos maiores produtos de exportação?

MS: Já existem tecnologias desenvolvidas pela Embrapa que permitem diminuir inclusive as flatulências do gado. Outra alternativa, também da Embrapa, estabelece



REINHOLD TALCO/AGÊNCIA REINHOLDS

"Infelizmente, o petróleo será uma fonte de energia necessária por muito tempo. Boa parte dos recursos do pré-sal deve ser usada em pesquisas que nos levem à superação dessa energia"

um sistema integrado lavoura, pecuária e florestas, onde é feito um consórcio de plantio de árvores para o sequestro do carbono, uma espécie de contrabalanço. No caso da pecuária, há uma associação com o próprio desmatamento. As pessoas não desmatam por desmatar, desmatam para uma atividade econômica que geralmente é agricultura ou pecuária. Quando o plano de combate ao desmatamento foi lançado, em 2004, estava previsto em três eixos: combate às práticas ilegais, ordenamento territorial e fundiário e apoio à atividade produtiva sustentável. O que mais andou foi o combate às práticas ilegais. Se não forem apresentadas alternativas, não tem como segurar o processo só com ação de força.

CC: O que a senhora achou do decreto do governo federal que dá anistia de um ano aos desmatadores?

MS: É uma contradição muito forte com os compromissos que estão sendo feitos de redução de CO₂, onde o desmatamento tem o maior peso. Cerca de 80% da meta que o Brasil fixou virá da redução do desmatamento. Você sinaliza com metas e ao mesmo tempo cria mecanismos que aos poucos vão anulando as principais ferramentas de viabilizar a proposta. Esse adiamento já tinha sido feito há um ano e não significou nenhum tipo de atitude nova por parte dos produtores para se adequarem. Simplesmente foi um período para ganhar força, se articular e agora apresentar um código ambiental, um conjunto de iniciativas para mudar o Código Florestal. No meu entendimento é um forte prejuízo para alcançar as metas que o Brasil promete.

CC: Ainda existe dentro do governo uma disputa entre ambientalistas e agronegócio?

MS: Vejo pelo que sai na mídia, os tensionamentos constantes, ainda que no começo de sua gestão o ministro Carlos Minc tenha ido ao Senado com o ministro (Reinhold) Stephanes dizendo que a coisa agora era diferente. Até torci que fosse mesmo, mas, ao que tudo indica, ainda há muito a ser alcançado no sentido do que eu defendi, de uma política ambiental transversal, em que energia, transporte, agricultura, todos os setores, plasmassem suas ações dentro de um critério de sustentabilidade. Parece-me que os tensionamentos continuam. Inclusive, no momento de discussão da proposta brasileira para a cúpula de Copenhague não foi diferente.

CC: Como fazer para que convivam?

MS: Não é sequer uma questão de convivência, é como fazer para que meio ambiente, agricultura e indústria tenham uma ação integrada que viabilize todos eles. O crescimento do País é uma necessidade, mas crescer não significa necessariamente se desenvolver. Para crescer, e isso significar desenvolvimento, é preciso ter uma melhora da qualidade de vida em emprego, saúde, educação, entretenimento, saneamento. Ainda que tenha havido avanços, há um déficit grande em relação a isso. Se não preservarmos as bases naturais do desenvolvimento, estaremos comprometendo o próprio desenvolvimento. É preciso ter uma visão estratégica que



GUILHERME BRASILEIRO/ANMA

permita passar do modelo insustentável do final do século XIX e do século XX para o modelo que queremos no século XXI.

CC: *Os EUA sob Barack Obama evoluíram em relação às mudanças climáticas?*

MS: Foi importante a proposta do presidente Obama de ter uma política de mudança climática, mas foi infima a redução de emissão de gases a que estão se propondo, de 3%, com base em 1990. Mas ele fez uma coisa muito interessante. O Congresso não aprovou a medida e eles foram para Copenhague sem a aprovação. Nos EUA, qualquer coisa que se faça desrespeitando o Congresso corretamente não tem como prosperar. Mas o departamento do meio ambiente do governo Obama estabeleceu que as emissões de CO₂ são um grave problema para a saúde. Assim, ele conseguiu uma ferramenta para, independentemente do Congresso, tomar ações execu-

tivas. Foi uma mudança e tanto na postura dos EUA e um exemplo importante até mesmo para alguns setores no Brasil, que até pouco tempo não queriam saber de metas. Essa não é apenas uma questão ambiental, também é econômica. Os empresários sabem que, se não fizermos o dever de casa, teremos um sério problema em relação a nossos produtos, porque o carbono já começa a ser taxado e vai se agravar.

CC: *Como a senhora vê os céticos do aquecimento global?*

MS: É uma discussão entre cientistas. A maioria dos integrantes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), 95%, diz que já estamos sob os efeitos das mudanças climáticas. Quando se trata de grandes catástrofes, e essa é uma espécie de Armagedom ambiental, porque se ultrapassar os 2°C pode comprometer toda

a vida na Terra, e como somos a parte que pensa, que sente, que fala, da natureza, nosso dever ético é agir.

CC: *A senhora é favorável à pesquisa nuclear?*

MS: À pesquisa, sim. Obviamente, ela é fundamental, faz parte da visão estratégica de qualquer país. O que sou contra é do uso para qualquer finalidade que não seja pacífica e também para a geração de energia, porque é cara e não é segura, não se sabe o que será feito com os resíduos. Temos outras fontes, como a eólica, a biomassa, a solar, que também são caras, mas seguras.

CC: *Como pré-candidata, a senhora tem alguma proposta para a utilização dos recursos do pré-sal?*

MS: A visão que precisamos ter do petróleo é de que é uma fonte de energia, infelizmente, necessária por muito tempo até que seja substituída. Uma boa parte dos recursos que vêm daí deve ser destinada para pesquisa, inovação tecnológica, investimentos que nos levem à superação dessa energia. A ideia de que o petróleo do pré-sal vai ser exportado, como se não tivesse problema, porque não vai ser utilizado aqui, é uma falta de compreensão do problema. Não importa onde aconteçam as emissões de CO₂, o planeta é o mesmo.

CC: *Como vai rebater a crítica de que é uma candidata monocórdica, que só tem propostas para o meio ambiente?*

MS: Quando as pessoas falam isso é porque ainda não estão familiarizadas com as conquistas do socioambientalismo dos últimos 30 anos. O desenvolvimento sustentável pressupõe ter propostas com critérios de sustentabilidade para todos os setores da economia, educação, ciência e tecnologia, agricultura. Isso vai ser traduzido num programa de governo. O Partido Verde está promovendo uma forte discussão com vários setores da sociedade, não apenas os partidários, para ajudar nesse processo. Ainda que o sistema seja presidencialista, não é algo que sai da cabeça da pessoa, sozinha. Agora, se as pessoas querem um modelo pronto e acabado, só temos o que tivemos com o modo de produção asiático, o feudalismo e o capitalismo. Não existe uma referência em lugar nenhum do planeta para o modelo de desenvolvimento sustentável. É uma tarefa a ser construída por líderes que tenham compromisso ético com os que ainda não nasceram. ●

ANEXO F

Plínio de Arruda Sampaio - O PSOL descarta o udenismo. *CartaCapital*. São Paulo, ano 15, n. 592, p. 32-33, 21 abr.2010.

Seu País Entrevista

O PSOL descarta o udenismo

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO | O pré-candidato à Presidência quer discutir o que importa

A SERGIO LIRIO

APÓS FORTES embates internos, Plínio de Arruda Sampaio venceu a disputa com o grupo da ex-senadora Heloísa Helena e foi escolhido candidato à Presidência pelo PSOL. Dissidência do PT, o partido alcançou expressiva votação em 2006 ao apostar em um discurso moralista. Há mais de 60 anos na vida política, Sampaio garante que o tom de sua campanha será outro. "Quero discutir as coisas que importam."

CartaCapital: Em 2006, Heloísa Helena chegou a 11% de intenção de voto baseada em um discurso udenista. Qual vai ser o tom da campanha do PSOL neste ano?

Plínio de Arruda Sampaio: Esse foi um ponto de discussão nas prévias do partido, pois não tenho esse tipo de discurso. E tenho medo de que esse tipo de discurso distorça o problema real do País. Há, sem dúvida, um problema de corrupção e essa corrupção precisa ser denunciada e combatida, mas, na verdade, esse combate não pode obscurecer o confronto principal, a contradição desse regime capitalista selvagem. Peguemos o caso da tragédia no Rio de Janeiro. Se houve corrupção ali, é necessário denunciar, mas o importante é debater a especulação imobiliária, o peso que ela tem no desenvolvimento das cidades. Por que aquela população está lá, mal alojada em favelas, morros? Por falta de uma reforma agrária. Por que há 80 mil imóveis estocados em áreas melhores do Rio de Janeiro para serem alugados durante as Olimpíadas? O objetivo da minha campanha é fazer um diagnóstico real dos problemas do Brasil.

"A corrupção precisa ser denunciada e combatida, mas esse combate não pode obscurecer o debate principal"

História. Com mais de 60 anos de vida pública, Sampaio já viu o mesmo filme diversas vezes

CC: Por que não avançaram as conversas com o PV de Marina Silva?

PAS: O PV é uma proposta ecológica muito limitada. A ideologia dele é "salvar a natureza" e isso escamoteia o verdadeiro debate. O verdadeiro debate é que o capitalismo, enquanto tal, não tem condições de preservar a natureza, pois a solução para o problema teria como consequência limitar o lucro. Tanto é verdade que, apesar de todo o discurso, o ataque à natureza só cresce, não reduz. Para se preservar a natureza é preciso outro tipo de economia, uma eco-

nomia que não se baseie no lucro infinito, sem limites. Sem uma perspectiva claramente socialista, é impossível preservar.

CC: Como é possível, nas próximas eleições, escapar da polarização PT-PSDB?

PAS: O PT e o PSDB são dois partidos da ordem. A divergência entre eles é menor porque o modelo de desenvolvimento é o mesmo. Vamos fazer outra proposta. Defendemos uma economia muito mais voltada para as necessidades da população, capaz de resolver, por exemplo, o problema da habitação, da educação, da terra. Forçar mesmo a mão na reforma agrária. Nem o (José) Serra nem a Dilma (Rousseff) farão um discurso real sobre o problema agrário. Ambos vão louvar o agronegócio, a monocultura. E a monocultura e o agronegócio atingem a natureza.

CC: Que avaliação o senhor faz dos oito anos de Lula?

PAS: Há uma realidade que, na superfície, parece tranquila. De certa maneira existe uma melhora em relação ao governo Fernando Henrique, que foi um terror. Mas isso escamoteia a verdade. A educação brasileira está em um nível incredivelmente ruim. Outro dia mencionei Getúlio Vargas em uma palestra. Notei que a plateia, cerca de 40 jovens entre 20 e 30 anos, não entendeu bem. Perguntei quem já tinha ouvido falar do Getúlio Vargas. Só quatro levantaram a mão. A saúde vai pelo mesmo caminho. A desnacionalização da nossa indústria é um fato patente. Estamos regredindo ao estágio de uma economia primária, exportadora de quatro produtos: soja, cana-de-açúcar para fazer etanol, carne bovina para não ter colesterol e celulose para fazer papel higiênico. É um absurdo.

CC: O senhor foi um dos autores de um plano engavetado pelo governo Lula de assentar 1 milhão de famílias. É esse o tamanho da reforma agrária necessária?

PAS: A pobreza no campo é um problema do poder. A concentração da terra concede poder a uma capa que domina o camponês. Por isso ele é pobre, miserável. É preciso quebrar esse poder e ele só pode ser quebrado se for criado outro poder para o camponês. Uma reforma agrária precisa ter certo impacto para provocar desequilíbrios em cadeia que permitam à massa camponesa alcançar um mínimo de conforto. A reforma agrária é uma proposta capitalista. Caso me pergunte qual



OLGA VILANDU

minha visão do campo, direi que não é essa. Tenta-se reformar o capitalismo porque falta força para erguer outra organização da agricultura. No início, acreditei que o governo Lula tinha força para fazer. Estava equivocado. Era colocar 1 milhão de pessoas na terra em quatro anos. Isso criaria um entusiasmo na população rural. Era o que se pretendia, sobretudo, se fosse realizada de uma maneira estratégica, não jogando pontualmente um assentamento aqui, outro ali. Era preciso se concentrar em pontos focais do território, como acon-

teceu no noroeste do Paraná. Como lá foi implantado um número grande de assentamentos, os trabalhadores ganharam o poder de eleger prefeitos, vereadores etc.

CC: *O presidente Lula não sofreu do mesmo mal da conciliação em excesso?*

PAS: Florestan Fernandes dizia que o militante socialista tem três deveres: não se deixar cooptar, não se deixar liquidar e obter vitórias para o povo. Lula deixou-se cooptar. O poder burguês, da ordem, o fascinou. Fui um dos cinco coordenado-

res da primeira campanha presidencial de Lula, em 1989. Tínhamos um projeto de reforma radical do capitalismo. Em 2002, não. Ele aderiu à ordem. Por que o fez? Não sei. O PT inteiro o fez.

CC: *Mesmo assim essa elite não o aceita?*

PAS: Ah, bom, pois ele é inconfiável. Para o mundo capitalista, confiável é quem detém capital. E Lula não tem capital. De transfusão de sangue que passou a ser aceito mesmo só conheço o caso de Fernando Henrique Cardoso. Mas esse era filho de general, originário da elite. FHC passou a ser encarado como alguém que teve seus devaneios na juventude, depois criou juízo e seguiu as regras. Lula não. Ele é perigoso por ser um líder popular. Mas, sejamos claros, nem essa burguesia o combate mais com tanta ferocidade. Você é jovem e não viu o que fizeram com João Goulart. Eles estrangularam Jango. Quando eles atacam, Nossa Senhora, é terrível! Eu vivi isso. Atrás, não dá muita colher de chá para ele, mas não ataca. Quando ataca, meu filho, Nossa Senhora, é terrível. Eu vivi isso.

CC: *O senhor tinha mais esperanças nos anos 60 ou agora?*

PAS: Se não acreditasse no Brasil não seria candidato à Presidência. Tenho enorme convicção das nossas condições de superar as adversidades, de construir uma nação mais justa. Mas acho que o caminho hoje é mais pedregoso. Celso Furtado publicou, em 1992, um livro pequeno de uma lucidez espantosa. Chama-se *Brasil, a Construção Interrompida*. Naquele tempo, ela estava mesmo interrompida. Veio a empresa de demolição de Fernando Henrique e demoliu o que havia. E Lula terminou o trabalho do antecessor. A construção interrompida virou uma construção destruída. ●